



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

LUIZA SANTOS ALVES

O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)
NO ESPÍRITO SANTO: UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA

Vitória
2015

LUIZA SANTOS ALVES

**O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)
NO ESPÍRITO SANTO: UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Paulo César Scarim

Vitória
2015

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

A474p Alves, Luiza Santos, 1984-
O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no
Espírito Santo : uma análise geográfica / Luiza Santos Alves. –
2015.
118 f. : il.

Orientador: Paulo Cesar Scarim.
Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal
do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Programa Nacional de Alimentação Escolar (Brasil). 2.
Merenda escolar. 3. Agricultura familiar. 4. Políticas públicas. 5.
Globalização. I. Scarim, Paulo Cesar, 1968-. II. Universidade
Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e
Naturais. III. Título.

CDU: 91

RESUMO

Esta pesquisa tem como fundamento a interlocução entre a Geografia e a alimentação escolar, a partir do Artigo 14 da Lei 11.947/2009 nas escolas públicas estaduais do estado do Espírito Santo. Para entender a complexidade desse tipo específico de alimentação observamos a produção do alimento, como ele chega à mesa dos escolares na hora do recreio, a relação de trabalho no campo, a relação entre a merenda e a cultura alimentar da região, e a importância dos movimentos sociais na busca por uma alimentação adequada. Esse caminho perpassa o estudo da alimentação sob o olhar da Geografia; Josué de Castro e sua importância na elaboração das políticas públicas de combate à fome no Brasil, além do histórico dessas políticas; tópicos sobre a agricultura familiar no Espírito Santo, passando pela discussão conceitual do termo; Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil; e a Lei 11.947 de 16 de Junho de 2009. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é atualmente um dos maiores programas do gênero do mundo, e sua origem remonta à década de 1940; isso quer dizer que o caminho que o Brasil vem percorrendo nessa questão é longo. E nesse caminho, em 2009, é aprovada a lei na qual este trabalho se baseia. O Artigo 14 da Lei 11.947/2009 prevê que no mínimo 30% da verba repassada para a compra de alimentos para as escolas devem ser destinadas à agricultura familiar. A Lei é posta em prática pela Secretaria de Educação do Estado em 2011, e este trabalho se apoia na Chamada Pública 001/2012 para especializar a alimentação escolar nas escolas públicas estaduais do Espírito Santo. Para isso, a partir do conceito de Espaço como um todo, proposto por Milton Santos, além de dados como o número de estudantes atendidos naquele ano, e de estabelecimentos escolares. Também foram relacionados os dados de produção de alimentos com a estrutura fundiária do estado a fim de mostrar qual a influência das áreas mais urbanizadas com a produção de alimentos.

PALAVRAS-CHAVE: Alimentação Escolar; Agricultura Familiar; Lei 11.947/2009; Políticas Públicas.

ABSTRACT

This research is based on the dialogue between Geography and school feeding, considering the publication of the Article 14 of Law 11.947 / 2009, in public schools of the state of Espírito Santo. In order to understand the complexity of this specific type of feeding, starting from the production of food until it reaches the table of students at lunchtime, a path for this process was created. This path runs through the study of nutrition from the perspective of Geography; Josué de Castro and his importance in elaborating public policies to fight hunger in Brazil, and the history of these policies; topics on family farming in Espírito Santo, through the conceptual discussion of the term; Nutritional Assurance in Brazil; and the Law 11.947 of June 16, 2009. The Brazilian School Nutrition Program is currently one of the world's largest programs within this topic, and its origin dates from the 1940s; which means that Brazil has been dealing with this subject for a fairly amount of time. And during this time, in 2009, the law upon which this work is based on was approved. The Article 14 of Law 11.947 / 2009 predicts that at least 30% of the funds intended for purchasing food for schools should go towards family farming. The Law is implemented by the Secretary of State for Education in 2011, and this work is based on the Public Call 001/2012 to spatialize school feeding in public schools of Espírito Santo. For this reason, from the concept of the space itself proposed by Milton Santos, maps of requested food and production were made, including data such as the number of students attended that year, and schools. Reports of food production related to land structure of the State were also included in order to show the influence of the most urbanized areas with food production.

Keywords: School Feeding; Family Farming; Law 11.947 / 2009; Public Policies.

À minha ‘tia-madrinha’, Iraci; minha mãe, Maria José e tias Suzana e Maria das Dores (*in memoriam*). Mulheres de luta, força e amor imensuráveis.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, Maria, e ao meu pai, Alonso. Pelo amor, mimo, carinho e apoio incondicional de sempre. E ao meu irmão Henrique.

À extensão da minha família Lily, Tia Celi, Taninha e Lúcia.

Ao orientador, Paulo Cesar Scarim, pelo tempo e dedicação.

À Izadora, pela prestatividade, simpatia e o melhor café.

Às ‘magrinhas’ - mulheres da minha vida: Maine, Marcela, Ju, Lara, Sarah, Belbel, Kênia, Rúbia, Maria Elisa.

Axs amigxs geográficxs: Kaio, Douglas Bonella, Douglas Salaroli, Duda, Guaçuí, Angelim, Ildranis, Paulo Henrique, Carol, Baianim, Hudson.

Wesley, um parágrafo só pra você, porque você merece. Muito obrigada.

À Thaty, Medelin e Macely (Miojo) pelo apoio, conforto, paciência, cervejas e afins. Amo vocês.

À galera do Observatório dos Conflitos no Campo no Espírito Santo (OCCA), onde tudo começou, em especial Guarapa e Farofa.

Às agricultoras e aos agricultores, camponesas e camponeses, que nos alimentam também de fé, luta e esperança em um outro mundo.

Lista de Figuras

Figura 1: Família dos EUA. Gastos com alimentação durante uma semana: \$341.98.....	7
Figura 2: Família do Equador. Gastos com alimentação durante uma semana: \$ 31,55.....	8
Figura 3: Representação da metodologia.....	20
Figura 4: Pequenos imóveis rurais nos municípios do Espírito Santo (2006). Organizado por Jaime Bernardo Neto, 2012.....	37
Figura 5: Divisão territorial do trabalho da produção agropecuária do Espírito Santo (2006). Organizado por Jaime Bernardo Neto (2012).....	38
Figura 6: Relação Produção de Alimento (gêneros analisados) X Município	61
Figura 7: Produção de alface no Espírito Santo (2006).....	70
Figura 8: Quantidade de alface em kg - Chamada Pública 001/2012	70
Figura 9: Produção de abobrinha no Espírito Santo (2006)	71
Figura 10: Quantidade de abobrinha em kg - Chamada Pública 001/2012	71
Figura 11: Produção de beterraba no Espírito Santo (2006)	72
Figura 12: Quantidade de beterraba em Kg - Chamada Pública 001/2012	72
Figura 13: Produção de brócolis no Espírito Santo (2006)	73
Figura 14: Quantidade de brócolis em kg - Chamada Pública 001/2012	73
Figura 15: Produção de couve no Espírito Santo (2006).....	74
Figura 16: Quantidade de couve em kg - Chamada Pública 001/2012	74
Figura 17: Produção de inhame no Espírito Santo (2006)	75
Figura 18: Quantidade de Inhame em kg - Chamada Pública 001/2012	75
Figura 19: produção de morango no Espírito Santo (2006).	77
Figura 20: Quantidade de morango em kg - Chamada Pública 001/2012.....	77
Figura 21:Produção de quiabo no Espírito Santo (2006)	78
Figura 22: Quantidade de quiabo em kg - Chamada Pública 001/2012	78
Figura 23: Produção de repolho no Espírito Santo (2006)	79
Figura 24: Quantidade de Repolho em kg - Chamada Pública 001/2012	79
Figura 25: Produção de vagem no Espírito Santo (2006).....	80
Figura 26: Quantidade de vagem (feijão) em kg - Chamada Pública 001/2012.....	80
Figura 27: Produção de pepino no Espírito Santo (2006)	81
Figura 28: Quantidade de pepino em kg - Chamada Pública 001/2012	81

Figura 29: Escolas públicas estaduais no Espírito Santo (2013)	84
Figura 30: Escolas públicas estaduais atendidas pelo PNAE (2013)	84
Figura 31: Sazonalidade dos alimentos	86

Lista de Tabelas

Tabela 1: Matrículas nas escolas públicas estaduais do Espírito Santo	55
Tabela 2: Valores pagos pelos gêneros alimentícios na Chamada Pública 001/2012	65
Tabela 3: Produção de alimentos por município	68
Tabela 4: Origem e destino dos alimentos de acordo com a Chamada Pública 001/2012 ...	83
Tabela 5: Origem e destino dos alimentos de acordo com a Chamada Pública 001/2012 ...	83
Tabela 6: Origem e destino dos alimentos de acordo com a Chamada Pública 001/2012 ...	83
Tabela 7: Resultados desertos da Chamada Pública 001/2012.....	85

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
1.1 A alimentação como objeto de estudo: mundialização da alimentação.....	3
1.2 Josué de Castro: Geografia da Fome aos dias atuais	11
1.3 Alimentação escolar no Brasil e no mundo	14
2. METODOLOGIA.....	18
2.1 Base de dados.....	21
2.2 Organização dos dados	23
2.3 Confecção dos Mapas	24
3. AGRICULTURA FAMILIAR E POLÍTICAS PÚBLICAS	25
3.1 Agricultura familiar e campesinato.....	25
3.2 Outros pontos relativos à agricultura familiar e não familiar	31
3.3 Agricultura Familiar no Espírito Santo.....	33
3.4 Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e de combate à fome no Brasil	39
3.5 Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Brasil	47
3.6 Lei 11.947 de 16 de Junho de 2009	49
4. GEOGRAFIA DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO ESPÍRITO SANTO.....	59
4.1 Chamada Pública 001/2012	62
4.2 A Geografia do artigo 14 da Lei 11.947/2009 no Espírito Santo	67
4.3 Problemáticas e desafios das políticas públicas voltadas à Agricultura Familiar.....	87
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	98
7. ANEXOS	105

1. INTRODUÇÃO

O alimento é essencial para a sobrevivência de todos os seres humanos. Apesar disso, desperta pouca atenção por parte das ciências sociais, ficando às ciências da saúde a responsabilidade de nos dizer o que comer, como comer, quando comer. Bleil (1998) corrobora o fato de a alimentação ser mais pesquisada pelo lado biológico, sendo o sociocultural deixado de lado, afirmando a tendência à especialização das ciências. Focando na dimensão da produção de alimento, ou seja, como o alimento chega às casas, existe um processo que, ao que parece, é desconhecido por parte da população. No campo, onde há a preparação e trabalho para se produzir o alimento, uma série de questões se impõe no que diz respeito aos trabalhadores rurais, à questão fundiária, entre outros. Antes das prateleiras dos grandes e pequenos mercados, ou das barracas das feiras livres, quem levou o alimento foi um atravessador ou o próprio produtor? Esse alimento foi processado, passou por algum tipo de transformação ou é *in natura*? E, se industrializado, dentro ou fora da propriedade? Essas questões, bem como a temática da globalização e comida são centrais para este trabalho. Verificamos, portanto, que a questão do alimento carrega uma complexidade que ultrapassa o que vem sendo estudado sobre ele.

As estruturas do cotidiano, entre as quais está inserida a alimentação, não causam tanta preocupação histórica ou geográfica entre os estudiosos, mas seus aparentes acontecimentos insignificantes estão cheios de mudanças históricas, a exemplo da maneira com que nos portamos à mesa, ou o uso de talheres. O modo de preparação de um mesmo alimento é diferente entre os povos e denota diferenças sociais e tecnológicas entre eles. Em *História da Alimentação* (1998), os autores afirmam que a alimentação é um tema que integra, pois perpassa várias ciências e vários saberes; compreender os comportamentos alimentares do ser humano pode romper com a distinção entre corpo e espírito, entre a matéria e o intelecto. As mudanças no modo de alimentar-se não estão separadas de outros acontecimentos históricos; as mudanças nessa e em outras estruturas do cotidiano que os acompanham, no entanto, não são, muitas vezes, temas de interesse. Bleil (1998) dá ênfase que a diferença entre comer, um ato social, e nutrir-se, uma atividade biológica, deve ser

considerada quando se pretende realizar um estudo sobre hábitos alimentares, destacando a relevância da transdisciplinaridade do tema.

Quando se trata de alimentos, o que se tem é uma grande variedade de cores, cheiros e sabores, a comida está em toda a estrutura social. Levando o tema para o interior do ambiente escolar, poucos sabem como aquele alimento chegou até ao refeitório, onde, como, por quem e por que foi produzido, por que uns são mais frequentes que outros e por que nem todos aparecem todos os dias no cardápio. Portanto, nesta pesquisa pretende-se observar mais de perto como o alimento chega até a escola, desde sua produção no estado do Espírito Santo, a relação de trabalho no campo, a relação entre a merenda e a cultura alimentar da região, e a importância dos movimentos sociais na busca por uma alimentação saudável e adequada. Nesse processo, em que se insere a busca pela produção agroecológica e convencional da agricultura familiar, a distribuição desses alimentos até chegar às escolas não é simples. Uma série de questões burocráticas é exigida do pequeno agricultor para que o mesmo tenha o direito de participar das chamadas públicas para a alimentação escolar.

A falta ou excesso de alimentos pode trazer graves consequências: a fome e a obesidade, além de fome oculta, carências nutricionais e doenças não transmissíveis. Duas condições em total oposição, que levam à degradação do corpo humano. Aqui trataremos também da fome, uma vez que ela foi a origem das políticas públicas voltadas à alimentação e nutrição no Brasil, entre elas o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), foco desta pesquisa. É válido lembrar que o conceito de (in)segurança alimentar e nutricional ampliou-se consideravelmente e implica numa dimensão qualitativa, de contaminação química, socioambiental e até do excesso de comida e distúrbios causados pela má alimentação, e não só pela carência da mesma. A política pública mais antiga do país e o segundo maior programa de alimentação escolar do mundo, o PNAE serve de inspiração para outros países, ao integrar a produção dos pequenos agricultores às mesas escolares.

Tomando a questão alimentar sob um âmbito geográfico, assumimos tratar centralmente aqui a dimensão do sistema agroalimentar que inclui a produção, transporte, comercialização, consumo, enfim, relação campo/ cidade e o trajeto do alimento até a mesa

dos brasileiros. Iniciaremos abordando o PNAE. Na Lei nº 11.947 de 16 de Junho de 2009 - que ocupa oito páginas - na primeira, no segundo artigo, a relação entre Geografia e Alimentação Escolar está explícita em aspectos como tradição, cultura, origem, local, comunidades tradicionais, entre outros. A partir daí, a Geografia pode, e deve, se inserir na educação alimentar de inúmeras formas. Este trabalho trata especificamente do Artigo 14 da Lei 11.947/2009 no estado do Espírito Santo a partir da concepção de espaço proposta por Milton Santos (2012a, 2012b). Julgamos importante também um levantamento histórico sobre a alimentação escolar, políticas públicas de combate à fome e apoio à agricultura familiar e agroecologia, e a instituição pública de ensino no Brasil, contextualiza o leitor nos temas que fazem parte do PNAE. Também será realizada uma descrição da Lei 11.947/2009 e da Chamada Pública 001/2012 - para o ano de 2013, além do levantamento de dados acerca da produção dos alimentos solicitados à agricultura familiar no estado, o número de alunos das escolas que recebem produtos da agricultura familiar, e quantidade de pequenos estabelecimentos no ES. Por fim, uma interpretação desse programa a partir de um ponto de vista geográfico encerra este trabalho, deixando novas questões para futuras pesquisas.

1.1 A alimentação como objeto de estudo: mundialização da alimentação

É fácil saber do que se alimentavam nossos pais, avós, ou nós mesmos há alguns anos atrás, para fazer uma comparação com o que comemos hoje, além do que é ofertado nas prateleiras dos supermercados e cardápios de restaurantes. Não há dificuldade em perceber a diferença das refeições cotidianas desde a preparação, passando pelos ingredientes, no tempo que temos para ingerir o alimento, na variedade de tipos de alimentos, entre outros aspectos inerentes ao ato de alimentar-se. E essas mudanças aconteceram junto com a evolução dos meios de transporte, dos meios de comunicação e da urbanização. Não que sejam fatos recentes, afinal, a globalização é um fenômeno que se inicia no século XVI, com a expansão do capitalismo, e a criação da possibilidade de trocas intercontinentais e transoceânicas, de plantas, de animais e de homens, com seus modos de fazer e ser (SANTOS, 2007). Mas, como afirma Hall (2003, 2006) e Santos (2007, 2012),

foi a partir do fim da II Guerra Mundial, mais intensamente depois dos anos 1970, que o processo de globalização tomou mais força, atingindo mais locais, em uma velocidade cada vez maior. É o que David Harvey (2010) chamou de “compressão espaço-tempo”, na qual o autor indicou “processos que revolucionam as qualidades objetivas do espaço e do tempo a ponto de nos forçarem a alterar, às vezes radicalmente, o modo como representamos o mundo para nós mesmos” (HARVEY, 2010, p.219). O autor utiliza o termo “compressão” por entender que há fortes indícios de que a história do capitalismo tem como uma de suas principais características a aceleração do ritmo de vida, ao mesmo tempo em que venceu as barreiras em um grau que o mundo parece, às vezes, encolher. De acordo com Harvey,

[...] à medida que o espaço parece encolher numa ‘aldeia global’ de telecomunicações e numa ‘espaçonave terra’ de interdependências ecológicas e econômicas, e que os horizontes temporais se reduzem a um ponto em que só existe o presente (o mundo do esquizofrênico), temos de aprender a lidar com um avassalador sentido de compressão dos nossos mundos espacial e temporal (2010, p. 219).

Harvey coloca a experiência da compressão do tempo-espaço como um desafio, uma tensão, um estímulo, capaz de provocar uma diversidade de reações sociais, culturais e políticas.

Todo esse processo modificou as maneiras dos seres humanos de alimentar-se. O tempo, o local, as companhias, já não são mais os mesmos. Nem o cômodo destinado à preparação dos alimentos, a cozinha, resistiu aos impactos da globalização. Ela, atualmente, ocupa uma posição meramente funcional, tornou-se pequena, e por vezes até integrada a outro cômodo. Gilles Fumey (2007) descreve a importância da cozinha, do sabor, dos contextos individuais e coletivos de alimentação, dos gostos, etc. No que se refere à cozinha, de início ele reforça que este cômodo representa mais do que tecnologias. A cozinha determina a escolha dos alimentos, a divisão e as maneiras dos trabalhos no grupo familiar. O autor percebe que quanto mais alto o nível de vida, mais a cozinha se destaca da esfera doméstica; nos grupos mais abastados, a alimentação passa a ser exercida fora de casa, em restaurantes, ou, se preparada em casa, são alimentos pré-prontos. O autor cita os EUA, onde 87% da população não se alimenta em casa ou utiliza alimentos pré-prontos. Já nos países mais pobres, as tarefas e as compras continuam a ser organizadas em função da cozinha. Bleil (1998) reforça, assim como outros autores citados, a questão do tempo na

cozinha; de acordo com a autora “somos levados como rebanhos para tudo que possa facilitar o trabalho na cozinha” (BLEIL, 1998, p.8), e daí o sucesso de alimentos pré-prontos e congelados.

Segundo Flamínio (2006) a cozinha, que a partir do início do século XIX é parte central da casa, junto com a sala e os quartos, passa por transformações em suas funções que nenhum outro cômodo passou; ela passa de um espaço multifuncional à cozinha doméstica que conhecemos hoje, destinada somente à preparação dos alimentos. Esta cozinha atual, pequena e funcional, surge a partir da mecanização, o papel da mulher, e o movimento arquitetônico corrente. A mecanização traz para a cozinha elementos produzidos em série, junto com a substituição das fontes de calor; mais tarde, o surgimento da eletricidade e fontes a gás, a transformação foi ainda maior neste espaço, e aparecem também outros aparelhos auxiliares, que diminuem o tempo de preparo dos alimentos, e é acessível às populações de baixa renda. A cozinha, então, recebe os inventos dos séculos XIX e XX e reorganiza seu espaço e suas funções. E para a população atual, principalmente a feminina, quanto menos tempo se passa na cozinha, melhor. A ideia que se tem desses inventos, e a que eles se propõem, é de facilitar a vida das pessoas, como se preparar o próprio alimento fosse uma perda de tempo.

A cozinha, inclusive, se destacou da residência, quando do surgimento do restaurante, “um estabelecimento no qual, mediante pagamento, é possível sentar-se à mesa para comer fora de casa” (PITTE, 1998, p.751). De acordo com os autores de História da Alimentação (1998), esse tipo de comércio cresceu acompanhando a urbanização, e se destinava aos viajantes, permanecendo ligado à cidade, de certo modo. Os modernos restaurantes que conhecemos hoje surgiram na França, no século XVIII. Ainda temos o *fastfood*, que apareceu primeiramente nos Estados Unidos e se espalhou pelo mundo, “é a aplicação do taylorismo, ou seja, da divisão e racionalização do trabalho, à preparação de refeições servidas em restaurante” (FISCHLER, 1998, p. 851). Para Fumey (2007), o *fastfood* indica uma independência dos consumidores em relação às refeições, símbolos de fortes momentos de intimidade e partilha. A logística do *fastfood* também implica um nível econômico elevado, além de processos industriais bem desenvolvidos, que deem conta de distribuir os mesmos produtos em vários lugares do mundo. A alimentação fora de casa, em

países ricos, é mais significativa nas cidades e durante a vida adulta, da população economicamente ativa; ela é mais fraca para crianças e idosos e no campo.

Susana Bleil (1998) traz a informação do estilo jovem que se pautou como um estilo de vida. Os adolescentes ganharam maior autonomia, passaram a ser vistos como um mercado promissor, e suas atitudes reforçaram o crescimento de refeições individuais, quebrando com a tradição das refeições com horários estabelecidos e feitas em conjunto. A autora dá notoriedade ao aumento e a importância do consumo de carne no ocidente - até no Japão - e da diminuição do consumo de cereais. A carne representa poder, status; já o cereal remete a vilas e aldeias, um mundo que muitos querem esquecer.

Bonomo (2010) afirma que os hábitos alimentares de crianças e adolescentes variam e podem mudar rapidamente. É necessário buscar com os pais ou responsáveis pela alimentação deles informações sobre o que eles comem, porque eles têm dificuldade em cooperar com os procedimentos da avaliação dietética.

Segundo este autor, no Brasil a disponibilidade de alimentos cresce junto com mudanças na dieta, daí aumenta a disponibilidade de produtos como carne, leite, biscoitos, e diminui a demanda por cereais e leguminosas. As mudanças sociais e econômicas ocorridas no país nas últimas décadas influenciaram uma mudança no modo de alimentar-se dos brasileiros. E o autor destaca que os hábitos alimentares são construções a partir de estabelecimentos de relações, identificação com valores sociais e padrões estabelecidos horários e estilos de vida.

Vários fatores interferem no consumo alimentar nesse período da vida, tais como valores socioculturais, imagem corporal, convivências sociais, situação financeira familiar, alimentos consumidos fora de casa, aumento do consumo de alimentos semipreparados, influência exercida pela mídia (principalmente nas áreas urbanas e grandes centros) e facilidade de preparo". (BONOMO, 2010, p.25)

Gilles Fumey (2007) afirma que alimentação está estritamente ligada ao processo de mundialização, e se as maneiras de fazermos muitas coisas mudaram com esse processo, a alimentação não escaparia dele. Este autor lembra que na Europa, especialmente na França, a globalização está fortemente ligada a uma ideia de uniformização dos modos de vida

vinda dos Estados Unidos da América. Fumey (2007) cita o ensaio fotográfico de Peter Menzel e Faith d'Alusio (2005), que mostrou mais de 30 famílias e os produtos que consomem semanalmente, junto com o valor que cada família gasta por semana para este fim. Neste ensaio, do qual selecionamos duas fotos para exemplificar (Figuras 1 e 2) pode-se perceber a variedade, semelhanças e diferenças dos alimentos que as famílias consomem, de acordo com o local, a cultura e a renda. De acordo com o autor, ao folhear as páginas, não se percebe a mundialização dos hábitos alimentares, tamanha a variedade de alimentos. Desse modo, ele utiliza esse ensaio para reforçar seu argumento de que não há uma mundialização da alimentação.



Figura 1: Família dos EUA. Gastos com alimentação durante uma semana: \$341.98.



Figura 2: Família do Equador. Gastos com alimentação durante uma semana: \$ 31,55.

Garcia (2003) destaca também a passagem da cozinha tradicional para a industrial, fato que faz com que haja um desenraizamento da alimentação. É possível encontrar pratos típicos de praticamente qualquer parte do mundo, e alimentos que antes eram sazonais, agora estão disponíveis durante todo o ano. Isso é a desterritorialização do alimento. Alguns se tornaram mundiais (cerveja, chocolate), deixando de ter um vínculo territorial e perdendo sua essência tradicional. (GARCIA, 2003)

Fumey (2007) destaca a participação da publicidade na divulgação dessa ideia da uniformização dos alimentos no mundo, por meio de filmes, por exemplo. O autor questiona essa “presença” de uma indústria de alimentos ou bebidas em vários países, porque uma fábrica ou um produto existir num determinado lugar não quer dizer que ela produza ou venda esse produto para a maioria daquela população. Ele cita o exemplo da indústria do turismo como grande fomentadora da noção de globalização dos alimentos, mas diz que os turistas - que podem comer numa grande rede de *fastfood* ou escolher a comida típica da região que visitam - vão dar preferência aos alimentos locais, que dificilmente serão encontrados em seus países de origem.

Fumey (2007) pondera, ainda, que o tema alimentação é um grande prisma no qual podemos enxergar a integração dos gostos e sabores estrangeiros à nossa própria cultura. O autor lembra a diferença de interpretação entre uma alimentação que se pode escolher o que comer, e uma na imposta pela necessidade fisiológica. De acordo com esse mesmo autor, a resistência ao processo de globalização da alimentação é grande, também, porque os dois bilhões de “pobres” no mundo não têm como escolher o que vai comer.

Já Bleil (1998) afirma que as escolhas alimentares relacionadas à cultura, apesar de parecerem óbvias, ainda não foram devidamente precisadas, o que não parece ser tarefa fácil. O alimento revela a qual grupo se pertence ou deseja pertencer, e, a não ser que forçada por situações de fome, o ser humano escolhe o que quer comer e mantém limites sobre o que é ou não comestível. A cultura é responsável por essas escolhas, estabelecendo o que é comestível e aceitável ao paladar.

Rosa Garcia (2003) traz uma abordagem da mudança dos hábitos alimentares urbanos, como reflexo da globalização. Segundo a nutricionista, a comensalidade atual urbana

se caracteriza pela escassez de tempo para o preparo e consumo de alimentos; pela presença de produtos gerados com novas técnicas de conservação e de preparo, que agregam tempo e trabalho; pelo vasto leque de itens alimentares; pelos deslocamentos das refeições de casa para estabelecimentos que comercializam alimentos – restaurantes, lanchonetes, vendedores ambulantes, padarias, entre outros; pela crescente oferta de preparações e utensílios transportáveis; pela oferta de produtos provenientes de várias partes do mundo; pelo arsenal publicitário associado aos alimentos; pela flexibilização de horários para comer agregada à diversidade de alimentos; pela crescente individualização dos rituais alimentares. (GARCIA, 2003, p.484)

A autora também dá destaque ao papel da globalização da economia, a indústria e o forte papel da publicidade nas mudanças alimentares. Para Garcia (2003), há uma tendência ao consumo de alimentos de elevado valor energético promovida pela indústria de alimentos. A autora lembra que a globalização atinge desde o setor agropecuário até a distribuição de alimentos em grandes redes de *fastfood*, destacando a relevância da ciência nos meios de comunicação e a presença de discursos científicos na publicidade de alimentos, o que desperta e reforça o desejo de consumo. Para Bleil (1998), esse tipo de alimentos, inventados pela indústria, utilizam de estratégias para atrair os consumidores: embalagens

coloridas; incorporação de grandes quantidades de sal, açúcar e gordura, além de outros aditivos químicos que se tornaram muito comuns. É o papel da publicidade e informação que já foi falado anteriormente. Outra questão discutida por Bliel (1998) é a diminuição dos rituais alimentares, ou seja, das refeições em conjunto. Principalmente nas cidades grandes, as refeições solitárias são cada vez mais presentes. Segundo a autora, uma das consequências desse modelo é o apelo a comer mais do que o necessário. Garcia (2003) também reforça que os hábitos culturais alimentares sofrem mais ou menos mudanças de acordo com suas práticas estabelecidas e simbolicamente valorizadas.

Referindo-se ao Brasil, Garcia (2003) indica a dificuldade em definir a identidade do brasileiro, o que contribui com o fato da facilidade com que estes incorporem hábitos (alimentares ou não) europeus e norte-americanos, por considerá-los modos de vida superiores. Os produtos que mais entraram no Brasil a partir da abertura de mercado (1992 a 1995) foram as preparações alimentícias diversas, o cacau e seus derivados, leite e seus derivados, líquidos alcoólicos e vinagre. As compras, atualmente, se dão pela opção de gastar menos tempo no preparo e diminuição na frequência das mesmas. No contexto da globalização alimentar no Brasil o aumento da comercialização dos alimentos por meio de redes de supermercados de grande superfície, como o Carrefour (GARCIA, 2003).

Percebe-se que alguns autores defendem que a alimentação está se mundializando, se homogeneizando; e outros pensam que a globalização reforça o sentimento de identidade, fazendo com que as pessoas resistam ao que vêm de fora e consumam alimentos nativos de seus lugares. Sabemos que ainda é possível saborear comidas típicas, e que encontraremos redes de *fastfood* igualmente nos mesmos lugares. Se o processo de globalização conseguirá uniformizar os hábitos alimentares ou não, ainda não é possível dizer, mas há uma pressão da mídia, alimentado por um sistema agroalimentar, que atinge principalmente os mais jovens, e faz com que se abandonem costumes tradicionais.

1.2 Josué de Castro: Geografia da Fome aos dias atuais

O PNAE é uma política pública de combate à fome, visando à segurança alimentar e nutricional dos estudantes brasileiros, e a garantia de produção e venda da agricultura familiar, ou seja, é uma política que deseja ser estrutural e não mais interventiva. Sendo assim, deve ser lembrado o primeiro estudo sobre a alimentação do país, em sua pior faceta: a fome. Josué de Castro investigou e denunciou o fenômeno Brasil afora por meio do método geográfico, e seus escritos deram origem à primeira providência por parte do governo federal de combate à fome no país.

O médico, geógrafo e sociólogo Josué de Castro foi professor de fisiologia, antropologia e geografia humana. Foi em sua terra natal que teve contato com a problemática da fome, como ressaltou dizendo:

Não foi na Sorbonne nem em qualquer outra universidade sábia que travei conhecimento com o fenômeno da fome. A fome se revelou espontaneamente aos meus olhos nos mangues do Capibaribe, nos bairros miseráveis do Recife – Afogados, Pina, Santo Amaro, Ilha do Leite. Esta foi minha Sorbonne. (CASTRO, J. *apud* ANDRADE, M. C. de. 2003, p.74)

O autor refutava a ideia de que o Brasil era um paraíso tropical, afirmando que a fome se dava por influência negativa das condições naturais, como na Amazônia, e também por fatores sociais provenientes do sistema de colonização. Castro, em *Geografia da Fome* (1946), dividiu o país em cinco regiões: a Amazônia, o Nordeste Açucareiro, o Nordeste seco, o Centro-Oeste, e o Sul. As variações climáticas dessas regiões influenciariam no sistema alimentar dessas populações. Em *Geopolítica da Fome* (1951), outra obra de grande destaque sobre o tema, Josué de Castro alcançou reconhecimento internacional, chegando a ter o título de Cidadão do Mundo. Os estudos do médico para além do território brasileiro, em escala mundial, o tornou um observador dos fatores do subdesenvolvimento, levando-o à atuação em organismos internacionais, como a Organização das Nações para a Agricultura e a Alimentação (FAO). No entanto, suas ideias acerca da problemática do subdesenvolvimento levaram o governo brasileiro a cassar seus direitos políticos, sendo exilado em 1964. Josué de Castro morreu em Paris, em 1973, sem poder voltar à sua terra natal.

Os escritos de Josué de Castro sobre a questão da fome continuam, em alguns aspectos, atuais. Mais de meio século após a publicação de *Geografia da Fome* (1946), suas ideias e sugestões, como a reforma agrária, até o presente momento não foram aplicadas. Da década de 1940 até o presente momento houve grandes avanços tecnológicos, inclusive no que se refere ao alimento. De acordo com Filho e Batista (2003), “sabe-se, hoje, como produzir, transformar, conservar e transportar alimentos satisfatoriamente para toda a população humana” (p.40), ou seja, a equação para o problema da fome está suficientemente resolvida em escala mundial, segundo os mesmos autores. Portanto, mais uma vez confirma-se a hipótese de que o problema da fome não é uma questão de logística ou a falta dela, mas de má vontade de um grupo dominante. O próprio Josué de Castro afirma que

O subdesenvolvimento não é, como muitos pensam equivocadamente, insuficiência ou ausência de desenvolvimento. O subdesenvolvimento é um produto ou um subproduto do desenvolvimento, uma derivação inevitável da exploração econômica colonial ou neocolonial, que continua se exercendo sobre diversas regiões do planeta (CASTRO *apud* ANDRADE, 2003,p. 74)

Até hoje, a referência nos assuntos que tangem à problemática da fome continua sendo Josué de Castro, para conscientização pública ou das instâncias governamentais. A fim de atingir esse objetivo, são realizados trabalhos científicos, conferências, eventos, etc., para acompanhamento dos problemas da fome no Brasil e no mundo, sempre com referência ao Cidadão do Mundo.

Ainda de acordo com Filho e Batista (2003), comparar a situação atual com a da época de Josué de Castro necessita de ajustes para compatibilizar os dois momentos históricos. Por exemplo, a expectativa de vida e o número de filhos por mulher não eram os mesmos do cenário descrito pelo médico, bem como a inversão significativa da população campo/cidade. Também não eram tão presentes na mesa da população brasileira os alimentos industrializados, e aí a questão da fome pode até se inverter: torna-se um problema de obesidade/sobrepeso. Filho e Batista (2003) destacam que, no decorrer dos anos, a variedade dos alimentos dos brasileiros aumentou, alterando de forma positiva o déficit de nutrientes nas áreas de fome e subnutrição. O problema nutricional mais grave à época no Brasil era a anemia, segundo os mesmos autores, que destacam também que a

desigualdade e má distribuição de renda no país eram, ainda, grandes causadores do problema da fome e subnutrição. Nas palavras dos autores “os níveis epidemiológicos das doenças carenciais são inaceitáveis, como já o eram meio século antes, conforme enunciava e denunciava Josué de Castro” (p.47).

De acordo com Manuel Correia de Andrade (2003), o pensamento de Josué de Castro era estruturado em dois pilares: a teoria, por meio de estudos e leituras dos autores clássicos sobre o tema; e a prática, em observações de campo por ele organizados e dirigidos. Para esse mesmo autor, atualmente seria a educação alimentar a grande via de correção dos maus hábitos alimentares adquiridos pelos brasileiros ao longo dos anos e das transformações no processo de produção e distribuição - passando pela propaganda midiática - dos alimentos. A urbanização também influenciou na mudança do regime alimentar, conforme assinala Andrade (2003). Isso porque com a urbanização houve uma uniformização dos hábitos alimentares, com a contribuição do crescimento das comunicações nas áreas urbanas; vários alimentos importados hoje são produzidos em território nacional, e a presença de *fastfoods* espalhados pelas cidades grandes e médias. Segundo Andrade (2003) a maioria da população mais pobre brasileira sofre, ainda, de carência de nutrientes e é vítima da fome aguda e crônica. No entanto, atualmente a causa da alimentação inadequada é, também, a influência da propaganda comercial. Para o médico, também conforme Manuel Correia de Andrade, entre as medidas mais relevantes para acabar com a fome, se encontram a reforma agrária (como conquista dos dominados, e não como “esmola” dos que estão no poder); a Educação voltada, inclusive, para o fortalecimento da cidadania; e a necessidade da redução dos desníveis de desenvolvimento no território brasileiro e entre os países, com a finalidade da eliminação do subdesenvolvimento.

No ponto de vista do médico Humberto Costa, mesmo depois de 50 anos transcorridos de Geografia da Fome, o quadro de desigualdades no Brasil se mantém na atualidade em âmbito econômico, social e regional. Para Costa (2003), nem se a metodologia ou a execução do estudo acerca da fome for modificada, deixar-se-á de encontrar milhões de brasileiros em situação de fome. De acordo com o médico,

[...] enquanto uma única pessoa não puder exercer o mais elementar direito de cidadania, que é o de se alimentar satisfatoriamente, o poder público e a sociedade estarão em dívida com o compromisso ético de respeito à condição humana. (Costa, H. 2003 p.92)

A contribuição de Josué de Castro é de extrema relevância para a problemática da fome no Brasil até hoje, como visto. Portanto, qualquer pesquisa relacionada à alimentação, principalmente sendo de cunho geográfico, deve incluir o que foi pensado, analisado e denunciado pelo geógrafo e médico.

1.3 Alimentação escolar no Brasil e no mundo

Em âmbito mundial, foi publicado em 2013 o relatório da Organização das Nações Unidas “O Estado da Alimentação Escolar”, que faz uma análise mundial dos programas de alimentação escolar em países desenvolvidos e em desenvolvimento, bem como dados sobre a forma como os governos usam a merenda como um fator de segurança em tempos de crise.

O objetivo do relatório é agregar à análise de 2009 (Reconsiderando a Alimentação Escolar), que foi pensada para os países mais pobres, originalmente, mas alguns países mais prósperos se interessaram por receber informações confiáveis sobre como fornecer apoio social aos mais pobres, e começar um processo sistemático para entender melhor os pontos fortes e os desafios que enfrentam os programas de alimentação escolar a nível mundial. É um trabalho em andamento e representa o estado atual de compreensão da alimentação escolar do ponto de vista da Organização das Nações Unidas (ONU). De acordo com o relatório,

A informação é derivada de uma pesquisa global executada pelo Programa Mundial de Alimentos (PMA) no início de 2012 e de uma série de estudos de caso e documentos técnicos de trabalho revisados por especialistas e desenvolvidos com associados. A análise levou à identificação de novas áreas que requerem atenção mais canalizada. O estudo ressalta tais áreas e delinea a agenda de pesquisa na qual o PMA e seus associados estão colaborando neste momento (tradução nossa) (PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS, 2013, p. 1-2)

É a primeira de três publicações, e traz em seu conteúdo uma abertura de caminhos para desenvolver uma melhor base de evidências sobre a Alimentação Escolar; estudos de caso de países com experiência em Alimentação Escolar; e lições aprendidas por países que

fizeram a transição entre a dependência a ajuda externa à apropriação nacional. Apesar de abarcar todo tipo de alimentação, é enfatizada a alimentação escolar nas dependências das escolas. (PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS, 2013)

O Programa Mundial de Alimentos (2013) define Alimentação Escolar como “a provisão de alimentos aos escolares (tradução nossa)” (p.3). Segundo o relatório, há vários tipos de programas, mas estes podem se classificar em duas categorias principais, com base em suas modalidades: (1) a alimentação nas escolas, na qual os escolares recebem os alimentos na escola; e (2) as ‘rações’ (alimentos em quantidade suficiente) para levar para casa, na qual as famílias recebem alimentos, se seus filhos vão à escola. A alimentação na escola pode dividir-se, por sua vez, em duas categorias comuns: (1) os programas que fornecem refeições e (2) os programas que fornecem lanches.

O relatório utiliza fontes primárias e secundárias para derivar informação sobre os programas de alimentação escolar ao redor do mundo. A estrutura conceitual se baseia em cinco estandartes: 1) quadros nacionais de políticas sólidas; 2) financiamento estável e previsível; 3) capacidade institucional suficiente para sua implementação e coordenação; 4) projeto e implementação de qualidade; e 5) participação da comunidade. Os dados quantitativos são do ano de 2012. (PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS, 2013)

Com a finalidade de entender como é significativa a alimentação escolar, este relatório apresenta, ainda, as primeiras estimativas do número de crianças que recebem alimentos no ambiente escolar em todo o mundo, a importância dos investimentos governamentais e a cobertura dos programas. Quase todos os países do mundo buscam alimentar suas crianças em idade escolar, e os programas de alimentação escolar podem, talvez, ser considerados a maior rede de proteção do mundo. Com o objetivo de responder como os países podem melhorar a eficiência e eficácia dos programas que estão implementando, o diagnóstico afirma que a cobertura dos programas de alimentação escolar é menor onde a necessidade é maior. Nos países de baixa renda, o programa de alimentação escolar é feito dentro da assistência para o desenvolvimento que recebem como ajuda externa. (PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS, 2013)

O estudo mostra que a renda dos países está diretamente ligada ao nível de enraizamento desses programas dentro da política nacional. Há um crescente apoio político à alimentação escolar e uma demanda maior de orientação com base nas evidências. Embora o relatório apresente dados sobre todas as faixas etárias, a análise da cobertura (proporção de alunos que frequentam a escola) se limita aos estudantes da escola primária.

Há pelo menos 168 milhões de crianças em idade escolar no mundo, que recebem alimentação por meio de suas escolas, numa amostra de 169 países. Com base na informação do número de alunos que recebem alimentação na escola e o custo *per capita* da alimentação escolar, pode-se estimar que o investimento anual global se encontra entre 47 e 75 bilhões de dólares, a maioria vindo de orçamentos governamentais. Os maiores programas são na Índia, Brasil, Estados Unidos e China. O maior programa de alimentação escolar do mundo é o da Índia; em 2011 o programa atendeu a 113,4 milhões de estudantes.

Os programas de alimentação escolar se iniciaram nos países de rendas baixa em média há 21 anos. A partir de 2008, vários países buscaram ampliar esses programas. Nos países de rendimento baixo, geralmente delimita-se a área onde há estudantes/pessoas mais pobres, e estudantes com pior desempenho, e é oferecida alimentação escolar nessas regiões.

Bonomo (2010) afirma que programas preventivos, como os de alimentação voltado aos escolares, dão de custo muito reduzido em relação ao tratamento de consequentes doenças causadas por uma má alimentação, e que tais programas também são uma ferramenta para combater a má nutrição, uma vez que o ensino fundamental é quase universal.

Já os dados sobre alimentação escolar em países ricos ainda é limitado. A alimentação escolar nos países de renda alta e média-alta está presente há muito tempo, em média há 38 anos. A preocupação desses países é com a obesidade/sobrepeso e com o rendimento escolar. Nos países ricos, a alimentação escolar está disponível, geralmente, para todos os estudantes. Suécia e Finlândia são exemplos notáveis.

O relatório destaca a atuação do Brasil, segundo maior programa de alimentação escolar do mundo, dizendo que “o Brasil ligou com sucesso a alimentação escolar com a

produção de agricultores familiares, produzindo bons resultados tanto para os escolares como para o setor agrícola de pequena escala e economias locais (tradução nossa)” (PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS, 2013, p.26)

A origem da preocupação política do Brasil com a alimentação escolar data da década de 1940. No entanto, a ideia não pôde ser concretizada por falta de recursos financeiros, segundo o histórico do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Nos anos da década de 1950, foi elaborado um Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, chamado Conjuntura Alimentar e o Problema da Fome no Brasil, estruturando-se, assim, o primeiro programa de merenda escolar em âmbito nacional, sob a responsabilidade pública. Desse plano original, o único programa que permaneceu foi o Programa de Alimentação Escolar, apoiado pelo então Fundo Internacional de Socorro à Infância (FISI), atualmente Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Ainda de acordo com o histórico do FNDE, apenas em 1979 o programa passou a ser denominado Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - após várias mudanças de nomes - e era gerenciado pela Campanha Nacional de Alimentação Escolar. É esse programa que esta pesquisa vai explorar a partir de uma perspectiva geográfica.

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa se fundamenta, primeiramente, em uma revisão bibliográfica acerca da alimentação, e da sua importância como objeto de estudo, a partir de leituras do médico e geógrafo Josué de Castro em *Geografia da Fome* (2006) e *História da Alimentação* (1998); Na geografia, Gilles Fumey (2007) trata da geopolítica e mundialização da alimentação; e Lucci (2013), em sua dissertação, trabalha a geografia dos alimentos no Espírito Santo. Em seguida, uma análise sobre políticas públicas de combate à fome no Brasil e de apoio à agricultura familiar se faz necessária. Também é feito um histórico sobre a alimentação escolar no país com base no PNAE e uma descrição da Lei 11.947/2009 e da Chamada Pública 001/2012 elaborada pela Secretaria Estadual de Educação do Espírito Santo (Sedu) foi feita. Por fim, a coleta e cruzamento de dados obtidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), nos dá a base para a discussão sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar após promulgação da Lei 11.947/2009 no Espírito Santo, utilizando os pressupostos teóricos de Milton Santos (2012a, 2012b). Teremos, desse modo, o encontro dos pontos expostos – alimentação, políticas públicas, agricultura familiar, alimentação escolar - sob um ponto de vista geográfico.

De acordo com Milton Santos (2012a, p. 76) “os mesmos objetos podem dialogar com as mais diversas disciplinas”, e continua, “trata-se de reconhecer o valor social dos objetos, mediante um enfoque geográfico. A significação geográfica e o valor geográfico dos objetos vêm do papel que eles desempenham no processo social” (SANTOS, 2012a, p.77). Logo, pode-se afirmar que o alimento é um objeto palpável para a geografia, porque indispensável a todo ser humano. Além disso, as questões que envolvem o alimento, nesse caso as políticas públicas de combate à fome, a alimentação escolar, e as voltadas para a agricultura familiar, fazem parte de um amplo processo social, que abarcam o alimento desde a produção até o consumidor final.

A fim de aproximar o diálogo entre a ciência geográfica e a alimentação escolar, será realizada uma análise do espaço como totalidade, proposto por Santos (2012a, p. 63) como “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos

e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como quadro único no qual a história se dá”. No espaço geográfico se encontram os fixos e fluxos, que se dão a partir da configuração territorial e das relações sociais, no qual a materialidade, acrescida das relações sociais, configura o espaço. Santos (2012a) considera os objetos como meios de ação cristalizados, como cultura, costumes, músicas e leis. Sendo assim, podemos atestar que a alimentação por si só, e a alimentação escolar, estão inseridas em um sistema de objetos, uma vez que são regidas por normas, aspectos culturais, e leis, no que se refere ao objeto de estudo deste trabalho. No que diz respeito às ações, Santos (2012a) afirma que os homens são seres de ação, e que um ato não é um comportamento qualquer, e sim orientado com a finalidade de atingir algum objetivo. O autor lembra a importância de distinguir entre os atores que decidem e os outros. Os atores que decidem são os governos, multinacionais, organizações internacionais, etc. E só o homem tem ação; inclui-se aí, portanto, as empresas e as instituições.

Nesse sentido, o PNAE, objeto deste estudo, é uma das políticas públicas de combate à fome e apoio ao agricultor familiar no Brasil, regida por uma lei federal e efetivada por meio dos cidadãos da sociedade civil que compõem o Conselho de Alimentação Escolar nos estados e municípios. Portanto, produto de uma ação carregada de intencionalidade do poder público – o ator que decide -, que atinge a sociedade civil enquanto produtores e consumidores.

Santos (2012b), outrossim, discorre a respeito dos elementos do espaço, que são os homens, as firmas, as instituições, o meio ecológico e as infraestruturas. De acordo com Santos (2012b), os homens - e mulheres - são elementos do espaço independentemente da faixa etária ou de estarem empregados. As firmas têm o papel de produzir bens, serviços e ideias. As instituições produzem normas, ordens e legitimações. O meio ecológico é conjunto de complexos territoriais que constituem a base física do trabalho humano. E as infraestruturas representam o trabalho humano materializado e geografizado. É possível relacionar o tema da pesquisa com os elementos do espaço propostos por Santos (2012b), uma vez que todos esses elementos estão presentes no contexto dessa política pública. Os ‘homens’ seriam os consumidores finais (os estudantes), os produtores, as pessoas que preparam os alimentos. As ‘instituições’ corresponderiam ao governo, federal e estadual,

ditando as regras de como deve ser a alimentação dos estudantes. O ‘meio ecológico’ pode ser entendido como a terra onde são produzidos os alimentos. Por fim, as ‘infraestruturas’ seriam as escolas, local onde são preparados, armazenados e consumidos os alimentos.

Santos (2012b) ainda afirma que o espaço deve ser considerado como uma totalidade, e que a divisão desse todo em partes deve ser feito por meio da análise, uma forma de fragmentação do todo, que ao final, permite a reconstituição desse todo. Portanto, será feito o estudo dos elementos do espaço da Alimentação Escolar separadamente, mas de tal forma que ao final seja possível reconstituir a totalidade, o espaço.

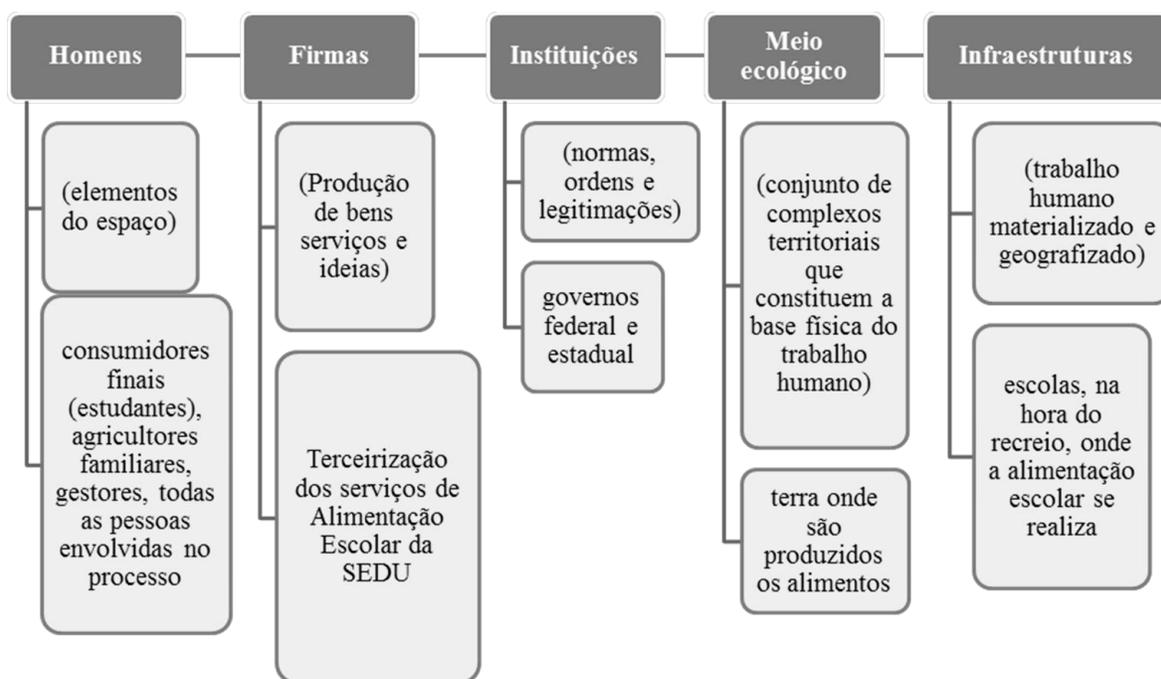


Figura 3: Representação da metodologia

2.1 Base de dados

Para atingir os objetivos dessa pesquisa, utilizou-se os dados referentes a:

- Produção de onze gêneros alimentícios pela agricultura familiar no Espírito Santo;
- A quantidade solicitada pela Sedu desses mesmos alimentos para atender às escolas públicas estaduais no ano de 2013;
- A quantidade de escolas estaduais no Espírito Santo em 2013;
- Quais e quanto desses alimentos foram efetivamente entregues, e por qual município;
- A quantidade de escolas que foram atendidas pelo PNAE em 2013;
- E o número de alunos atendidos pelo Programa no mesmo ano.

Como resultado da Chamada Pública 001/2012 temos o Aviso de Resultado, publicado no Diário Oficial do Espírito Santo no dia 08 de Fevereiro de 2013, sob o número do processo 59655160/2012. Nele constam as cooperativas e associações credenciadas, divididas por município de destino dos produtos, os produtos, e o valor total por município. Também aparecem os lotes desertos, que são os municípios que não apresentaram nenhum participante. Nesse resultado aparecem, portanto, qual cooperativa entregou qual gênero para qual município, e qual o valor pago pelo Estado pelos gêneros.

Em outro resultado aparece, por mês, os nomes dos agricultores (nome completo, número da DAP, CPF), qual alimento ele disponibilizou, a quantidade em Quilos, o preço da unidade e o valor total. Todos esses dados reunidos por cooperativa com seu nome, CNPJ e DAP jurídica.

Além destes, há um resultado geral com dados da proposta inicial e os resultados obtidos em relação às escolas, aos municípios e ao custo da chamada. Também há dados

por cooperativa do valor do projeto de venda, o valor pago, a porcentagem gasta em relação à proposta inicial, quais gêneros alimentícios foram comprados e o número de produtores.

Os dados da produção, foram adquiridos junto ao Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA)/ Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA).

No SIDRA/LSPA foram retirados os dados de produção dos agricultores familiares que não participam do PRONAF (não pronafianos) e os dados totais, isto é, os não pronafianos somados aos que participam do PRONAF. Então foi subtraído o número total dos não-pronafianos, para obtermos os dados somente dos agricultores que participam do PRONAF (pronafianos). Neste trabalho, levando em consideração que os dados marcados com "-" são iguais a zero não resultantes de arredondamento, consideramos o número redondo como valor, ou seja, consideramos o "-" igual a zero. E levando em consideração que "x" onde houve menos de três informantes nas unidades territoriais considerou-se o valor de "x" igual a zero. Desse processo resultaram os dados utilizados na elaboração dos mapas de produção de alimentos no ES. Esses números estão em toneladas (T).

Os dados relativos à solicitação dos alimentos pela Secretaria de Educação foram retirados da Chamada Pública 001/2012, disponível no site da própria secretaria. A Chamada possui 34 gêneros alimentícios, mas foram selecionados os mesmos da produção, a fim de se fazer uma comparação dos dados. As quantidades da Chamada estão em quilos (Kg). Os dados do resultado da Chamada foram obtidos através da Gerência de Apoio Escolar, na Sedu, e no Diário Oficial do Espírito Santo do dia 08 de fevereiro de 2013. No material disponibilizado pela gerência os dados estão agrupados por cooperativas de agricultores familiares, especificados pelo nome do agricultor, o número do DAP físico, o número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), qual alimento foi entregue por ele, a quantidade e o valor do mesmo. No resultado da Chamada Pública publicado pelo Diário Oficial constam as cooperativas que participaram, quais alimentos elas entregaram e para quais municípios. Portanto, para o resultado final desta etapa foram cruzados os dados obtidos na gerência com os dados do Diário Oficial.

Os gêneros alimentícios selecionados foram: abobrinha, alface, beterraba, brócolis, couve, inhame, morango, pepino, quiabo, repolho e vagem. O critério utilizado para a

escolha dos alimentos foi a existência de dados no Censo; ou seja, de todos os alimentos *in natura* da Chamada (vinte e dois), apenas onze estavam disponíveis no Censo.

O número de escolas públicas estaduais em pleno funcionamento no ano de 2013 e a quantidade de alunos matriculados foi adquirido da Subgerência de Estatísticas Educacionais da Sedu. Já a lista das escolas atendidas pelo PNAE do mesmo ano consta na Chamada Pública.

2.2 Organização dos dados

A organização dos dados que deram origem aos mapas foi feita, primeiramente, em tabelas. Os dados do Censo do IBGE (Produção, Venda e Valor da produção na horticultura nos estabelecimentos agropecuários, por produtos da horticultura, condição do produtor em relação às terras, grupos de atividade econômica e uso de irrigação - (MDA - PRONAF)) estavam organizados por município, produtos da horticultura, pronafianos (Total e Não pronafiano) número de estabelecimentos, quantidade produzida (Toneladas), quantidade vendida (Toneladas), valor da produção (Mil Reais). A partir dessas tabelas, subtraímos o Total dos Não pronafianos, obtendo a quantidade desses dados dos Pronafianos. Depois organizamos em tabelas a relação dos gêneros alimentícios por município do estado, que serviram de base para os mapas.

Os dados da Chamada Pública estavam também divididos por municípios, com a quantidade de cada alimento (em quilos) por mês, e o total anual dos mesmos. Primeiro, montamos tabelas por município dos onze alimentos escolhidos para esta pesquisa; após isso fizemos tabelas comparativas da produção desses alimentos com a quantidade pedida na Chamada, por município. E então foram feitas tabelas organizadas pela relação da quantidade dos alimentos solicitados por município, que deram origem aos mapas da Chamada Pública.

Os dados das escolas públicas estaduais em funcionamento no ano de 2013 estavam organizados em tabelas de matrículas por etapa/modalidade de ensino, escola, localização e município da rede estadual. A partir dessa tabela foram retirados os dados, separadamente, da quantidade de escolas e da quantidade de alunos matriculados. A tabela das escolas foi colocada no mesmo molde que a dos alimentos, para serem feitos os mapas. As escolas atendidas pelo PNAE em 2013 estavam relacionadas na Chamada; logo, as informações foram retiradas dali e foi montada uma tabela que deu origem ao mapa. Em gráficos, foi feita uma comparação entre as escolas em funcionamento e as escolas atendidas pelo Programa, divididas por Superintendência Regional da Educação (SRE), para melhor visualização.

2.3 Confeção dos Mapas

Para a confecção dos mapas apresentados foi seguido o roteiro proposto em Correa (2014). Sendo assim, foram utilizadas para esta pesquisa as bases cartográficas do limite estadual, limite nacional e limite dos municípios, cedidas pela Coordenação de Geoprocessamento do Instituto Jones dos Santos Neves (CGEO/IJSN, 2011).

A organização dos dados espaciais teve início com a criação de um projeto no SIG com as seguintes características:

- Sistema de Projeção Universal Transverso de Mercator (UTM);
- Datum Sirgas 2000;
- Zonal 24 Sul;
- Padronização cartográfica segundo Fitz (2008);

Utilizou-se o Sistema de Informações Geográficas ArcGIS 10.1 disponível no Laboratório de Cartografia e Geotecnologia (LCGEO), do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo, para confecção de todos os mapas apresentados nesta pesquisa.

3. AGRICULTURA FAMILIAR E POLÍTICAS PÚBLICAS

3.1 Agricultura familiar e campesinato

Esta é uma pesquisa sobre a alimentação escolar após a promulgação da Lei 11.947/2009, especificamente o Artigo 14, que obriga a destinar no mínimo 30% da verba para a compra dos alimentos da merenda da agricultura familiar. Aqui faz-se o uso do termo ‘agricultura familiar’, como no texto da lei e de várias outras políticas públicas voltadas à promoção da segurança alimentar e nutricional. Acontece que esse termo não surgiu por acaso; surgiu para diferenciar o ‘agricultor familiar’ do ‘camponês’, considerado atrasado. Então, é indispensável uma discussão acerca desses termos e seus significados políticos. Para fins legais, a legislação brasileira define agricultura familiar de acordo com artigo 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006:

[...] para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Primeiramente, se faz necessária uma breve colocação a respeito do termo ‘agricultura familiar’ e ‘campesinato’. Shanin (1980) fala da importância da análise do termo camponês, e que o modo como essa palavra é empregada reflete intencionalidades de quem a usa. À época, ele já considerava propícia uma revisão conceitual e epistemológica da expressão. O autor parte da “hipótese de nulidade”, que se inicia a partir das razões pelas quais o conceito deveria ser descartado, para analisar o termo camponês. De acordo com Shanin (1980) camponês é uma mistificação, não existe num sentido imediato. Camponeses diferem em sua diversidade em vários lugares do mundo, assim como em diferentes épocas. Finalmente, Shanin (1980) destaca que esses termos a-históricos podem ser manipulados de

acordo com interesses políticos ou acadêmicos. Dessa forma, salienta o autor, o camponês se tornou uma mistificação.

O cerne das características dominantes do campesinato, de acordo com Shanin (1980), se dá na dinâmica do estabelecimento rural familiar, enquanto unidade básica de produção e meio de vida social. Seguindo essa linha, percebe-se que a própria existência do camponês enquanto entidade social específica depende da presença de estabelecimentos rurais familiares como a unidade básica da economia e da sociedade. Logo, o camponês deve ser compreendido “através da investigação das características do estabelecimento rural familiar camponês, tanto internas quanto externas, isto é, suas específicas reações e interações com o contexto social mais amplo” (SHANIN, 1980, p. 51-52).

Ainda sobre a questão dos conceitos, Bombardi (2003), salienta a importância dessa discussão, já que acarreta uma responsabilidade social por parte de quem o vai e como vai utilizar, não sendo os mesmos neutros, além de carregados de ideologia. De acordo com Bombardi (2003) o termo ‘agricultura familiar’ aparece nos anos 1990, com a finalidade de mostrar como os agricultores estão inseridos no mercado. Ainda segundo a mesma autora, ao se trabalhar o conceito de campesinato partindo dos estudos de Shanin, e outros autores, significa entender o camponês dentro do processo capitalista de produção. A autora acrescenta, ainda, que

o campesinato se reproduz no interior do capitalismo e é uma classe social também neste modo de produção. Neste entendimento, sabemos que o capitalismo carrega consigo a necessidade constante de sua reprodução, sua manutenção só se estabelece reproduzindo também o processo de produção do capital (BOMBARDI, 2003, p.6-7)

Bombardi (2003) analisa a compreensão do significado do conceito de camponês a partir da questão econômica, política e moral. Ela considera as três questões inter-determinadas. Sobre a questão moral, a autora enfatiza a diferença na lógica em que opera o camponês, que não busca explicações sempre em fatores econômicos. Além disso, os valores para o camponês são outros; há uma outra relação com a família, a comunidade; os laços de solidariedade são muito fortes. Segundo a autora, o universo de valores do campesinato está imerso numa concepção holística de mundo.

Marta Marques (2008) também faz uma análise dos conceitos de agricultura familiar e campesinato, já iniciando a discussão defendendo o campesinato enquanto classe social, já que é conceito-chave para a compreensão dos processos sociais e políticos existentes no campo brasileiro e suas contradições. A autora lembra que o conceito nasce na Europa durante a idade média, mas que o campo brasileiro tem suas especificidades, e é criado no seio de uma sociedade situada na periferia do capitalismo e à margem do latifúndio escravista. Marques (2008) lembra que, em oposição ao camponês europeu, a trajetória do campesinato brasileiro é marcada por forte mobilidade espacial. Ainda de acordo com Marques (2008),

O campesinato se refere a uma diversidade de formas sociais baseadas na relação de trabalho familiar e formas distintas de acesso à terra como o posseiro, o parceiro, o foreiro, o arrendatário, o pequeno proprietário etc. A centralidade do papel da família na organização da produção e na constituição de seu modo de vida, juntamente com o trabalho na terra, constituem os elementos comuns a todas essas formas sociais. (MARQUES, 2008, p.60)

No que se refere ao conceito de agricultura familiar, esta autora nos lembra que ele foi proposto durante os anos 1990, como um conceito-síntese que substituiu o de camponês, e foi aceito sem maiores reflexões na academia, pelo Estado, e até pelos movimentos sociais e sindicatos. Essa substituição se deu baseada em uma concepção evolucionista da história, e sua aceitação enfraqueceu o debate político acerca da questão agrária. Neste trabalho serão utilizadas as duas expressões, de acordo com a fonte utilizada.

É importante esclarecer de onde veio e como surgiu o termo ‘agricultura familiar’, e de que forma ele é utilizado pelo Estado, nas academias e nos movimentos sociais. Da mesma forma é mister saber como e por que o termo ‘camponês’ foi sendo deixado de lado e substituído, como se o campesinato já não existisse mais, o que é uma inverdade. O campesinato existe, se fortalece, luta e se recria dentro do sistema capitalista, e ainda é o grande responsável pela nossa alimentação.

O campesinato e a agricultura familiar têm uma relação com a natureza e com a sociedade que vai além da produtividade. Por isso é chamada de multifuncional. Maria de Nazareth Baudel Wanderley (2003) nos diz que a agricultura familiar carrega múltiplas funções, não só as de mercado, mas também oferece outros bens à sociedade, inclusive

bens imateriais. A autora sugere compromissos que reconhecem a importância dos agricultores para a sociedade e da sociedade para os agricultores nas pesquisas feitas no Brasil. Carneiro e Maluf (2003) privilegiaram quatro funções associadas ao exercício da atividade agrícola: “a reprodução socioeconômica das famílias; a promoção da segurança alimentar da sociedade e das próprias famílias rurais; a manutenção do tecido social e cultural e a preservação dos recursos naturais e da paisagem rural” (p. 22). Sob uma ótica mercadológica, a agricultura familiar é mais uma atividade que deveria se inserir no mercado de acordo com as diretrizes do sistema capitalista. Entretanto, há no campo, e no Espírito Santo isso é bem significativo, movimentos de resistência contra essa visão mercadológica dos alimentos. Entidades como o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e outros grupos que defendem a produção agroecológica, lutam para que seja dada a devida atenção aos que realmente colocam comida de qualidade à mesa da população brasileira.

Teodor Shanin (1983) afirma que havia a crença de que o avanço do processo econômico era inevitável, inclusive no campo. O autor dividiu a sociedade camponesa em agricultores ricos, chamando-os de empresários do capital, e agricultores pobres, que perderiam suas terras, tornando-se assalariados agrícolas ou empregados urbanos. Ou seja, a forma de produção capitalista se estabeleceria no campo, e o campesinato se decomporia em novas classes rurais típicas da sociedade capitalista, conforme afirmavam as teorias vigentes da época. Shanin (1980) afirma que os camponeses, em determinadas condições, não desaparecerão, nem se tornarão empresários capitalistas, assalariados, ou pauperizados; eles persistem, transformando-se e adaptando-se à economia capitalista que adentra à sua vida. Portanto, podemos considerar os programas de apoio ao camponês no Brasil uma inserção e adaptação do mesmo ao sistema capitalista, o que não ocasiona em seu desaparecimento.

Segundo Shanin (1983), as unidades domésticas camponesas - natureza da sociedade camponesa - parecem constituir a característica mais significativa do campesinato como fenômeno social específico, sendo, por sua vez, a origem das características genéricas mostradas pelo campesinato de todo o mundo. A unidade doméstica camponesa caracteriza-se por uma quase total integração da vida da família e sua propriedade agrícola. A mesma

operava como uma unidade de organização social de grande coesão, com divisões básicas de trabalho, autoridade e prestígio sobre linhas familiares estabelecidas, além de ser também a unidade básica de produção, consumo, posse, socialização, sociabilidade, apoio moral e ajuda econômica mútua, em que o chefe era o pai da família. (SHANIN, 1983)

Shanin (1983) denota o fato de em todo o mundo as comunidades rurais possuírem certo número de semelhanças. Tal comunidade, conforme o autor, pode ser definida como um grupo humano, com uma base territorial, unidos por laços de interação social e interdependência, por um sistema integrado de normas e valores aceitos, e pela percepção de suas diferenças com respeito ao resto dos grupos configurados sobre linhas semelhantes. Acrescenta-se a isto um alto grau de autossuficiência, característica fundamental da comunidade camponesa tradicional. Por outro lado, uma mobilidade territorial relativamente baixa e decrescente, contato pessoal de caráter primário e inexistência de anonimato, divisão do trabalho reduzida e cooperação simples são fatores que formam a base da significativa coesão cultural dessas comunidades. Ainda de acordo com Shanin (1983), a comunidade rural deve ser entendida dentro do seu cenário histórico, em suas diversidades e conflitos. Aqui podemos lembrar o caso brasileiro, em que há uma significativa mobilidade no espaço do camponês, ao contrário do campesinato observado e estudado por esse autor.

No Brasil, encontramos as ideias de Shanin relacionadas às formas de recriação do campesinato, como o trabalho de Anderson Santos (2012), que em sua dissertação analisa as transformações do espaço rural de São Gabriel (RS) a partir da luta pela terra vivenciadas por famílias organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Anderson Santos (2012) considera o MST fundamental no processo de criação e recriação do campesinato, marcado por conflitos. De acordo com o autor, ainda, esses sujeitos também se transformam, uma vez que recriam seus valores, suas relações, a fim de permanecer e trabalhar na terra.

Já Eliane Tomiasi Paulino (2005) buscou relacionar teoria e realidade no Norte do Paraná, região onde ocorre um alto grau de modernização da base técnica, não só nas unidades produtivas capitalistas, estendendo-se às unidades camponesas. A autora alerta que as afirmações sobre o fim do campesinato não se confirmaram, conforme previram

teóricos clássicos, baseados em estudos sobre o desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Paulino (2005) recorre à Shanin para reiterar que nenhum outro conceito pode substituir o de camponês, e que este só desaparecerá se o sujeito que lhe representa desaparecer. A autora mostra que, apesar das mudanças na base técnica, o campesinato continua se recriando, e que essa “recriação se dá em virtude do estabelecimento de estratégias produtivas que asseguram a inclusão da família nos processos produtivos e, via de regra, obedecendo ao princípio da diversificação” (PAULINO, 2005, p. 11432-11433).

Com relação ao nosso foco de estudo, o PNAE, em um de seus pontos positivos, fortalece e estimula o camponês a diversificar a produção de alimentos saudáveis, com a garantia de que serão comprados; e beneficia o estudante que vai consumir esses alimentos. Ou seja, insere o camponês na lógica do capital, e este se adapta e se transforma por causa disso; no entanto, está longe de desaparecer.

A importância da escolha do uso do termo agricultura familiar ou campesinato reflete uma postura política diante de um termo que foi imposto verticalmente pelo governo brasileiro. Apesar de utilizar por diversas vezes o primeiro, o objetivo foi não confundir o leitor, já que as políticas públicas elaboradas pelo governo usam esse termo; no entanto, a pesquisadora defende que o campesinato não se extinguiu tampouco caminha para isso, e seu modo de vida ancestral está presente em todo o mundo. A expressão agricultura familiar é carregada de intencionalidades políticas. É o modo de vida camponês que disponibiliza à população brasileira mais de 70% dos alimentos que são consumidos, ao contrário do modelo do agrobusiness. Diversos estudos mostram como o camponês se recria dentro do sistema capitalista, mesmo quando este o incorpora, já que o camponês pode não participar dele se não consumir nada. Os próprios programas institucionais de compra da produção camponesa são formas de inseri-los no sistema, atrelando sua produção à compra programada, convertendo-a em dinheiro. Além disso, para participar desses programas, o agricultor tem que ter a DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf), e o Pronaf (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar) nada mais é que um sistema de crédito rural, no qual o produtor toma um empréstimo a fim de otimizar sua produção. Por vezes, não poucas inclusive, esse produtor compra insumos químicos, e esse dinheiro

pode vir a fomentar as grandes multinacionais fabricante de agrotóxicos; ou seja, o destino acaba sendo fora do país.

3.2 Outros pontos relativos à agricultura familiar e não familiar

Em contraposição à pequena propriedade baseada na produção familiar e diversificada, o agronegócio se fundamenta totalmente em relações capitalistas: é latifundiário, voltado para exportação e monocultor. No entanto, de acordo com os dados do Censo Agropecuário do IBGE do ano de 2006, a produção da agricultura familiar é a responsável pela segurança alimentar dos brasileiros. A grande maioria dos alimentos que consumimos vem desse tipo de produção, mesmo que a pequena propriedade ocupe menos da metade do território rural do país. O total de estabelecimentos do Brasil é em número de 4.367.902, e 84,4% desses estabelecimentos são da agricultura familiar. No entanto, do total da área ocupada por estabelecimentos rurais, os que são ocupados pelo pequeno agricultor representam apenas 24,3%. E mesmo ocupando um espaço tão pequeno, a agricultura familiar também é responsável por 38% do valor bruto da produção e emprega 74,4% da população rural. Esses dados demonstram claramente que o latifúndio e o agronegócio não são as saídas para a soberania alimentar. O campesinato brasileiro é quem produz o alimento que chega às nossas mesas, e uma política pública voltada à promoção da alimentação saudável nas escolas do país é de extrema importância, além de contribuir com a melhoria dos hábitos alimentares dos estudantes, e valorizar sua cultura alimentar.

Em relação à produção agroecológica, que tem prioridade e preços diferenciados na compra pelo PNAE, podemos entendê-la além de sua produtividade e colocação no mercado. Nesta ciência não são utilizados insumos químicos, somente a adubação verde, que são insumos naturais produzidos pelo agricultor em sua casa (PASTORAL DA TERRA, 2007). Quanto ao processo de planejamento, produção, consumo e venda, participam todos os familiares e pessoas da comunidade. Segundo Souza (2009),

Na Agroecologia a agricultura é vista como um sistema vivo e complexo, inserida na natureza rica em diversidade, vários tipos de plantas, animais, microrganismos, minerais e infinitas formas de relação entre estes e outros habitantes do planeta Terra. Assim, é por nós compreendidos como um conjunto de princípios e técnicas que visam reduzir a dependência de energia externa e o impacto ambiental da atividade agrícola, produzindo alimentos mais saudáveis e valorizando o homem do campo, sua família, seu trabalho e sua cultura. (p. 127/128)

Eles trocam experiências, sementes, mudas, conhecimento, etc. Seguindo essa linha, procura-se fazer a venda direta dos produtos ao consumidor, organizados em associações ou cooperativas e sem depender dos atravessadores, o que facilita o transporte e a própria venda (PASTORAL DA TERRA, 2007).

Há, ainda, de ser debatido o tema dos agrotóxicos, uma vez que nosso país ocupa a posição de maior consumidor mundial, mas não é o maior produtor agrícola (BOMBARDI, 2011). E as empresas que mais lucram com a venda desses venenos são de capital internacional, ou seja, todo o lucro gerado por elas não ficam no país, o que confirma a internacionalização da agricultura brasileira. Além disso, o agrotóxico atua de forma violenta e silenciosa no campo, intoxicando essa população por meio do uso dessas substâncias, e muitas vezes levando pessoas à morte. No Espírito Santo, de 1999 a 2009, o número de mortes por agrotóxico notificadas passa de uma centena (BOMBARDI, 2011). Segundo a autora mais de 1/3 das propriedades de até 100 hectares no Brasil utilizam venenos, ou seja, quando os camponeses destinam sua renda à compra de insumos químicos, seu dinheiro é apropriado pelo o capital internacional. Portanto, o apoio e incentivo à agroecologia se faz tão necessário, uma vez que é contraditório existirem políticas de crédito de incentivo à produção camponesa, e esse dinheiro acabar em mãos de indústrias internacionais.

3.3 Agricultura Familiar no Espírito Santo

No que diz respeito à estrutura fundiária do estado do Espírito Santo, esta é em oposição à realidade brasileira fundamentalmente de pequenas propriedades e baseada no campesinato, amplamente discutida na dissertação de Jaime Bernardo Neto (2012). O autor reconhece essa peculiaridade do estado, mas afirma que

Embora o Espírito Santo seja um estado de propriedades fragmentadas, em contraposição à realidade geral do Brasil, o estado apresenta uma significativa faixa de seu território marcada pela presença de latifúndios e uma parca área ocupada por pequenos imóveis rurais. Essa faixa compreende o extremo noroeste, norte e litoral nordeste. (BERNARDO NETO, 2012, p.23)

Tal fato faz diferença no funcionamento do PNAE, uma vez que o estado oferece condições para a oferta de alimentos dos pequenos agricultores. O Espírito Santo é, atualmente, um dos três estados que mais se adequam à Lei 11.947/2009 no país, de acordo com a publicação de alguns jornais locais. Provavelmente, isso se deve à atuação das secretarias municipais de educação.

Bernardo Neto (2012) afirma que até meados do século XX a produção das pequenas propriedades de todo o Estado eram bem parecidas, com produção de alimentos para consumo próprio e café para exportação. A partir da segunda metade desse século, observa-se no Censo a diminuição da produção de milho, um forte indicador da perda da produção de subsistência, porque é utilizado para a criação animal e para consumo da família. A monetarização da vida camponesa fez surgir “necessidades” que fizeram o pequeno produtor mudar sua produção para que fosse convertida em dinheiro. Isso faz com que mude a forma de utilização do solo, já que os camponeses passam a produzir mais valor-de-troca em detrimento do valor-de-uso, reconfigurando as formas de utilização do solo.

De acordo com Bernardo Neto (2012), até a década de 1960 na maior parte do estado, incluindo a porção norte, predominavam as pequenas propriedades rurais, cujo excedente da produção era comercializado localmente. A urbanização do território capixaba

influenciou esse processo de especialização da produção camponesa; nesse momento a produção era voltada para o abastecimento das cidades capixabas. As áreas ao redor da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) passaram, então, a produzir alimentos e criar animais de pequeno porte em detrimento do cultivo exclusivo de café, passando a abastecer essa e outras áreas urbanas do Espírito Santo.

Conforme Raquel Daré (2010) o próprio estado tinha interesse em aumentar o cultivo de café; para isso houve estudos e políticas agrícolas. As áreas julgadas com maior potencial para a produção de café deixaram de produzir alimentos para produzir essa *commoditie*, a fim de aumentar a renda monetária. No litoral, se desenvolveram atividades como o cultivo da cana-de-açúcar e da celulose. Na década de 1960 foi implantado o Programa do governo federal de erradicação do café, que estava com baixa cotação. No norte, essa atividade, junto com o cultivo de outras lavouras, foi trocada pela pecuária extensiva, uma vez que essa atividade demandava menos mão de obra e já vinha crescendo no Espírito Santo desde as décadas de 1930 e 1940. No entanto, os trabalhadores não proprietários de terras ficaram sem trabalho, abandonando o local. (BERNARDO NETO, 2012)

No extremo norte e no extremo sul do estado, muitos camponeses passaram a praticar a pecuária extensiva, devido ao incentivo - ou a falta do mesmo - por parte do estado, ou porque ficam longe dos centros urbanos e a pecuária oferecia a possibilidade de ganho monetário e pouco investimento; além disso, seus vizinhos latifundiários já praticavam a criação de bovinos. Nessas regiões não havia grande incentivo à plantação de café, de acordo com os estudos encomendados pela Secretaria Estadual de Agricultura (SEAG). De acordo com Bernardo Neto (2012) “tal fato deve ter sido o grande revés do Extremo Norte Capixaba, já que a especialização na pecuária extensiva parece ser um dos eixos do processo de esvaziamento demográfico do campo e ampliação da concentração fundiária nessa porção do Espírito Santo” (p. 247).

Desse modo, surge uma Divisão Territorial do Trabalho na prática da pecuária extensiva, porque mesmo que essa atividade demande menos mão de obra, ela não é igualmente lucrativa para o camponês e para o grande proprietário. Portanto, o camponês fica a cargo da produção leiteira, e o latifundiário se encarrega da pecuária específica para

corte (BERNARDO NETO, 2012). A participação dos pequenos proprietários na pecuária de corte se resume a venda de bezerros, geralmente machos, para os grandes proprietários, depois que desmamam.

Sobre essa reconfiguração do espaço agrário capixaba ao longo da segunda metade do século XX, o autor diz que essa troca do valor-de-uso pelo valor-de-troca está condicionada à demanda de cada produto, que é determinada pelo capital comercial e não dá, portanto, liberdade para os camponeses escolherem o que produzir. Há, então, uma determinação do que é produzido. No caso do Espírito Santo, além do capital comercial, os incentivos do governo estadual são esses fatores determinantes (BERNARDO NETO, 2012). Trazendo esse contexto à anterior à lei da alimentação escolar para a atualidade, pode-se inferir que esses 30% destinados à compra da agricultura familiar determinam o que o agricultor vai produzir, ou seja, também definem o espaço da produção do campesinato do Espírito Santo e reconfiguram a forma de utilização do solo.

De acordo com Bernardo Neto (2012) uma das esperanças de diversificação da produção para os camponeses do extremo norte do estado são os programas governamentais, como o PNAE e o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos). Segundo o autor, este canal foi subutilizado por conta de dependência de mais de 50 anos da pecuária extensiva. Havia, à época da pesquisa, uma expectativa sobre a construção de uma Central de Abastecimento (Ceasa) na região norte do ES, no município de São Mateus, atualmente já em funcionamento. Assim, os produtores poderiam cultivar gêneros alimentícios em vez de leite ou pecuária de corte. No entanto, o autor destaca que a Ceasa pode levar o agricultor a produzir somente um tipo de gênero alimentício (monocultura), reproduzindo as contradições típicas do capitalismo. Para o autor, portanto, as políticas públicas como o PAA e o PNAE têm um enorme potencial e fogem a essa lógica capitalista, porque permite uma diversificação na produção e a garantia da compra.

No Espírito Santo encontramos um número significativo de pequenas propriedades, como podemos observar na Figura 4 (94% das propriedades do estado tem menos de 100 hectares, segundo dados do Censo Agropecuário do IBGE de 2006). O estado do Espírito Santo apresenta, de acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), 67.403 agricultores familiares, sendo 47.137 DAP's (Declaração de Aptidão ao Pronaf),

necessárias à participação das chamadas públicas. Há de se lembrar que o Espírito Santo é um estado de pequena extensão territorial, mas que conta com uma diversidade de população camponesa, já que possui forte presença de comunidades quilombolas, indígenas, imigrantes italianos e alemães, entre outros.

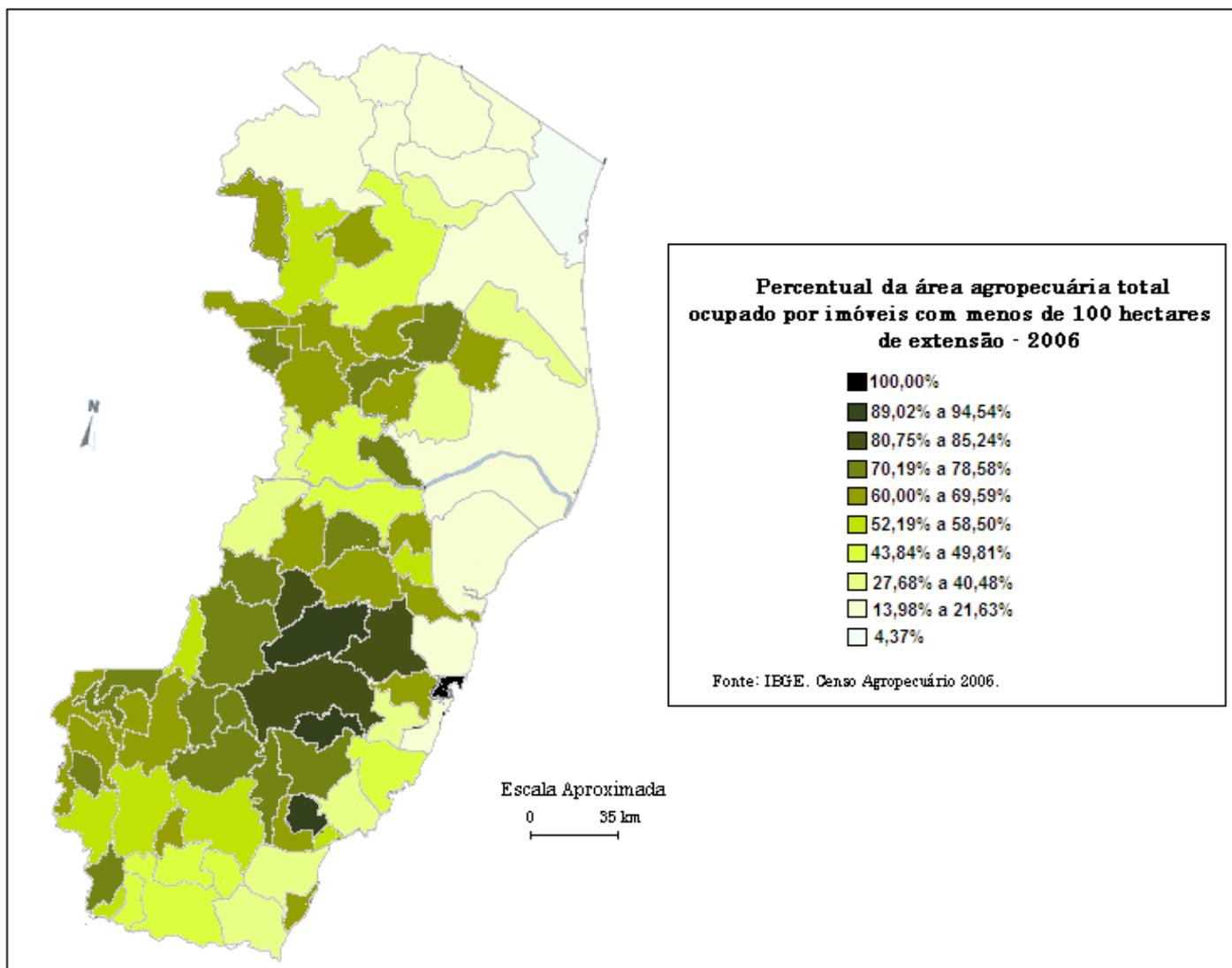


Figura 4: Pequenos imóveis rurais nos municípios do Espírito Santo (2006). Organizado por Jaime Bernardo Neto, 2012.

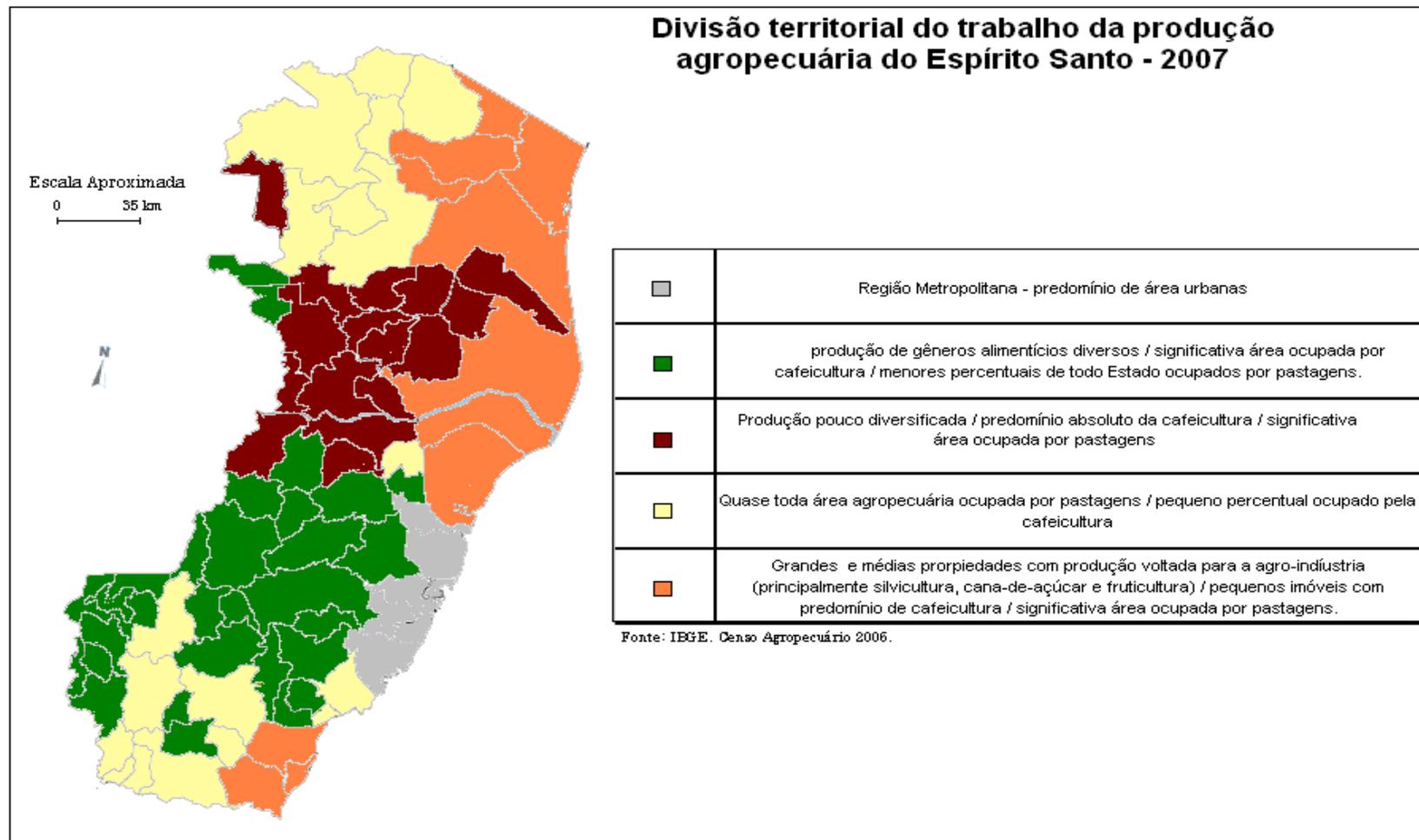


Figura 5: Divisão territorial do trabalho da produção agropecuária do Espírito Santo (2006). Organizado por Jaime Bernardo Neto (2012)

No mapa acima (Figura 5) é possível observar a diversificação da produção agrícola do estado, dividido por regiões. Nele pode-se notar que a produção de gêneros alimentícios se concentra na região serrana e uma porção da região sul do estado, sendo que as outras regiões têm a produção de alimentos pouco variada ou predomina o monocultivo e/ou áreas de pastagem.

Apesar de o estado do Espírito Santo não concentrar tanta terra quanto o restante do país e produzir uma quantidade e variedade significativas de alimentos, para o cumprimento do Artigo 14 da Lei 11.947/2009 ainda não é suficiente. De acordo com o que podemos observar nos mapas, nem todos os municípios produzem os alimentos requeridos na chamada pública. Portanto, a compra desses alimentos tem de vir de outras cidades. Isso denota que a Secretaria de Educação não procurou saber quais os alimentos produzidos em cada município, além de não haver o respeito aos hábitos alimentares locais, como também é assinalado pela Lei.

3.4 Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e de combate à fome no Brasil

O Programa Nacional de Alimentação Escolar é uma política pública voltada à promoção da alimentação saudável e adequada aos escolares brasileiros, e de garantia de venda de produtos da agricultura familiar. Dessa forma, é imprescindível que se saiba acerca de outras políticas públicas brasileiras com objetivos semelhantes. O PNAE surge a partir do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que também visa a segurança alimentar de uma parcela da população brasileira. Nesse contexto, é válida a afirmação de Bonomo (2010) que o Brasil tem condições de produzir em quantidade suficiente para alimentar toda a população, e apesar disso ainda existem pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional pela falta do acesso ao alimento.

O PAA é um programa interministerial operacionalizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e executado pelo MDS e MDA, em parceria com estados e municípios. Existe nas seguintes modalidades:

- Institucional, em que órgãos federais possam adquirir produtos da agricultura familiar por meio de chamada pública, dispensando-se a licitação;
- Compra direta, que tem como objetivo sustentar os preços dos produtos da agricultura familiar e é operacionalizada pela CONAB;
- Apoio à formação de estoque, que também é operacionalizada pela CONAB e sua finalidade é dar apoio financeiro às cooperativas e associações na formação de estoque e agregar valor à produção;
- Produção de consumo do leite, no qual o agente executor é o Estado e seu objetivo é aumentar o consumo do leite por pessoas em situação de insegurança alimentar;
- Compra com doação simultânea, pode ser executada pela CONAB, ou pelos estados e municípios. Seu objetivo é propiciar às pessoas em situação de insegurança alimentar o Direito Humano à Alimentação Adequada.

Todas as modalidades do PAA e o PNAE podem ser acessadas pelo agricultor familiar.

Vasconcelos (2005), em sua análise acerca dos programas de combate à fome no Brasil, faz uma análise histórica desses programas no período de 1930 a 2003. Para isso, foram realizados três recortes de tempo (1930-1963; 1964-1984; 1985-2003), procurando identificar e descrever em cada um deles os instrumentos de política social de alimentação e nutrição e apontar suas principais categorias discursivas e operacionais. O autor conta que os primeiros estudos sistematizados sobre hábitos alimentares e carência nutricional se deram a partir do século XIX no Brasil, partindo das faculdades de Medicina existentes na Bahia e no Rio de Janeiro, e que os primeiros instrumentos específicos de política social voltados à alimentação e nutrição foram instituídos durante a Ditadura Vargas (1937-1945).

Durante a primeira fase (1930-1963), no período de 1930-45 houve a descoberta científica da fome; o surgimento da Nutrição como ciência, e conseqüentemente do profissional nutricionista; e de instituição da política social de alimentação e nutrição. Durante o Estado Novo (1937-1945) deu-se a instituição do salário mínimo; a criação do SAPS (Serviço de Alimentação da Previdência Social) e da CNA (Comissão Nacional de Alimentação). A CNA foi criada em 1945, e merece destaque entre suas realizações a promulgação do Primeiro Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, em 1953, que pode ser considerado um embrião do planejamento nutricional brasileiro, cujas ações se

voltavam também aos escolares e aos trabalhadores. Por meio dessa comissão também houve a criação, em 1954, do embrião do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Vasconcelos (2005) destaca que foi a partir dos escritos de Josué de Castro, em Geografia da Fome, que o Estado brasileiro, particularmente no período do governo de Getúlio Vargas, tomou a questão da alimentação e nutrição como uma das principais de sua agenda (VASCONCELOS, 2005). É possível perceber, inclusive, a coincidência das datas da publicação do livro de Josué de Castro e do surgimento da primeira política pública de combate à fome no país. O salário mínimo, mesmo não sendo diretamente seu objetivo o combate à fome, é destinado às necessidades mais urgentes de um sujeito ou família, e alimentação certamente é uma delas, senão a mais imperativa.

No período do Governo Collor (1990-1992), ainda segundo Vasconcelos (2005), dentro de um discurso da estabilização econômica, da modernização do Estado e da economia, houve uma brusca redução dos recursos financeiros, esvaziamento e/ou extinção dos programas de alimentação e nutrição. Tais programas também se tornaram alvo dos desvios de verbas públicas, de licitações duvidosas, entre outros mecanismos ilícitos que caracterizaram a corrupção dentro daquele governo. Entre os programas investigados pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI da Fome) e auditorias do Tribunal de Contas da União (TCU), estava presente o PNAE. É importante ressaltar que em 1990 o governo nomeou o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Nutrição para presidente do INAN (Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição), e como consequência, o PNAE voltou a distribuir produtos formulados.

Ainda segundo Vasconcelos (2005), no governo de Itamar Franco (1993-94) foi implantada a Política Nacional de Segurança Alimentar, lançados o Plano de Combate à Fome e à Miséria, e a proposta de constituição do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA). O CONSEA foi instituído por Decreto Presidencial, e tinha o “objetivo de assessorar o governo na formulação de propostas e implementação de ações em busca de soluções para o problema da fome e da miséria no Brasil” (VASCONCELOS, 2005, p.448).

Posteriormente, em 1995, o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) extinguiu o CONSEA, e criou do Programa Comunidade Solidária e o Conselho do

Comunidade Solidária, presidido pela então primeira dama, Ruth Cardoso. Até o final do primeiro governo FHC (1995-2002) o PNAE continuou em funcionamento. Ao final do segundo período de seu governo (1999-2002), o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) responsabilizava-se pela condução do PNAE (VASCONCELOS, 2005).

Em 2001, foi elaborado o Projeto Fome Zero, sob coordenação de José Graziano da Silva: uma proposta de Política de Segurança Alimentar para o Brasil, posteriormente lançada na candidatura de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010). De acordo com Vasconcelos (2005) “... o Programa Fome Zero é composto por um conjunto de ações que se dizem integradas com o objetivo de erradicação da fome e implementação da política de segurança alimentar e nutricional no país” (p.450). Essas ações se dão de forma gradativa, e agrupam três modalidades de intervenção denominadas de políticas estruturais, políticas específicas e políticas locais. O PNAE está dentro do quadro das políticas específicas (VASCONCELOS, 2005). De acordo com Coelho (2012) este projeto norteou as ações do governo que se iniciou em 2003, partindo da premissa de que o Estado deve assegurar o direito à alimentação, e apresentou como principal objetivo a formulação de uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional para o país. Lula, assim que assumiu a Presidência da República, reinstalou o CONSEA, que conta com a participação de representantes do governo e da sociedade civil, e “constitui um órgão de caráter consultivo e assessoria imediata ao Presidente da República, tendo como objetivo propor as diretrizes gerais da Política de Segurança Alimentar e Nutricional” (VASCONCELOS, 2005, p. 451), além de criar um ministério com o objetivo de combater a fome, o MESA (Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome). O MESA foi incorporado ao MDS (Ministério do desenvolvimento Social e Combate à Fome) como Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN).

Coelho (2012) faz uma análise dos programas e políticas do governo voltados à promoção da alimentação e nutrição no Brasil e o conceito de Segurança Alimentar no país, que data da década de 1980, destacando que durante o governo Collor quase todos foram extintos, à exceção do PNAE e do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT). Também fala sobre a FAO e o Plano Nacional de Direitos Humanos de 1996, que coloca a alimentação como um direito inalienável ao ser humano.

Coelho (2012) também discorre sobre quando FHC extinguiu o CONSEA em seu primeiro mandato (1995-1998), anulando a intersetorialidade necessária às políticas de SAN. Nos dois governos de FHC (1995-98 e 1999-2002), foi dada prioridade ao desenvolvimento econômico, em detrimento das políticas sociais, entre elas a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. A autora cita Pinheiro (2008) ao afirmar que com o controle da inflação, o acesso da população aos alimentos melhorou, no entanto o diálogo com os movimentos sociais que atuavam no campo da SAN e setores da sociedade civil, como o Ação da Cidadania, foram enfraquecidos.

Em 2006 foi promulgada a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), que instituiu o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e uma câmara interministerial (CAISAN). A instituição desta última foi importante para a articulação dentro das instâncias de governo, promovendo maior visibilidade às questões de Segurança Alimentar e Nutricional (COELHO, 2012). A autora ressalta, ainda, a criação da Portaria Interministerial nº 1010: articulação entre o Ministério da Saúde e o da Educação para a promoção de hábitos alimentares saudáveis nas escolas de ensino infantil, fundamental e médio, públicas e privadas, em todo o país (COELHO, 2012). De acordo com Coelho (2012), em 2007 a obesidade também se torna uma questão de SAN.

Em setembro 2009 foi aprovado o Decreto nº 6.959, que alterou o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), permitindo que órgãos ou entidades da administração pública estadual, municipal ou distrital adquiram produtos da Agricultura Familiar para a alimentação escolar com os recursos do PNAE, por meio de chamada pública, dispensando os processos de licitação usuais (COELHO, 2012). Na mesma situação, houve a reivindicação da implementação do Projeto de Lei da Alimentação Escolar, formulado com a colaboração do CONSEA, e estendendo o direito à alimentação no ambiente escolar para o ensino médio e de jovens e adultos (COELHO, 2012).

Há, como se sabe, pontos negativos nessa e em outras políticas públicas destinadas ao campesinato, uma vez que a maior parte do dinheiro dos financiamentos é destinada ao agronegócio. Ainda de acordo com Vasconcelos (2005) “O PNAE (1954 até hoje) se constitui no programa de maior longevidade da trajetória política social de alimentação e nutrição brasileira” (p.453).

O PNAE é apoiado por linhas de financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), e um dos requisitos para participar é a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP). O PRONAF foi criado em 1996, no governo de Fernando Henrique Cardoso e é um dos mais importantes programas de apoio à agricultura familiar. O programa consiste em financiar projetos individuais ou coletivos, com o objetivo de gerar renda aos agricultores familiares e assentados de reforma agrária. O crédito pode ser aplicado para adquirir máquinas e equipamentos, infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não agropecuários. Para ter acesso ao crédito, o agricultor deve obter a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) no sindicato rural ou na empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Segundo Tsukamoto; Asari; e Gonzaga (2013), o PRONAF surgiu por pressão dos movimentos sociais, e, mesmo com falhas estruturais, é ainda o que mais atende os pequenos agricultores. No entanto, de acordo com os mesmos autores, o objetivo do programa é promover a modernização do campo, por meio de pacotes tecnológicos. A partir deste programa, o agricultor tem acesso a outros, como o Programa de Aquisição de Alimentos e o PNAE. Carneiro (1997) aponta que até o advento do Pronaf a agricultura familiar vinha sobrevivendo em meio à competição de condições e recursos direcionados ao favorecimento da grande produção e grandes propriedades. Na verdade, ainda é assim. Por mais que existam políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, o agronegócio ainda abocanha a maior parte dos recursos e tem melhores condições. O Pronaf surge como uma tentativa de ruptura entre o passado, do camponês 'atrasado', e o presente, que se caracterizava pelo consumo de tecnologia e aumento de produtividade.

O Programa de Aquisição de Alimentos foi pensado e discutido por setores da sociedade civil e poder público durante anos antes de sua institucionalização, em 2003. Ele foi instituído pela Lei 10.696/2003 como uma ação estrutural do Programa Fome Zero, e seu objetivo é promover o acesso a alimentos às populações em situação de insegurança alimentar e promover a inclusão social e econômica no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Além disso, o Programa também tem como um de seus pilares a formação de estoques de alimentos. Assim como no PNAE, para ter acesso ao PAA o agricultor tem de enquadrar-se no PRONAF, por meio da DAP. De acordo com Muller, Silva e Schneider

(2012), a comercialização dos alimentos da agricultura familiar, articulados a outras políticas como a alimentação escolar, os estoques de alimentos e a assistência alimentar, eram pouco relevantes para os atores da rede de políticas para a agricultura familiar, incluindo os movimentos sociais.

No estado de Minas Gerais, surge em 2015 o PAA Familiar, que determina que todas as instituições públicas estaduais devem destinar 30% da verba com alimentação para a agricultura familiar. A partir de 2016, o Decreto nº 8.473 de 22 de Junho de 2015 ordena que as instituições públicas federais também sejam obrigadas a destinar 30% da verba à agricultura familiar, por meio do PAA Institucional. Ou seja, as universidades federais deverão adquirir uma parcela dos seus gêneros alimentícios diretamente do pequeno produtor, o que já poderia estar sendo feito, fosse a boa vontade de quem trabalha nesses setores. Mas, felizmente, algumas universidades já estão seguindo este caminho, como a Universidade Federal do Paraná (UFPR), a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Universidade Federal de Viçosa (UFV) já abriram chamadas públicas para abastecer, em parte, os Restaurantes Universitários (RU's).

A Universidade Federal de Viçosa elaborou uma chamada pública para adquirir gêneros alimentícios da agricultura familiar, por meio do PAA na modalidade compra institucional, para o período de maio a dezembro de 2015. Esses alimentos são destinados ao Restaurante Universitário da instituição. Os beneficiários fornecedores são os agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, comunidades indígenas e integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e de demais povos e comunidades tradicionais que atendam aos requisitos previstos no art. 3º da Lei 11.326, de 24 de julho de 2006. Os mesmos podem comprovar sua aptidão por meio da DAP, ou, diferente do caso da Chamada Pública 001/2012, por outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário articulado com outros órgãos da administração pública federal, em suas respectivas áreas de atuação. As organizações fornecedoras são as cooperativas e outras organizações formalmente constituídas como Pessoa Jurídica de direito privado que tenham DAP.

Os gêneros solicitados para essa chamada foram o feijão carioca, café em pó, tangerina ponkan, banana prata, feijão vermelho e moranga híbrida. O preço de referência é obtido por meio de pelo menos três pesquisas documentadas no mercado local; mas podem ser utilizados os já estabelecidos nas aquisições do PNAE. Assim como na Chamada 001/2012 da Sedu, há periodicidade na entrega, são pedidas amostras para análise, os alimentos tem que estar em bom estado na data de entrega, e há obrigações da contratante e da contratada. As propostas podem ser feitas por grupos formais ou informais, em envelopes que contenham os produtos ofertados, o preço o frete e outros gastos inclusos até o alimento chegar ao seu destino.

A controvérsia deste edital foi o critério de desempate entre as propostas ser o preço final de venda, o que igualou a chamada ao processo de licitação, e só após o preço final o restante dos critérios que se referem à origem dos produtores familiares e se o produto é orgânico ou convencional. Só que as propostas para o PAA e PNAE não podem ser desempatadas pelo preço final, uma vez que o valor pago é o preço de referência. O argumento da universidade é que não há verba excedente para a compra institucional, logo o setor de compras não aceita alimentos com o valor muito acima dos praticados anteriormente. A Chamada Pública 001/2012 priorizou as propostas do município; estas poderiam ser complementadas com propostas de grupos da região, do território rural, do estado e do país, nesta ordem. Dentro dessa classificação, a prioridade foi para as propostas de assentamentos da reforma agrária, das comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas, de acordo com o Art. 14 da Lei 11.947/2009. Ainda assim, foi uma grande atitude entre as universidades federais brasileiras, demonstrando que é possível que a compra dos alimentos para os restaurantes universitários do país também podem ser adquiridos da agricultura familiar.

3.5 Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Brasil

No Brasil, Segurança Alimentar e Nutricional,

[...] consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (LOSAN-Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006)

Sendo que o acréscimo do termo ‘nutricional’ é particular ao caso brasileiro (MALUF; REIS, 2013).

É comum considerar como situações de insegurança alimentar a fome e a desnutrição, e mais recentemente a obesidade, que já é considerada um problema de saúde pública (MALUF; REIS, 2013). De acordo com os autores, são três os fatores principais que diferenciam as manifestações de insegurança alimentar, no que se refere aos indivíduos e grupos sociais: “classe social ou nível de renda; condição de gênero e geracional; raízes étnicas ou raciais” (MALUF; REIS, 2013, p. 15). Os autores sublinham que “a SAN se refere ao direito de todo cidadão estar seguro em relação à suficiência (proteção contra a fome e a desnutrição), à qualidade (prevenção de males associados à alimentação) e à adequação (preservação de cultura alimentar) dos alimentos e da alimentação” (p. 18).

Segundo os autores,

Considerando o conjunto da população de um país, a insegurança alimentar pode expressar dificuldade de acesso aos alimentos por falta de trabalho ou baixo nível de renda, restrições na disponibilidade de bens e na sustentabilidade dos modos pelos quais esses bens são produzidos. No que diz respeito ao contexto global, a insegurança alimentar se manifesta nas relações comerciais desfavoráveis, nas oscilações do mercado internacional e na atuação das grandes corporações internacionais (Maluf & Reis, 2005a). (MALUF; REIS, 2013, p.15)

A SAN garante o direito à alimentação adequada em quantidade e qualidade; sua promoção não deve comprometer outros fatores essenciais à existência humana; e também significa a promoção da saúde, do respeito à diversidade cultural e da sustentabilidade econômica e ambiental. Tal importância pode ser verificada sob dois pontos de vista: a do acesso aos alimentos, e a da disponibilidade dos mesmos (MALUF;

REIS, 2013). Como pode ser percebido, as preocupações relacionadas com a SAN dizem respeito à população como um todo, e não apenas à parte exposta à fome ou desnutrição (MALUF; REIS, 2013). Bonomo (2010) também reforça que as políticas de segurança alimentar e nutricional devem assegurar alimentos em qualidade, quantidade e regularidade para os grupos inseguros. Esse consumo deve se dar de forma digna, ou seja, com alimentos de verdade, não com fórmulas ou rações, normalmente utilizadas em programas de combate à desnutrição, e já usadas no PNAE.

O Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) é um dos princípios nos quais se baseia o objetivo da SAN, em âmbito mundial. A alimentação é um direito fundamental, juntamente com os direitos civis e políticos, que fazem parte da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, reafirmado em diversas ocasiões pela ONU (MALUF; REIS, 2013). Para assegurar o DHAA, há de se respeitar a diversidade de culturas e hábitos dos povos. Maluf e Reis (2013) reafirmam que “É dever do Estado proteger e promover o direito humano à alimentação” (p.19).

De acordo com Bonomo (2010) entende-se por política de SAN um conjunto de estratégias que envolve o poder público e a sociedade civil, com a finalidade de garantir alimentos saudáveis em quantidade suficiente e qualidade. As ações que garantem a SAN devem perpassar pela produção, comercialização, controle de qualidade e consumo. Além disso, devem envolver ações que tangem à educação, saúde, agricultura, entre outros.

A SAN ocupa espaço na agenda pública brasileira, agindo intersetorialmente. No entanto, ainda é um conceito em construção, tanto num plano teórico-conceitual, quanto no âmbito de formulação e implementação de políticas públicas, o que acaba apresentando diferentes visões e formas de análise e medição de SAN. O autor ressalta a importância do Direito Humano à Alimentação Adequada como uma conquista dos movimentos sociais, destacando que a mesma passa a ser uma obrigação política do Estado e não depende de governos como um direito social dos indivíduos. O autor frisa que mesmo tendo políticas tão importantes para a garantia da SAN, uma significativa parcela da população brasileira não tem acesso aos alimentos por falta de dinheiro, apesar de a produção ser suficiente.

Bonomo (2010) diz que se a população que vive em situação de insegurança alimentar passasse a ter acesso aos alimentos básicos, haveria uma demanda de produção, de terras agricultáveis e empregos no campo. Isso denota que a SAN perpassa não só pelo ato de alimentar-se em si, mas também pela produção, comercialização e consumo. Conforme os mapas e os trabalhos relatados nesta pesquisa (Bernardo Neto, 2012; Lucci, 2013) é possível perceber que a demanda de alimentos modifica o espaço agrário em todas as suas instâncias. Esse mesmo autor afirma que as situações de insegurança alimentar podem ser identificadas de diversas maneiras como “a fome, a desnutrição, as carências específicas, o excesso de peso, doenças geradas pela alimentação inadequada e consumo de produtos prejudiciais à saúde, como contaminantes por agrotóxicos, metais pesados, fungos, bactérias e outros” (BONOMO, 2010, p.23).

3.6 Lei 11.947 de 16 de Junho de 2009

Somente a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 é que a alimentação escolar tornou-se assegurada a todos os alunos de ensino fundamental, regularmente matriculados nas escolas públicas do Brasil, sendo que até 1993, a execução do programa se dava de forma centralizada. Atualmente, os recursos que chegam até o PNAE para a execução dessas ações vêm da União por meio do FNDE, que os repassa automaticamente em parcelas aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às escolas federais, ou seja, a execução é descentralizada. O valor repassado às escolas por dia letivo em 2013 foi de R\$1 por aluno das creches, R\$0,50 da pré-escola, R\$0,30 para alunos do ensino fundamental, médio e educação de jovens e adultos, e R\$0,90 aos estudantes do ensino integral (Mais Educação), sendo que nas escolas indígenas e inseridas em comunidades quilombolas o valor passa a ser de R\$ 0,60 por aluno. O orçamento do PNAE para 2013 foi de R\$3,5 bilhões, conforme informações do FNDE, e no mínimo 30% desse valor (R\$1,05 bilhão) deveria ser obrigatoriamente destinado à compra direta dos produtos do campesinato.

Como já dito, até 1993, a execução do programa se dava de forma centralizada, ficando sob a responsabilidade do órgão gerenciador (Campanha Nacional de Alimentação

Escolar) planejar os cardápios, adquirir os gêneros por processo licitatório, contratar laboratórios especializados para efetuar o controle de qualidade e, ainda, se responsabilizar pela distribuição dos alimentos em todo o território nacional. Essa condição se inverteu a partir de 1994, quando ocorreu a descentralização das funções, de acordo com a Lei n° 8.913, de 12/7/94. A partir daí, foram realizados convênios com os municípios e se estabeleceu o maior envolvimento das Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal. A essas secretarias foram atribuídas competências para atendimento aos alunos de suas redes e das redes municipais, de acordo com a legislação. Com isso, mais escolas puderam ser beneficiadas pelo projeto, conforme registros do FNDE.

A Lei 11.947/2009 dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica do país, entre outras providências. Como está sendo tratado o tema da alimentação escolar, esta descrição não abrangerá as outras providências dessa Lei. Para a mesma, a alimentação escolar é “todo alimento oferecido no ambiente escolar, independentemente de sua origem, durante o período letivo” (Lei 11.947, 2009). Suas diretrizes são oferecer alimento saudável e adequado no ambiente escolar, de forma universal, durante todo o período letivo, respeitando os hábitos alimentares, cultura e tradição. Além disso, também prevê a inclusão da educação alimentar e nutricional no currículo escolar e a participação da comunidade no controle e garantia da oferta da alimentação escolar. A compra dos alimentos em âmbito local da agricultura familiar, prioritariamente remanescentes de indígenas e quilombos, é preferencial. A alimentação escolar é um direito dos estudantes da educação básica e dever do Estado, incentivada e garantida por essas diretrizes.

Entendemos aqui como comunidades tradicionais o conceito desenvolvido por Diegues et al. (2000) de “sociedades tradicionais”, em que ele engloba as comunidades caiçaras, os sítiantes e roceiros tradicionais, comunidades quilombolas, comunidades ribeirinhas, os pescadores artesanais, os grupos extrativistas e indígenas. De acordo com este autor, as “sociedades tradicionais” se caracterizam por

[...] grupos humanos culturalmente diferenciados que historicamente reproduzem seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base em modos de cooperação social e formas específicas de relações com a

natureza, caracterizados tradicionalmente pelo manejo sustentado do meio ambiente. (DIEGUES et al., 2000, p. 22)

O autor lembra que este conceito é utilizado tanto para populações indígenas quanto para segmentos da população nacional que desenvolveram modos particulares de existência, como é caso dos quilombolas e ribeirinhos.

O objetivo do Programa Nacional de Alimentação Escolar é

contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo. (Lei 11.947/2009)

Para esta finalidade, o dinheiro é repassado em parcelas aos estados, ao Distrito Federal, aos municípios e às escolas federais por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. O valor é calculado com base no número de alunos matriculados de acordo com os dados oficiais do Censo Escolar do ano anterior, realizado pelo Ministério da Educação. Esses recursos poderão ser transferidos dos estados aos municípios para o atendimento dos alunos matriculados nas escolas estaduais, devendo o estado autorizar o repasse diretamente ao FNDE. Os estados, o Distrito Federal e os municípios tem a obrigação de prestar contas ao FNDE do total dos recursos recebidos. A Lei ressalta, ainda, que qualquer pessoa física ou jurídica pode denunciar irregularidades na aplicação dos recursos destinados à execução do PNAE.

A responsabilidade técnica da alimentação escolar é tarefa do nutricionista responsável, com gêneros alimentícios básicos - indispensáveis à promoção de uma alimentação saudável e adequada - respeitando as diretrizes da Lei. Para a elaboração do cardápio, também tarefa do nutricionista, deverá ser levado em conta os hábitos alimentares locais, cultura e tradição alimentares, além de pautar-se na diversidade agrícola da região, e na alimentação saudável e adequada. Os alunos que necessitarem de atenção individualizada em consequência de condição de saúde específica (celíacos, intolerantes à lactose, etc.) terão um cardápio especial.

Do total dos recursos repassados pelo FNDE para a execução do PNAE, no mínimo 30% deverão ser utilizados para a compra de alimentos da agricultura familiar, priorizando-

se os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. A aquisição é feita por meio de chamada pública, dispensando-se o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com o mercado local e pode não ser realizada na falta de nota fiscal, na inviabilidade na entrega dos alimentos e por falta de condições higiênico-sanitárias adequadas.

É dever do Ministério da Educação propor ações educativas para o currículo escolar que perpassem a alimentação, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional. É também obrigação da União, por meio do FNDE, estabelecer as normas gerais de planejamento, execução, controle, monitoramento e avaliação do PNAE; transferir os recursos financeiros para a execução do PNAE; prestar orientações técnicas gerais para o bom desempenho do Programa, entre outras ações. Já aos estados, Distrito Federal e municípios cabem garantir que a oferta da alimentação escolar esteja em conformidade com as diretrizes da Lei e garanta a necessidade nutricional dos alunos durante o período letivo; promover estudos e pesquisas para avaliação das ações voltadas para a alimentação escolar; fornecer recursos físicos e humanos para o pleno funcionamento do CAE (Conselho de Alimentação Escolar); promover e executar ações de saneamento básico nas unidades escolares sob sua responsabilidade; divulgar em locais públicos informações sobre o quantitativo de recursos financeiros recebidos para a execução do PNAE; prestar contas dos recursos financeiros recebidos à conta do PNAE; apresentar ao CAE o relatório anual de gestão do Programa, entre outros.

O CAE é institucionalizado pelos estados, Distrito Federal e municípios, e são órgãos colegiados permanentes que fiscalizam, deliberam e assessoram os mesmos para o pleno funcionamento do PNAE. Estes órgãos são compostos por um representante indicado pelo Poder Executivo; dois representantes das entidades de trabalhadores da educação e de discentes; dois representantes de pais de alunos; e dois representantes indicados por entidades civis organizadas. Com exceção do primeiro, todos os outros representantes são escolhidos por meio de uma assembleia específica. Cada representante terá um suplente, e a quantidade de membros do Conselho poderá ser ampliada desde que prevaleçam as proporções definidas na Lei. Esses representantes terão mandato de quatro anos, e o exercício de conselheiro é considerado serviço público relevante, não remunerado. É dever

dos estados, Distrito federal e municípios informar ao FNDE a composição de seu respectivo CAE. O CAE tem a incumbência de fiscalizar e acompanhar o cumprimento das diretrizes da Lei, a aplicação dos recursos; zelar pela qualidade dos alimentos; e receber o relatório anual de gestão do PNAE, dando um parecer de aprovação ou reprovação da execução do Programa. Os CAEs poderão desenvolver suas atividades em regime de cooperação com os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional estaduais e municipais e demais conselhos afins, observando as orientações estabelecidas pelo CONSEA.

Quando os estados, Distrito Federal ou municípios não constituírem o CAE ou este não funcionar em sua plenitude, não apresentarem a prestação de contas, ou cometerem irregularidades na execução do PNAE, o FNDE pode suspender o repasse de recursos à execução do PNAE. Caso aconteça a suspensão, o FNDE tem até 180 dias para repassar diretamente às unidades executoras os recursos equivalentes para compra de gêneros alimentícios em caráter de urgência.

A Lei 11.947 também trata do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), da concessão de bolsas pela Capes para aperfeiçoamento de professores da educação básica, e da instituição do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Como não estão diretamente ligados à questão da alimentação escolar, não deixando de lado sua fundamental importância para a educação, não serão detalhados os artigos que envolvem estes pontos.

Algumas resoluções foram instituídas após a promulgação da Lei 11.947/2009. Entre elas, a Resolução nº 50 de 26 de Setembro de 2012 determina que o edital deva classificar as propostas de acordo com critério de priorização de agricultores familiares do município; comunidades tradicionais, quilombolas ou indígenas; assentamentos de reforma agrária; grupos de mulheres; e produção agroecológica ou orgânica. Outro ponto relevante para o entendimento e aplicação da Lei é a Resolução nº26, de 17 de junho de 2013. Ela estabelece as normas relativas ao processo de execução técnica, administrativa e financeira do PNAE aos estados, municípios, entidades federais e ao Distrito Federal, de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução.

A lei delibera sobre a tarefa do nutricionista responsável pela elaboração do cardápio e o respeito aos hábitos alimentares locais; sobre o CAE e seu papel no cumprimento das diretrizes; e sobre o papel do Ministério da Educação nas propostas educativas com temas que contemplem a alimentação, na perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional. O CAE é de extrema importância para o pleno funcionamento do Programa; ele é responsável por fiscalizar e averiguar se as determinações estão sendo cumpridas, e por mandar o relatório anual ao FNDE.

A compra dos alimentos das escolas públicas estaduais do ES pela Secretaria Estadual de Educação foi iniciada em 2012, por meio do Programa Vida no Campo. Para 2013, a Sedu programou um gasto de R\$ 12.679.805,90 (doze milhões seiscentos e setenta e nove mil oitocentos e cinco reais e noventa centavos), conforme informações do site da secretaria. No mesmo local, está escrito que o repasse das verbas aos conselheiros das escolas se constitui como um entrave à atividade fim da escola, que é o ensino. Mas, se a alimentação deve também fazer parte do currículo escolar, além de ser essencial para a manutenção da vida de qualquer ser humano, por que a Sedu considera a compra por cada unidade escolar um fator de entrave? Há que se concordar que pode ser uma oportunidade de contextualizar os educandos com toda a complexidade que envolve a alimentação, incluindo a alimentação escolar. Lembrando que é dever do Ministério da Educação propor ações educativas para o currículo escolar que perpassem a alimentação, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional. A responsabilidade dessa etapa é das Entidades Executoras (nesse caso a própria Sedu), que devem fornecer informações suficientes para que os fornecedores apresentem corretamente seus projetos de venda, bem como garantir a lisura do processo.

No Edital 001/2012 da Sedu, são solicitados 34 gêneros alimentícios (Abacate, abóbora, abobrinha, aipim, alface lisa ou crespa, banana da terra, banana prata, batata, beterraba, brócolis, café, couve, couve-flor, farinha de mandioca, fubá, geleia de morango, goiaba, inhame, iogurte, leite em pó, mamão, melancia, mexerica, morango, peixe cação ou tilápia, pepino, polpa de abacaxi, polpa de acerola, polpa de goiaba, polpa de manga, quiabo, repolho, requeijão e vagem) para todos os municípios do Espírito Santo.

O Espírito Santo teve 271.416 matrículas em escolas estaduais no ano de 2013, o que representa mais de 54 milhões de refeições por ano letivo, se não levarmos em conta os alunos que recebem mais de uma refeição por dia, como os do Mais Educação, e os que abandonam a escola antes do fim do ano letivo.

Tabela 1: Matrículas nas escolas públicas estaduais do Espírito Santo

Dados educacionais do Espírito Santo – 2013	
	Total
Matrícula 2013	271.416
Ensino Fundamental	115.572
Ensino Médio	111.191
Educação Especial	3.882
Ed. de Jovens e Adultos (EJA)	40.771

Fonte: Inep/ Educacenso 2013. Organizado pela autora.

Alguns estudos sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar estão sendo realizados, entre eles uma pesquisa sobre o PNAE no estado de Sergipe, na qual Ramos e Filho (2013) analisam as políticas públicas de formação de mercado institucionais destinados à comercialização da produção camponesa, neste caso o PNAE. Os autores procuram explicar, através do Programa, as relações entre Estado, políticas públicas e a sociedade na área do Alto Sertão Sergipano, contrapondo, por meio da categoria de território, o campesinato e o capital. Neste estudo, os autores destacam as dificuldades de comercialização do camponês; mostram dados da ONU da fome no mundo; e expõem políticas públicas voltadas para o campo com o objetivo de promover a segurança alimentar da população.

Saraiva (2013) traça um panorama da compra de alimentos provenientes da agricultura familiar, analisando seu cumprimento frente às novas diretrizes de execução do PNAE, por meio de dados do FNDE, Ministério da Educação e do próprio programa. A autora destaca que o PNAE é a maior e mais antiga política pública do Brasil, articulado ao PAA e PRONAF. Segundo Saraiva (2013), “o estímulo e o apoio à agricultura familiar tem se mostrado relevantes para a formação e implementação de ações municipais de Segurança Alimentar e Nutricional e de desenvolvimento local, que visem promover o Direito

Humano à Alimentação Adequada” (p.928). A autora considera que o principal avanço vem a partir da Resolução 38/2009, que impõe o mínimo de 30% da compra dos alimentos dos agricultores familiares, o que promove a comercialização de seus produtos, e, conseqüentemente aumenta a o consumo de produtos *in natura* pelos escolares, reduzindo a oferta de alimentos processados.

Peixinho (2013) relata, sob o ponto de vista de gestora nacional, a trajetória do PNAE de 2003 a 2010. Esta autora também destaca o fato do PNAE ser a maior e mais antiga política pública do país, e acrescenta que é considerado um dos maiores programas na área de alimentação escolar do mundo. De acordo com a autora, entre 1995 e 2010 o número de alunos atendidos pelo Programa passou de 33,2 milhões para 45,6 milhões, e os recursos destinados à ele saltaram de 590,1 milhões para 3 bilhões de reais. Peixinho (2013) lembra, ainda, que as publicações científicas sobre a trajetória histórica, abrangência, eficiência e eficácia do PNAE ainda são escassas. A autora detalha o histórico do Programa desde a década de 1930, destacando a criação do salário mínimo em 1940; a primeira política pública de alimentação no país, o Serviço de Alimentação da Previdência Social; a criação da Comissão Nacional de Alimentação em 1945; e a Campanha Nacional de Merenda Escolar, em 1955. Peixinho (2013) evidencia a atuação como deputado federal e presidente do Conselho Executivo da FAO Josué de Castro, na década de 1950, no processo. A autora lembra a disseminação e parcerias para programas como o PNAE em outros países em desenvolvimento.

Sobre o Espírito Santo, Rodrigues (2011) procurou entender as motivações que levaram o Estado do Espírito Santo a terceirizar o PNAE, a partir de estudo de caso, que permite observar a interface entre o poder público e o poder privado diretamente envolvido nessas políticas. O autor destaca que mesmo que o Programa tenha um caráter universal, ele atende por volta de 40% do número total de matrículas, uma vez que a garantia da oferta não significa que todos os estudantes irão utilizar o serviço.

O autor destaca que a iniciativa de terceirizar a merenda foi da própria Sedu, em um processo que teve início em 2004. Tal processo excluiu gestores e gestoras das escolas e membros do Conselho de Escola, que foram chamados para a apresentação do projeto já pronto, elaborado pela Equipe de Apoio Escolar. Em 2008, o Espírito Santo passa a ser o

primeiro estado do país a adotar o modelo de gestão terceirizada da merenda escolar, que já havia acontecido somente entre os municípios.

Rodrigues (2011) destaca a cobrança em relação à direção escolar para que as decisões no interior da escola respeitem os princípios da gestão democrática, no entanto quando o governo toma uma decisão tão abrangente como terceirizar a merenda, não faz consulta a ninguém. O Espírito Santo procurou municípios que já utilizavam dessa forma de gestão antes de terceirizar o PNAE; e por ser pioneiro na modalidade, foi procurado por outros estados da federação que têm a intenção de adotar esse modelo de gestão. Antes de terceirizada, a modalidade de gestão da merenda no ES era escolarizada, ou seja, o Estado repassava diretamente às escolas os recursos recebidos do FNDE, e a escola administrava o recurso e se encarregava da compra, do preparo, organização e oferta dos alimentos, além da fiscalização e prestação de contas de todo o processo.

Para a Secretaria de Educação, de acordo com Rodrigues (2011) terceirizar a alimentação escolar foi uma forma de aperfeiçoar os projetos pedagógicos das escolas, e também de melhorar a gestão pública no setor. A Sedu pondera, ainda, que essa forma de gestão traz benefícios como geração de empregos, escritórios centrais regionalizados, qualificação de profissionais e incentivo ao comércio local. A responsável pela fiscalização da gestão terceirizada passa a ser a Gerência de Apoio Escolar, que inclusive forneceu dados e informações para esta pesquisa.

Entre os motivos que levaram a Sedu a terceirização da merenda, Rodrigues (2011) cita

problemas com os conselhos escolares (burocracia); problemas para garantia da chegada de alimentação ao aluno; tramitação de 1800 processos dentro da SEDU; necessidade de equipes para gerenciar a liberação dos recursos, pagamento e prestação de contas; muitas denúncias de não cumprimento dos cardápios e falta de condições de higiene e utilização inadequada dos recursos. (p. 8)

No entanto, de acordo com o autor, o principal motivo dessa mudança foi desonerar a direção escolar das tarefas ligadas à alimentação dos estudantes. Como o site da Secretaria ainda mostra, a alimentação escolar seria atividade-meio da educação, e não a atividade-

fim, e isso implica que o diretor gastaria muito tempo com questões não relacionadas ao pedagógico.

Em entrevistas, o autor destaca que os municípios de Santa Maria de Jetibá e Baixo Guandu disseram que nenhum alimento destinado à alimentação dos estudantes vinha do município, tudo era de fora. Lembrando que Santa Maria de Jetibá é um dos maiores produtores de alimentos do Estado, tendo destaque nacional.

Rodrigues (2011) aponta discordâncias na adoção do modelo terceirizado, porque ao mesmo tempo que a Sedu terceiriza a merenda, cria as funções de gestor pedagógico e gestor educacional, que fariam o papel, dentre outras atribuições, de gerir a administração das escolas. O autor conclui que a terceirização aumenta o custo da alimentação escolar, assim como em outros casos de outros municípios do país que ele cita. Este modelo de gestão é ainda utilizado nas escolas públicas estaduais do Estado do Espírito Santo, e assim como as pessoas envolvidas com o fornecimento e preparo dos alimentos oferecidos aos estudantes estão alheias à questão alimentar, os alunos também só tem contato com o alimento na hora de consumi-lo, e todo esse processo desde a produção até esse momento acaba não sendo problematizado.

4. GEOGRAFIA DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO ESPÍRITO SANTO

Antes de adentrar especificamente ao tema da alimentação escolar no Espírito Santo, é importante contextualizar como se dá a geografia dos alimentos no estado. Para este fim, recorreremos à pesquisa de Pedro Henrique Gomide Lucci (2013) que se dedica a demonstrar uma geografia dos alimentos no estado do Espírito Santo a partir da produção, distribuição, comercialização e consumo no espaço capixaba, a partir da dinâmica de abastecimento dos alimentos hortifrutí. O trabalho dialoga com a questão social e demográfica no que concerne ao abastecimento de alimentos no meio urbano capixaba.

Lucci (2013) destaca o fato de até a década de 1960 cerca de 80% da população capixaba se concentrar no campo, e apenas cerca de 20% no meio urbano. Na década seguinte (1970), transição do ciclo do café para o ciclo da industrialização, a população rural e urbana se equiparavam, com pequena vantagem para a população residente no campo. Entre as décadas de 1970 e 1980, o Espírito Santo já mostrava uma estrutura urbano-industrial incipiente. Então a população que se dedica ao comércio/serviços ultrapassa a que se dedica à agricultura, fazendo com que se repense as formas de abastecimento desses novos centros urbanos, coisa antes desnecessária. Atualmente, a esmagadora maioria da população capixaba vive nas cidades, e mais da metade na RMGV, o que pressupõe a dependência de alimentos das áreas agrícolas.

Pedro Henrique Lucci (2013) também comenta acerca da divisão sócio espacial do trabalho, na qual o campo é o produtor de alimentos, e a cidade os recebe. A população urbana não produz seu próprio alimento, ficando dependente permanentemente do campo para isso, o que configura uma situação de insegurança alimentar.

Lucci (2013) de fato destrincha todas as etapas envolvidas no ‘todo’ do abastecimento alimentar capixaba: a da produção, da distribuição, da comercialização e do consumo, a partir de alimentos hortifrutí. Ele destaca o fato da “complexa trama de fatores e produções, uma intrincada geografia da produção que se realiza por detrás de cada refeição” (LUCCI, 2013, p. 69). De modo que podemos também perceber que a refeição

escolar é carregada de complexidade desde sua produção até se transformar em ‘merenda’. O início do processo é o mesmo, no campo pelas mãos de agricultoras e agricultores familiares. O autor também lembra que a estrutura fundiária do estado é peculiar em relação ao restante do território nacional, e isso influencia diretamente na produção dos alimentos. A colonização no interior do estado contribuiu para a atual configuração do espaço agrário capixaba. O café é o ‘carro-chefe’ da agricultura capixaba; o estado produz 70% do café tipo Conilon no país.

No Espírito Santo, 94% das propriedades têm menos de 94 hectares, e ocupam 47% do território estadual. O autor atenta para o caso de Conceição da Barra, município ao norte do estado, que apresenta 94% das propriedades enquadradas como pequenas, mas que ocupam somente 4% da área municipal, enquanto os grandes estabelecimentos ocupam 87% da área e representam 1,5% do número de estabelecimentos. Neste município são encontradas comunidades quilombolas, que resistem neste território marcado por conflitos por terra, e tem na agricultura camponesa seu meio de sobrevivência. Santa Maria de Jetibá é o município com a distribuição de terras mais igualitária, onde 98% são de pequenas propriedades e representam 95% da área do município. É o município com maior produção de hortifruti do estado, e é o que mais entrega via Ceasa.

Com a finalidade de espacializar dinâmica da produção de alimentos hortifruti no Espírito Santo foram elaborados mapas nos quais o autor identificou que a produção encontra-se pulverizada em todo estado, mas que há a presença de alguns cinturões-verdes, ou seja, áreas produtoras de alimentos próximas aos grandes centros consumidores, como é o caso da Região Serrana, próxima à RMGV. O autor conclui que o ES é realmente autossuficiente na produção de hortifruti, no entanto importa alguns tipos de alimentos e abriga regiões de carência desses mesmos alimentos.

A porção ao sul do Rio Doce produz uma quantidade bem maior de alimentos que a região ao norte deste rio, com exceção da produção de frutas, que se caracteriza pelo agronegócio no norte do estado. O autor destaca a produção de algumas culturas como banana, mandioca, que é sabido que se destinam ao consumo interno. Há, em contraposição ao restante da região, uma produção significativa na porção noroeste do estado, que

abastece as cidades ao redor de Colatina, sobretudo após a abertura do Ceasa Noroeste neste município.

A pesquisa de Bernardo Neto (2012) e Lucci (2013) demonstram claramente como se formou a atual configuração territorial do espaço agrário capixaba. Podemos perceber que a região que mais produz alimentos (os gêneros analisados nesta pesquisa) é a mais próxima da capital, seguida da região sudoeste, próxima à Zona da Mata mineira, que também concentra pequenas propriedades em relação ao restante de Minas Gerais (Figura 6).

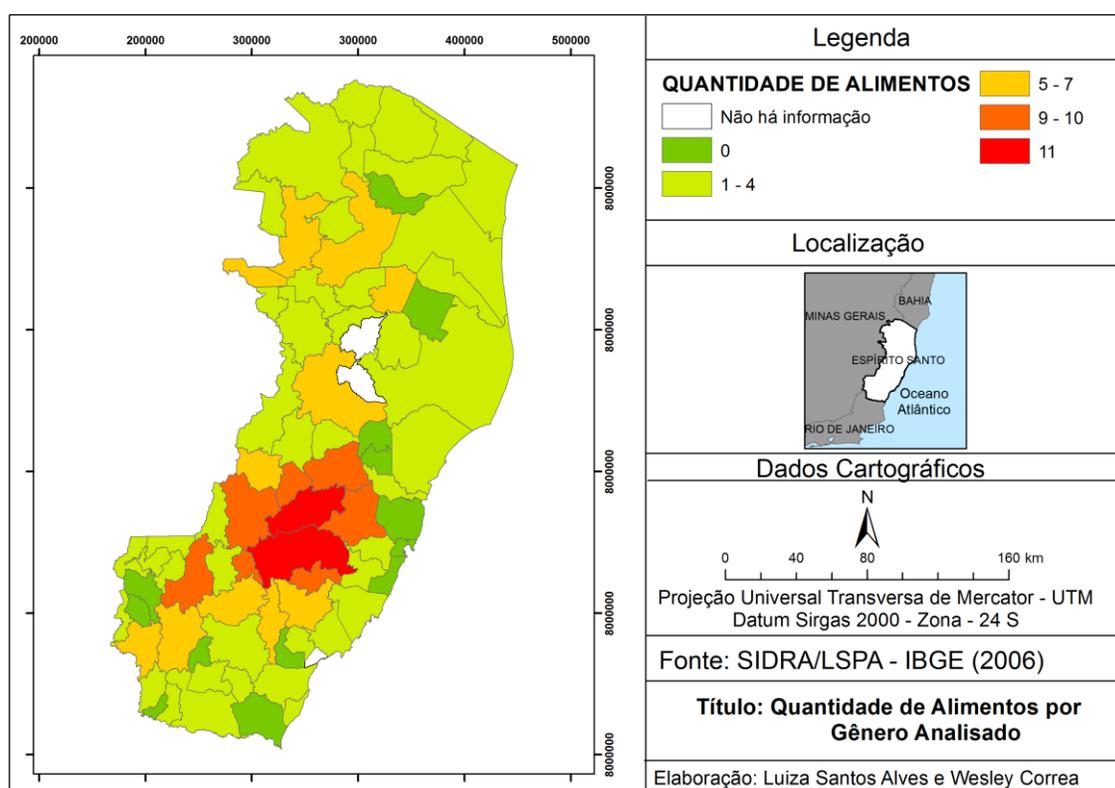


Figura 6: Relação Produção de Alimento (gêneros analisados) X Município

Os autores também observaram que mesmo em regiões com alta produtividade de alimentos, alguns municípios tem uma produção insignificante. E que hábitos de consumo amplamente difundidos - como banana, tomate e cebola – especializam as produções, como acontece em Venda Nova do Imigrante com a produção de tomate.

Lucci (2013) atenta ao fato de os Ceasa's centralizarem a distribuição dos alimentos para as cidades. Quando o produtor não escoar sua produção diretamente, por meio de feiras-livres, por exemplo, sua produção vai para as centrais de abastecimento, e a dependência dos cidadãos urbanos em relação à sua comida passa a ser da cidade, e não mais do campo. E é nessa etapa que o alimento passa a ser mercadoria, ou seja, adquire valor de troca.

4.1 Chamada Pública 001/2012

A Chamada Pública 001/2012 foi feita pelo Governo do Estado do Espírito Santo através da Secretaria de Estado da Educação e teve como objetivo adquirir gêneros da agricultura familiar para atender as necessidades dos alunos matriculados nas escolas estaduais de ensino fundamental e médio de municípios do ES, a fim de cumprir as determinações do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), conforme a Lei 11.947/2009, Resolução nº 38/2009 e Resolução nº 25/2012.

A Chamada dispõe de vinte e três diretrizes a serem seguidas. A primeira se refere às disposições preliminares e determina onde, que dia e horário será o recebimento e abertura dos envelopes referentes à documentação de habilitação e projeto de venda dos agricultores familiares. Com exceção dos envelopes entregues em Vitória, na Sedu, todos os outros pontos de entrega são no escritório do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper) de cada município. Nesse ponto também é dado onde pode se adquirir o edital (no site da Sedu, da Seag e do Incaper, ou pessoalmente na Sedu), e como solicitar esclarecimentos em relação ao mesmo. O segundo ponto deste edital se refere ao objetivo do mesmo, que é

A aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar rural e de empreendedores familiares rurais ou suas organizações para atender as necessidades de alimentação escolar dos alunos matriculados nas Escolas Estaduais de Ensino Fundamental e Médio, localizadas em Municípios do Estado do Espírito Santo. (SEDU, 2012)

O terceiro ponto se refere ao tempo de vigência do edital, que é da data de publicação no Diário Oficial do Estado (08 de fevereiro de 2013) a 31 de dezembro de 2013. Este edital

foi publicado bimestralmente durante esse período de vigência, e qualquer grupo formal pôde solicitar o credenciamento durante este período para os quantitativos restantes. A fonte de recurso, do que trata o quarto ponto, é a 0147-PNAE, Elemento de Despesa 3.3.90.30.

O ponto cinco refere-se à participação da Chamada Pública. Podem participar grupos formais de agricultura familiar e de empreendedores familiares rurais constituídos em cooperativas e associações, nas quais 70% no mínimo devem ser de agricultores familiares. Esses grupos têm de estar enquadrados no Programa Nacional de Apoio e Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), e possuir a Declaração de Aptidão ao PRONAF- DAP (física ou jurídica). Para o ano de 2013, o limite de vendas de alimentos da agricultura familiar foi de R\$20.000,00 (vinte mil reais) / DAP pessoa física por ano. Este ponto também declara que o agricultor que quiser participar da Chamada Pública tem de estar ciente e concordar com todos os pontos estabelecidos na mesma.

O termo seguinte, o sexto, trata da habilitação dos agricultores familiares, que se dá a partir da entrega de dois envelopes. Um para a habilitação, que deverá conter documentos prescritos na Resolução nº38 do FNDE, que deverão ser entregues às Entidades Executoras; o outro envelope é o Projeto de Venda, com a discriminação dos produtos ofertados de acordo com as especificações do Anexo I do edital.

A sétima diretriz é uma das mais importantes. Ela se refere às características dos produtos, como a especificação técnica dos gêneros alimentícios, conforme o Anexo I do edital. Os alimentos ofertados devem estar de acordo com a Legislação de Alimentos estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e pelas autoridades sanitárias locais. Nesse ponto é estabelecida a preferência dos alimentos orgânicos e/ou agroecológicos e determina em que estado deverão estar as frutas, leguminosas, verduras, laticínios, polpas de frutas e peixes.

O oitavo termo diz respeito à entrega dos produtos nas escolas. Ela foi feita a partir de fevereiro de 2013, dividida em dez meses, sendo responsabilidade do fornecedor verificar os horários das instituições de ensino, uma vez que a entrega não pode ser feita na hora do recreio. Há diferença na frequência da entrega de acordo com o tipo de produto; os

estocáveis tiveram entrega mensal, as polpas de frutas e peixes quinzenal e as hortaliças, legumes e frutas *in natura*, semanal. Este ponto também esclarece que a quantidade de gêneros alimentícios solicitados pela chamada pública foi baseada no cardápio elaborado por nutricionistas da Sedu, de acordo com a média de alunos atendidos nas unidades escolares.

O nono termo refere-se ao controle de qualidade dos gêneros alimentícios pela Sedu. De acordo com este termo, o produto que não corresponder às exigências da Chamada pode ser devolvido, e o fornecedor tem 24 horas para substituí-lo diretamente na unidade escolar. Além disso, a Sedu tem o direito de visitar a unidade da produção dos produtos adquiridos da agricultura familiar quando achar necessário.

Alguns produtos não podem chegar às escolas sem antes serem analisados pela equipe de avaliação sensorial, formada por nutricionistas da Sedu. É disso que se trata o décimo termo desta Chamada. Amostras de leite em pó, pó de café, polpa de fruta de todos os sabores, iogurte, requeijão cremoso, fubá, farinha e peixe tiveram de ser enviados a um endereço no município de Serra para que o teste chamado “Dentro-Fora” fosse feito. Os produtos que tiveram aceitabilidade acima de 85% foram considerados aptos (Dentro) para compra, os demais (Fora) foram descartados.

O décimo primeiro termo é sobre a classificação das propostas apresentadas. Foram consideradas classificadas as que preencheram as condições fixadas na chamada, sendo que a prioridade da compra é do município. Se não for possível obter as quantidades necessárias, pode-se complementar com as propostas de grupos da região, do território rural, do estado e do país, nesta ordem de prioridade. É destacado que, de acordo com a Lei 11.947/2009, priorizam-se os assentamentos da reforma agrária, das comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. O valor pago pelos produtos é o fixado pelo Anexo X do edital, sem direito a negociação. No caso dos alimentos selecionados para esta pesquisa, os preços foram os seguintes:

Tabela 2: Valores pagos pelos gêneros alimentícios na Chamada Pública 001/2012

Produto	Preços pagos pela Sedu por Kg (em reais)
Abobrinha	0,80
Alface	2,35
Beterraba	1,16
Brócolis	3,00
Couve	1,78
Inhame	1,16
Morango	5,47
Pepino	0,82
Quiabo	1,96
Repolho	0,56
Vagem	1,68

Fonte: Chamada Pública 001/2012. Organizada pela autora.

Para definir o preço dos produtos da chamada, ponto da décima segunda cláusula, a Sedu utilizou as Tabelas de Preços Referenciais do ano anterior, publicadas pela Secretaria de Gestão e Recursos Humanos (Sege) nos últimos 12 meses. O Sistema de Preços Referenciais disponibiliza periodicamente, no site da Sege, tabelas e planilhas que buscam refletir os preços de produtos e serviços praticados no mercado. Esses dados são pesquisados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), e tem a finalidade de dispensar novas consultas de preço ao mercado; são a base referencial nas licitações, dispensas e inexigibilidade para compra de materiais e contratação de serviços. No caso das geleias e do peixe tilápia, a base para a definição dos preços foi coletado no mercado. O resultado foi publicado pela Sedu no Diário Oficial e nos meios de comunicação comumente utilizados pela administração, conforme o ponto de número treze da Chamada.

A décima quarta diretriz da Chamada é sobre os contratos de compra e venda entre a Sedu (contratante) e a cooperativa/associação (contratada). Os contratos são feitos de acordo com a minuta de contrato, anexo IX da Chamada, na qual estão dispostos os compromissos da contratante e contratada. Entre eles está a obrigatoriedade por parte da Sedu em verificar, direta e indiretamente, nas unidades escolares se os alimentos adquiridos estão de acordo com as exigências em qualidade e quantidade. O pagamento (R\$20.000,00 por DAP por pessoa física por ano, à época) também era atribuição da Secretaria de

Educação. Entre as funções da contratada está a entrega em dias e horários previamente estabelecidos pela Sedu; a limpeza, qualidade e armazenamento dos produtos; e a roupa que o entregador deve estar usando no ato da entrega (sapato fechado, calça comprida e boné ou touca). A contratada não poderá subcontratar o fornecimento dos produtos.

O décimo quinto ponto da Chamada é sobre as condições de recebimento da nota fiscal e pagamento. Os credenciados tem até o 5º dia útil do mês subsequente para entregar na Gerência Apoio Escolar um documento (Anexo VI do edital) preenchido com as notas fiscais/faturas em anexo; o pagamento ocorre 30 dias após a entrega desses documentos. Nessas notas fiscais devem estar a descrição de todos os produtos, de acordo com o que foi descrito anteriormente na proposta, junto com o número do processo e do contrato.

É de responsabilidade dos fornecedores entregar os alimentos de acordo com o que foi estabelecido no Edital, declarando-se autorizados legalmente a fazer a proposta, como prega o décimo sexto ponto. Para a contratante, a Sedu, fica a responsabilidade de acompanhar direta e indiretamente o entrega e preparo dos alimentos nas unidades escolares, e o pagamento à contratada pelos gêneros entregues e aceitos.

A fiscalização é tarefa da Secretaria de Estado da Educação, responsável por verificar a solicitação e entrega dos gêneros alimentícios, bem como dos pagamentos e das documentações comprobatórias, por meio da empresa responsável pelo preparo dos alimentos e do diretor da unidade escolar, como define a décima sétima diretriz . Há a possibilidade de descredenciamento pela contratada por meio de requerimento, mas os credenciados com contrato em vigor não podem solicitá-lo até o término da vigência do mesmo. A Sedu pode descredenciar um fornecedor por omissão de informações ou documentação falsa no credenciamento; a recusa injustificada à assinatura do contrato; fornecimento de produtos fora da especificação técnica; duas advertências num período de seis meses; por atraso injustificado a primeira entrega em quinze dias; e pela execução do fornecimento de acordo com previsto no contrato, referente à quantidade, qualidade, horário, data e acondicionamento. Há também a possibilidade do descredenciamento por motivo de denúncia e/ou reclamações por parte dos manipuladores/consumidores no que se refere à qualidade e aceitação dos produtos, caso as mesmas forem comprovadas.

A Chamada Pública 001/2012 foi planejada com o objetivo de que todas as suas diretrizes fossem atendidas. Caso isso não ocorresse conforme o planejado após a sua publicação poderia haver um aditamento do processo, a revogação do edital ou sua modificação, em todo ou em parte, de acordo com o décimo nono ponto.

De acordo com o vigésimo item, o registro de preço dos gêneros alimentícios da agricultura familiar está concretizado a partir da divulgação do resultado de ofertas da chamada. Cabem recursos da chamada na fase inicial, sob forma de impugnação do edital, e nas seguintes na forma de recursos administrativos, como prega o vigésimo primeiro item

A participação de qualquer proponente depende de sua total aceitação das regras e condições estabelecidas no edital e seus anexos, conforme o penúltimo item. Por fim, o último item designa o foro de Vitória como responsável por quaisquer esclarecimentos acerca da Chamada Pública 001/2012.

4.2 A Geografia do artigo 14 da Lei 11.947/2009 no Espírito Santo

Os dados coletados deram origem aos mapas, tabelas e gráficos apresentados neste trabalho, conforme exposto na metodologia, e permitiram algumas conclusões acerca de como se aplica o Artigo 14 da Lei 11.947 e quais suas ligações com a estrutura fundiária do Estado do Espírito Santo.

Os dados da produção desses alimentos no ES estão em toneladas e para a produção dos mapas as quantidades foram agrupadas, a fim de melhorar a visualização. Os municípios de Governador Lindenberg, Marilândia e Piúma não possuem dados no Censo. Os mapas de produção foram colocados na mesma página dos que se referem aos alimentos solicitados na Chamada Pública 001/2012, para facilitar as comparações.

Nos mapas pode-se notar que nem todos os municípios produzem os alimentos solicitados na Chamada, o que configura, no mínimo, falta de atenção e planejamento na elaboração da mesma. É possível ver claramente que a Região Serrana do Espírito Santo é a principal produtora dos alimentos selecionados, de acordo com os mapas de produção.

Catorze municípios (Alto Rio Novo, Boa Esperança, Bom Jesus do Norte, Divino de São Lourenço, Ibirajú, Ibitirama, Jerônimo Monteiro, João Neiva, Presidente Kennedy, Rio Novo do Sul, Serra, Sooretama, Vila Velha e Vitória) não produzem nenhum dos alimentos demonstrados aqui. Outros catorze produzem um ou dois gêneros, conforme a Tabela 3. É clara a percepção, olhando os mapas dos alimentos solicitados na Chamada, que a grande maioria dos municípios não produz os gêneros alimentícios que são pedidos pela Secretaria de Educação.

Tabela 3: Produção de alimentos por município

Águia Branca	Quiabo
Anchieta	Couve
Apiacá	Alface
Aracruz	Quiabo
Atílio Vivácqua	Alface
Dores do Rio Preto	Quiabo
Iconha	Inhame
Irupi	Alface
Jaguaré	Couve
Mucurici	Alface
Muqui	Alface
Pedro Canário	Couve
Ponto Belo	Alface
São Domingos do Norte	Alface
	Quiabo

Fonte: IBGE- Censo Agropecuário 2006. Organizado pela autora.

No que se refere à produção de alface (Figura 7 e 8), esta se concentra em maior número na Região Serrana, também aparece em municípios do Litoral Sul, Sul, Norte e Nordeste do Estado. No caso da produção de abobrinha (Figura 9 e 10) vê-se que mais da metade dos municípios produzem de zero a seis toneladas, sendo que 46 municípios não produzem o legume. A maior produção se concentra na Região Serrana e Centro-Oeste do Estado. Quase nenhum município espírito-santense planta beterraba (Figura 11 e 12). Sessenta e cinco cidades não produzem o legume. Santa Maria de Jetibá, município da Região Serrana, responde por praticamente toda a produção (4396 toneladas), e alguns municípios do Sul e do Centro-Oeste também contribuem com a produção no estado.

A produção de brócolis (Figuras 13 e 14) novamente se concentra nas cidades da Região Serrana, mas conta com a produção de Guarapari, Conceição da Barra e Barra de

São Francisco. A maior parte da produção de couve (Figuras 15 e 16) também se concentra na Região Serrana, mas o maior produtor é o município de Guarapari. A produção desta verdura se estende pontualmente pelas outras regiões do estado, em menor grau. O inhame (Figuras 17 e 18) tem sua maior expressão na Região Serrana, mas é encontrado em alguns municípios da Região Sul e Noroeste do Estado; 52 municípios do Estado não produzem o legume.

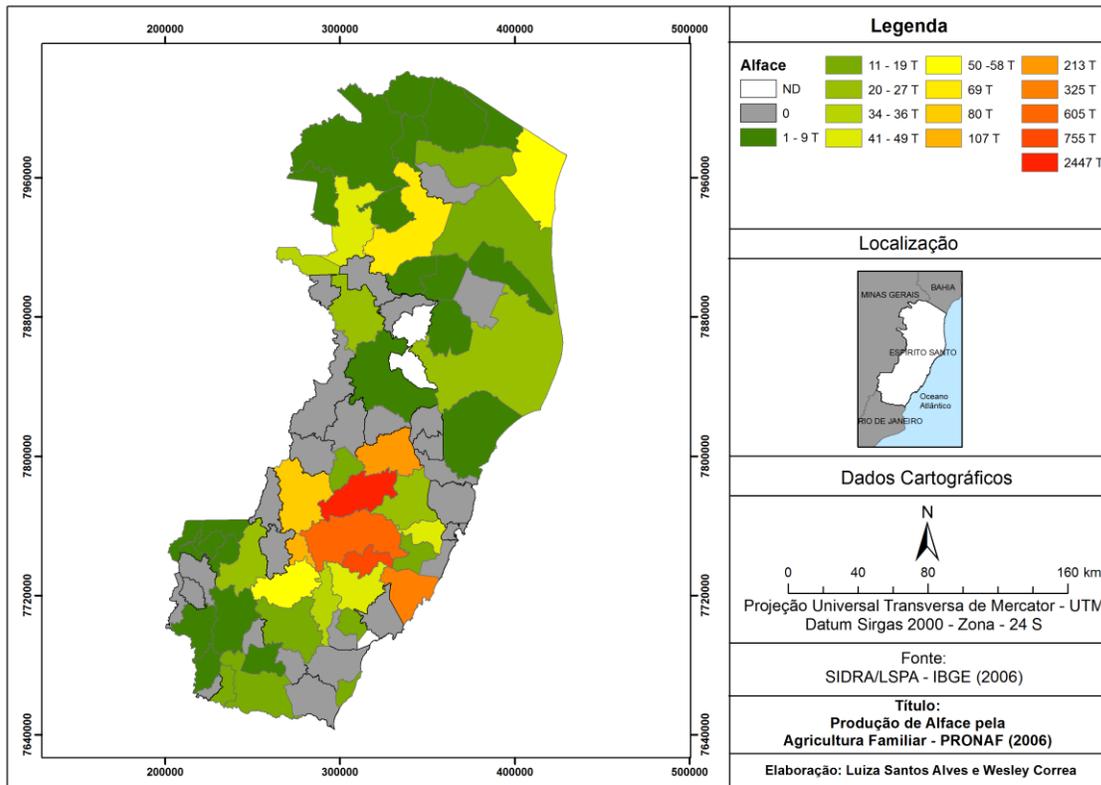


Figura 7: Produção de alfafa no Espírito Santo (2006)

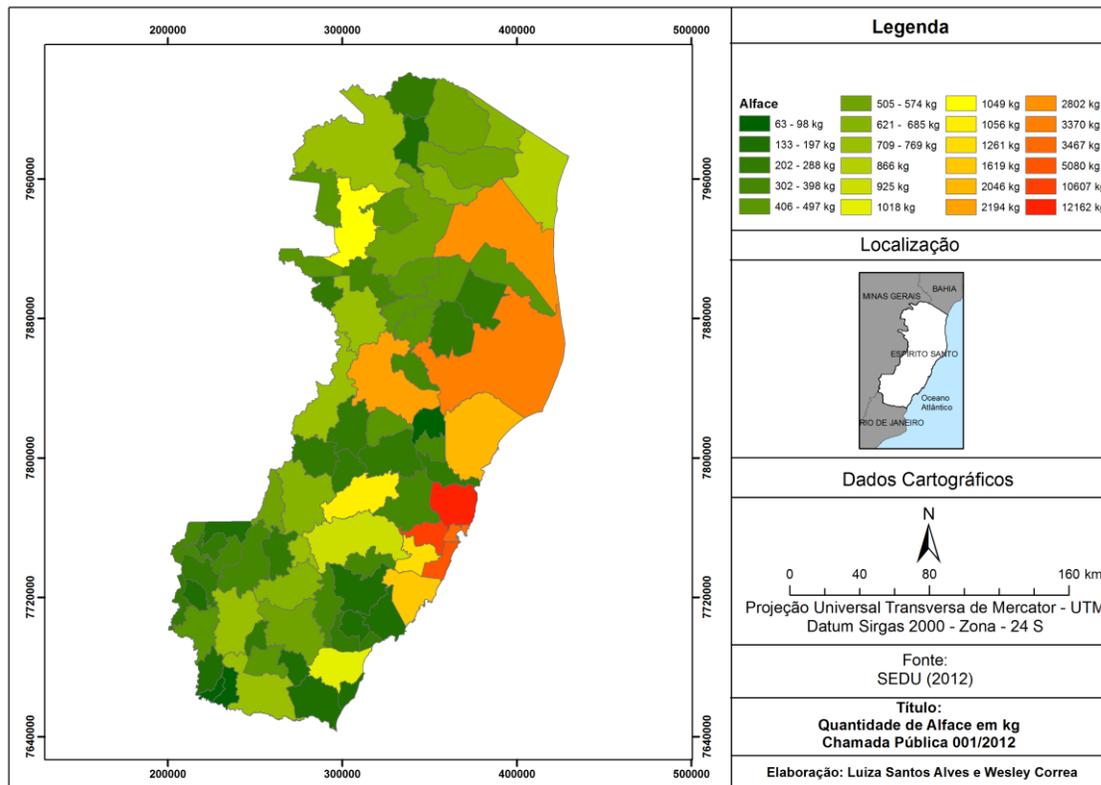


Figura 8: Quantidade de alfafa em kg - Chamada Pública 001/2012

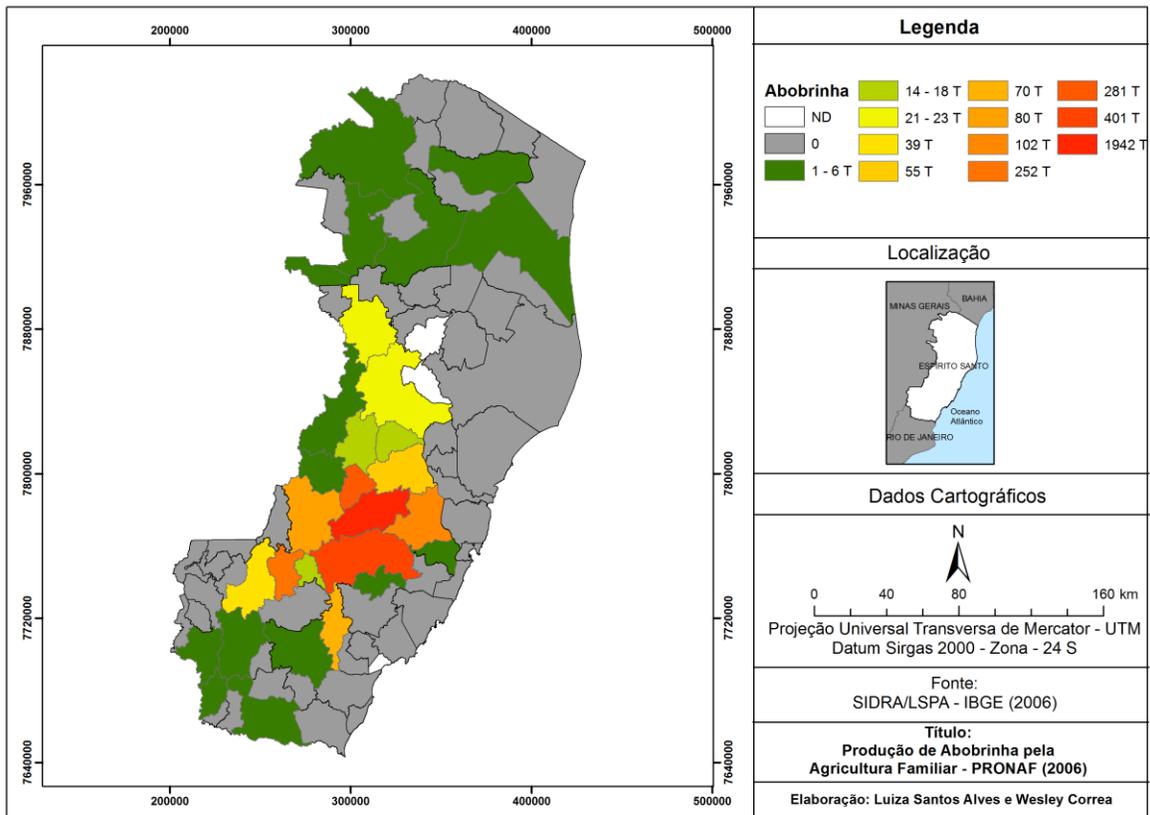


Figura 9: Produção de abobrinha no Espírito Santo (2006)

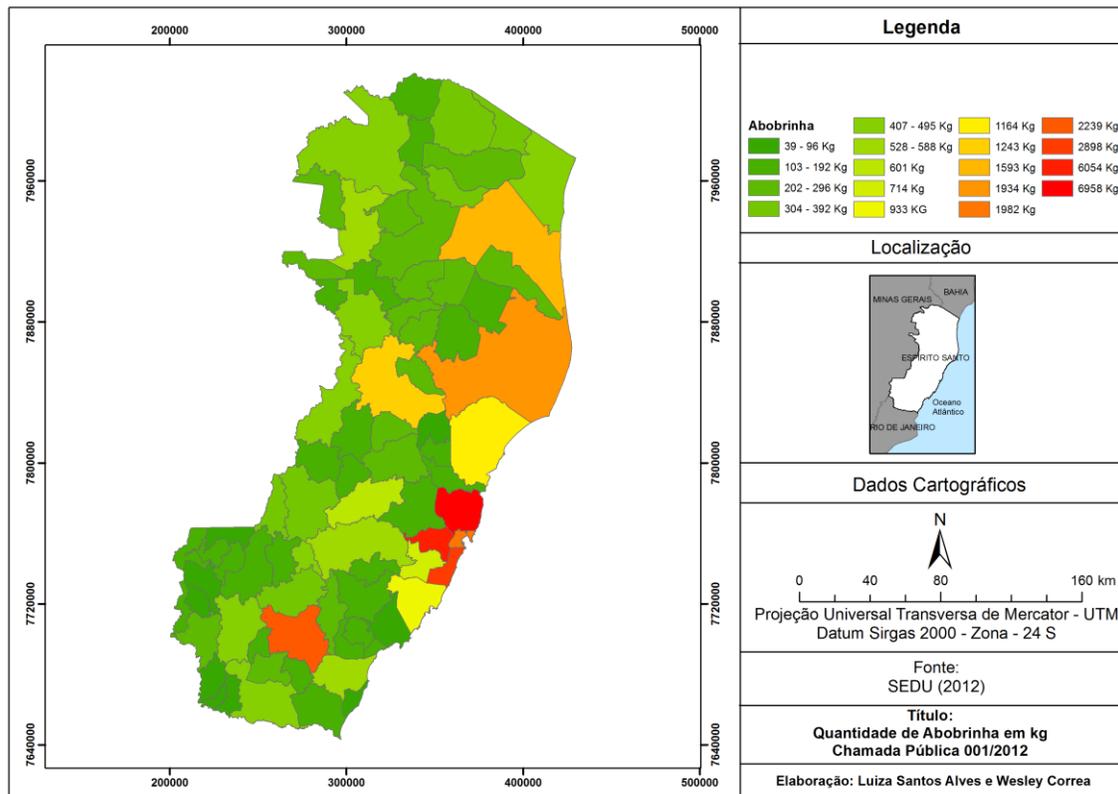


Figura 10: Quantidade de abobrinha em kg - Chamada Pública 001/2012

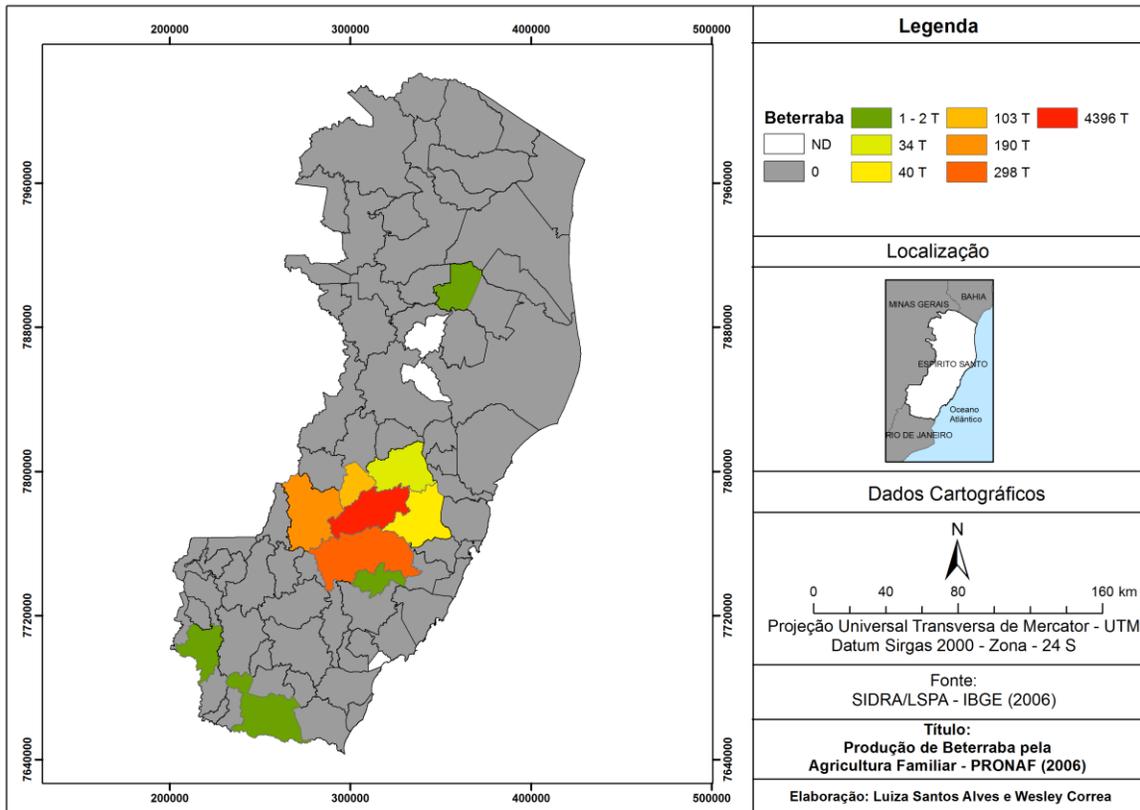


Figura 11: Produção de beterraba no Espírito Santo (2006)

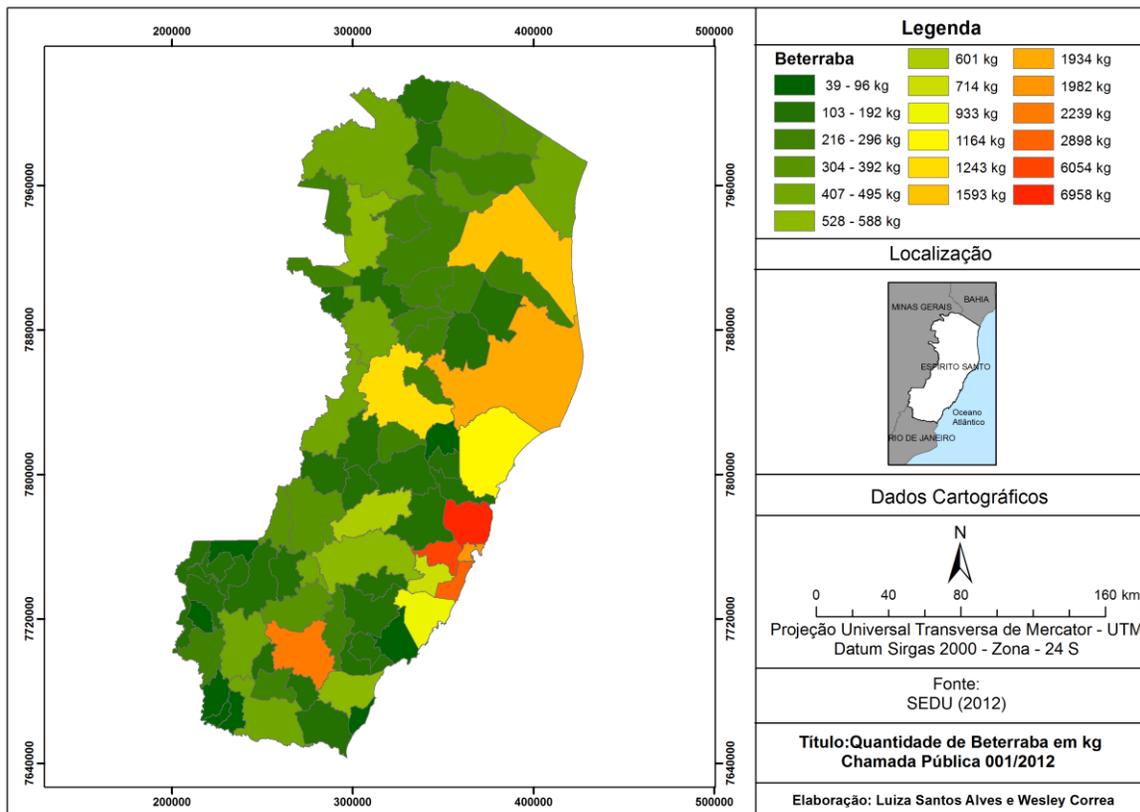


Figura 12: Quantidade de beterraba em Kg - Chamada Pública 001/2012

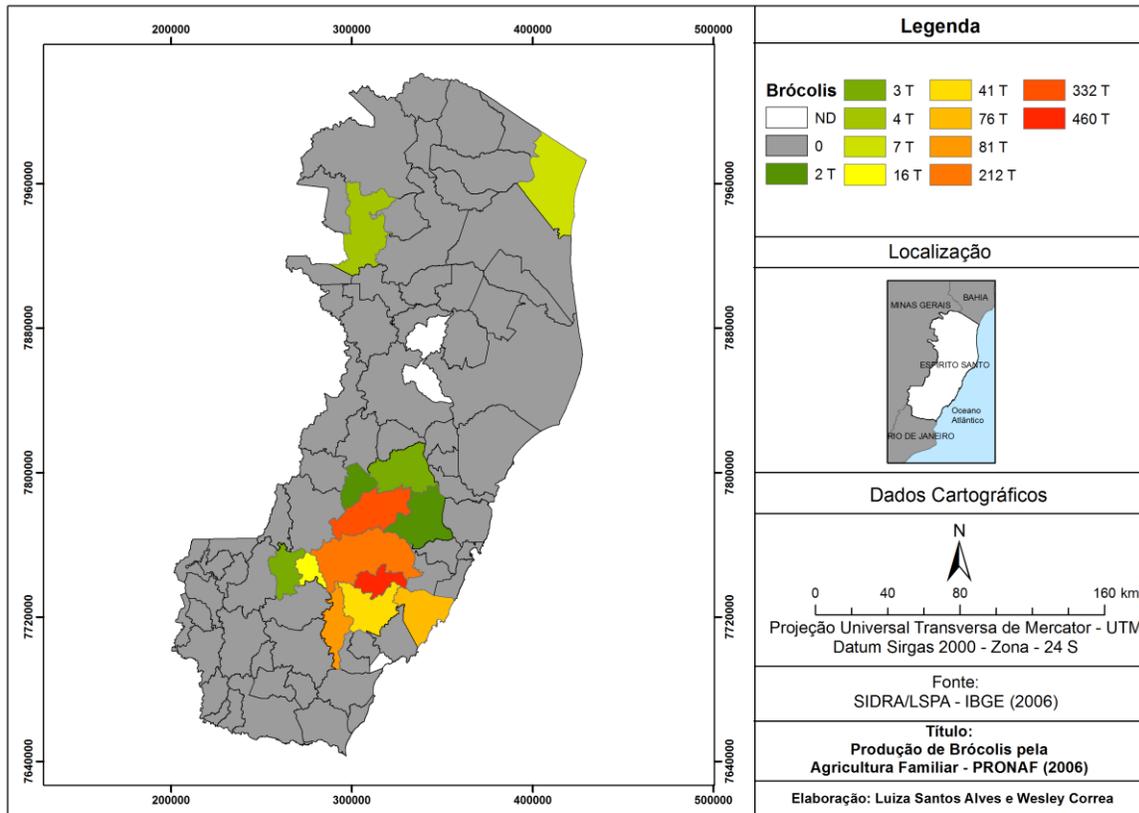


Figura 13: Produção de brócolis no Espírito Santo (2006)

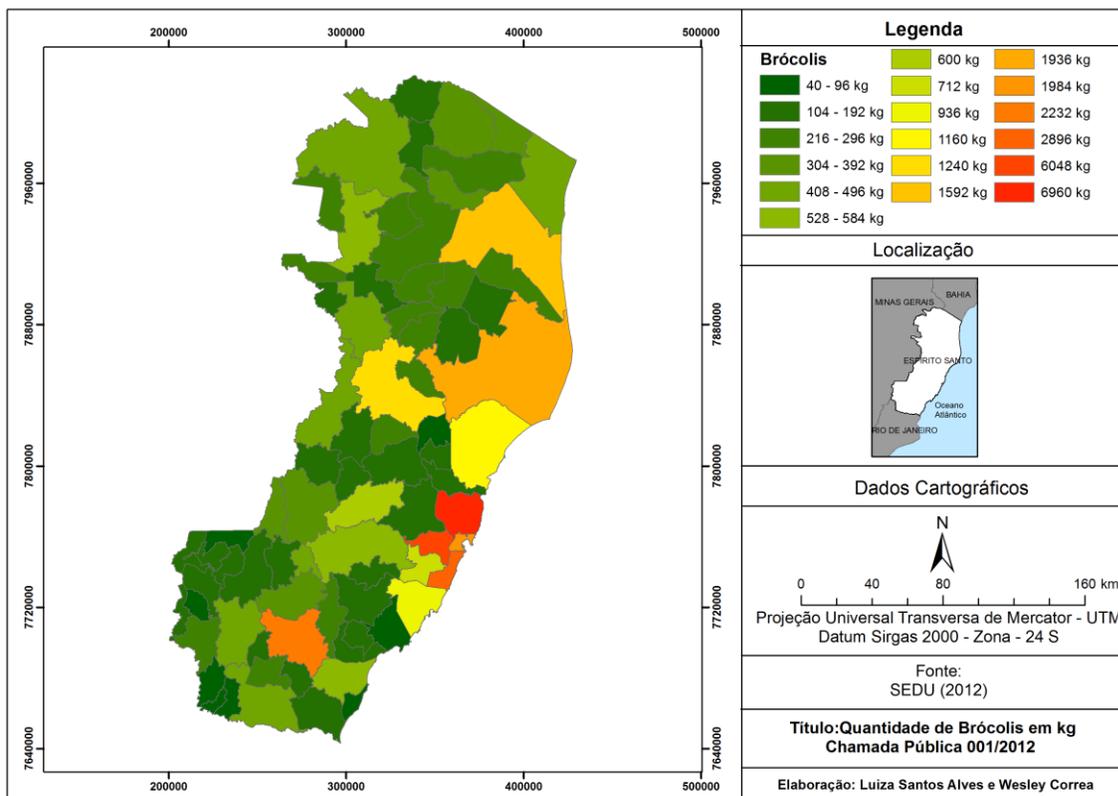


Figura 14: Quantidade de brócolis em kg - Chamada Pública 001/2012

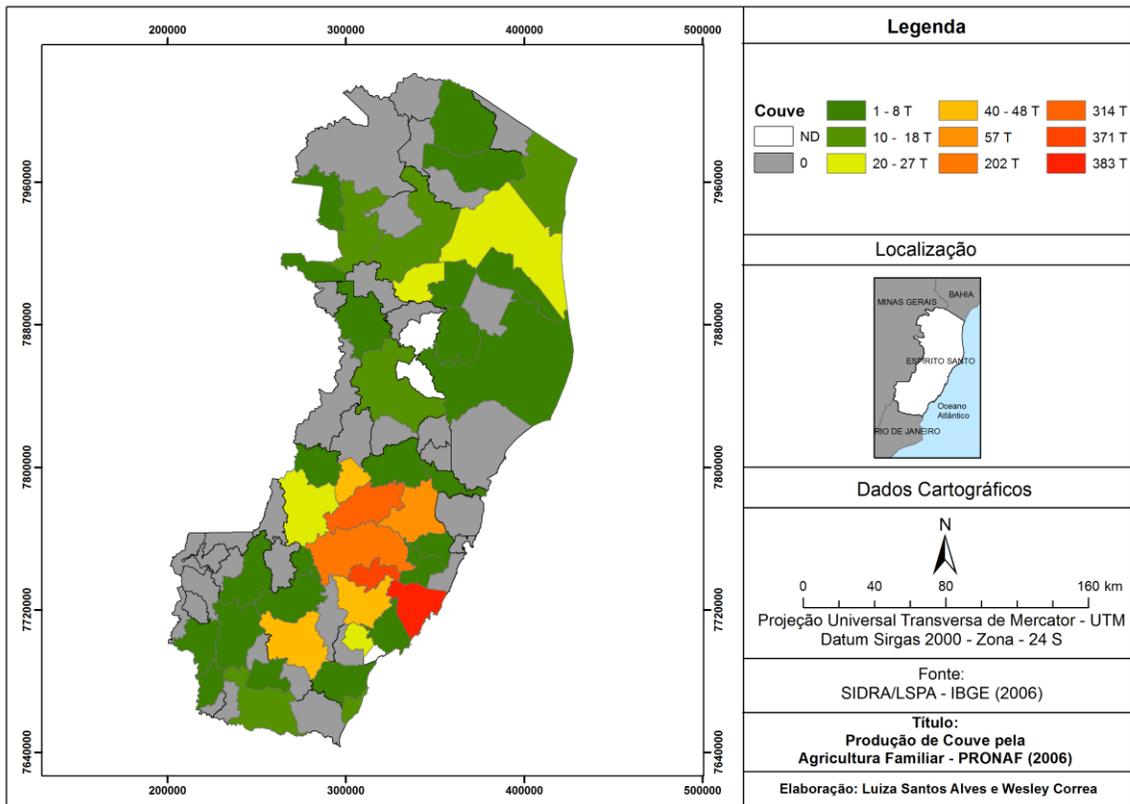


Figura 15: Produção de couve no Espírito Santo (2006)

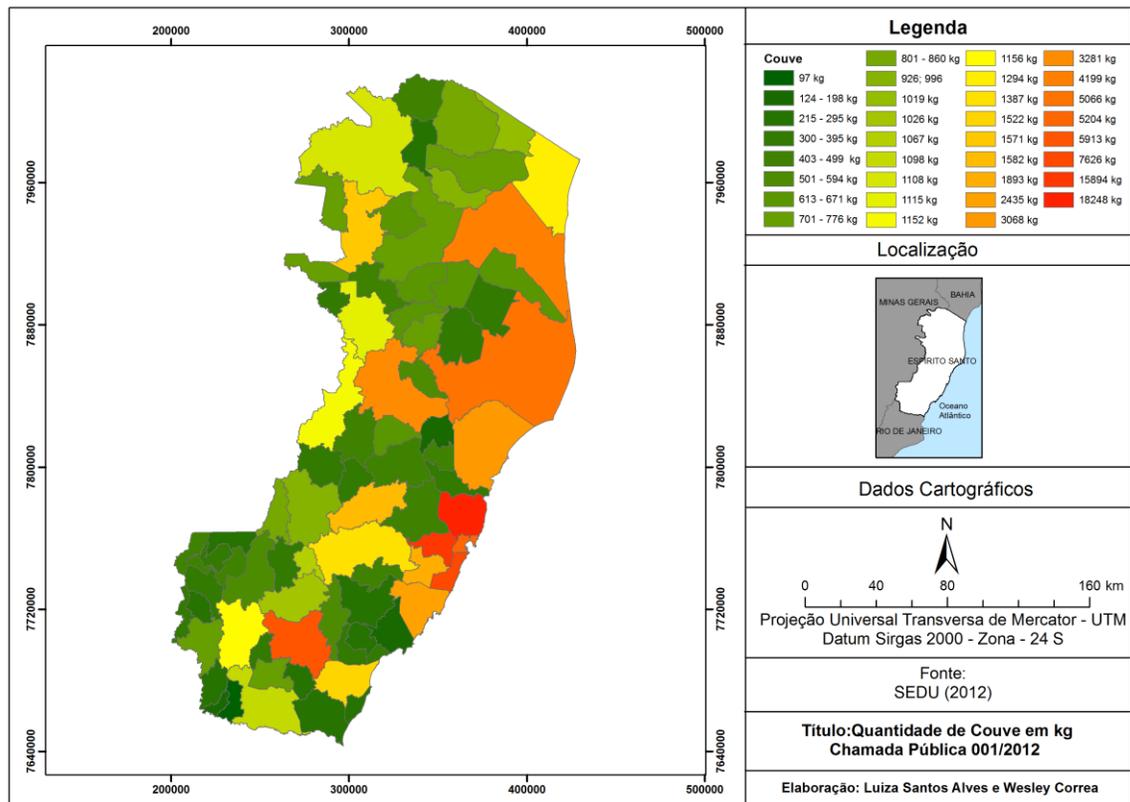


Figura 16: Quantidade de couve em kg - Chamada Pública 001/2012

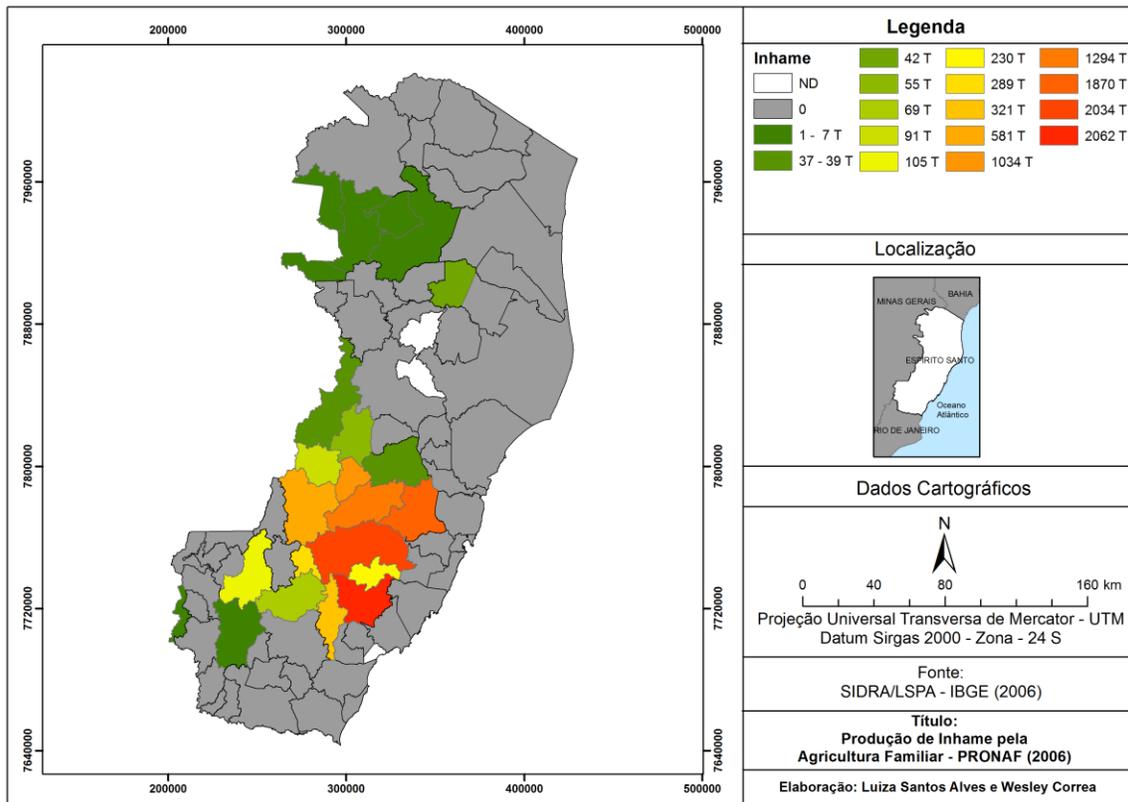


Figura 17: Produção de inhame no Espírito Santo (2006)

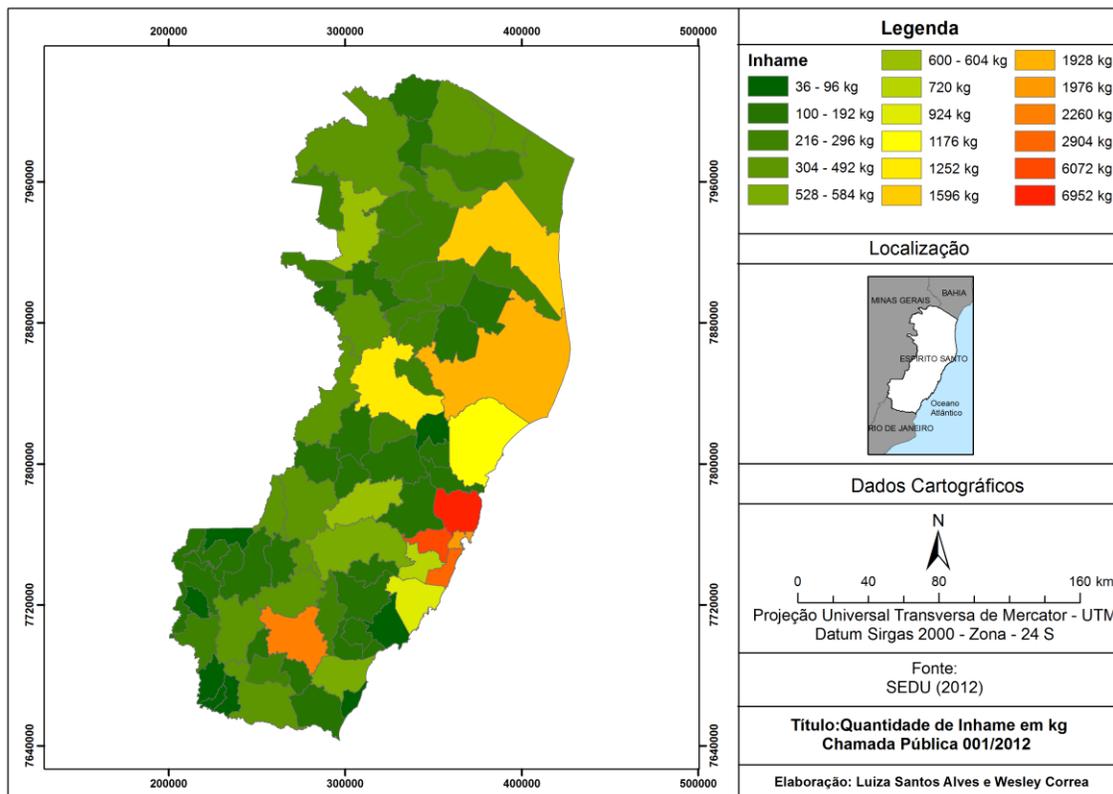


Figura 18: Quantidade de Inhame em kg - Chamada Pública 001/2012

Apenas oito municípios do Espírito Santo produzem morango (Figuras 19 e 20), seis da Região Serrana (Afonso Cláudio, Castelo, Domingos Martins, Santa Maria de Jetibá, Vargem Alta e Venda Nova do Imigrante) e Muniz Freire e Brejetuba, que se localizam bem próximo à Região. A produção de quiabo (Figuras 21 e 22) é bem difundida por todo o estado, com a maior produção concentrada na Região Serrana e Centro-Oeste, mas todas as regiões tem alguma produção.

O repolho (Figuras 23 e 24) tem sua produção muito concentrada na Região Serrana e alguns municípios na região do Caparaó e no município de Vila Valério, localizada no Centro-Oeste. A vagem (Figuras 25 e 26), mais uma vez, tem a produção concentrada na Região Serrana, mais as cidades de Itarana, Muniz Freire e Laranja da Terra; 66 municípios capixabas têm sua produção zerada. O pepino (Figuras 27 e 28) é produzido, em sua maior parte, na Região Serrana, alguns municípios do Sul, Centro-Oeste e Noroeste do estado.

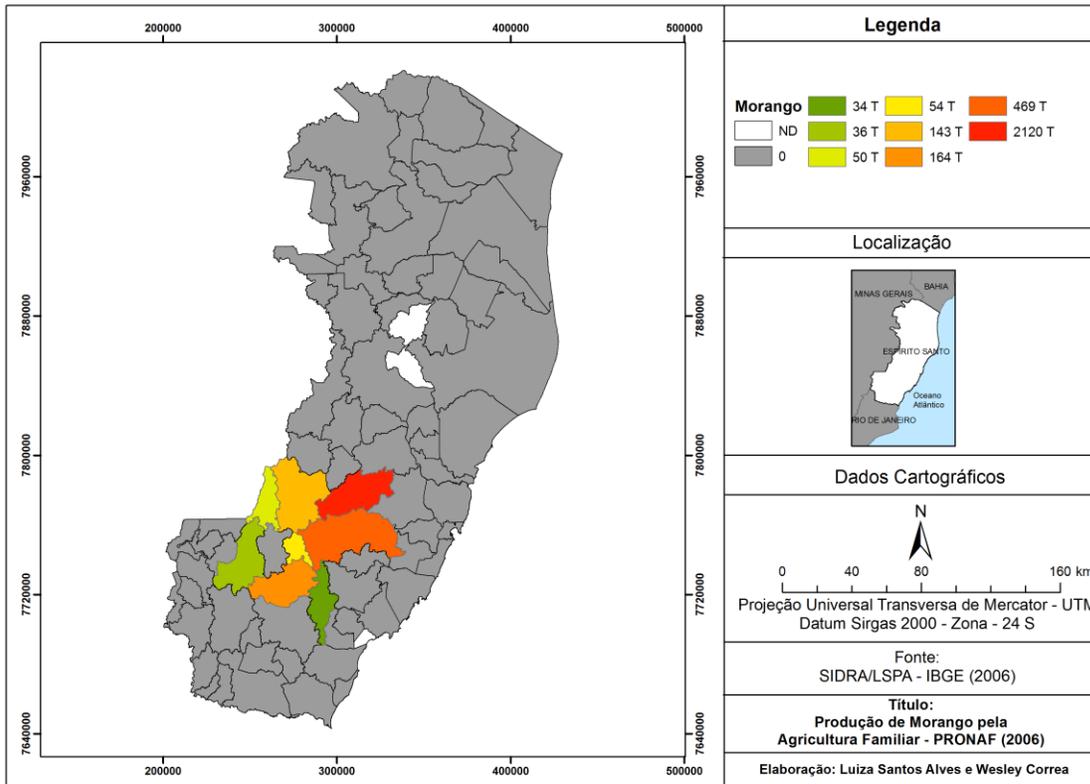


Figura 19: produção de morango no Espírito Santo (2006).

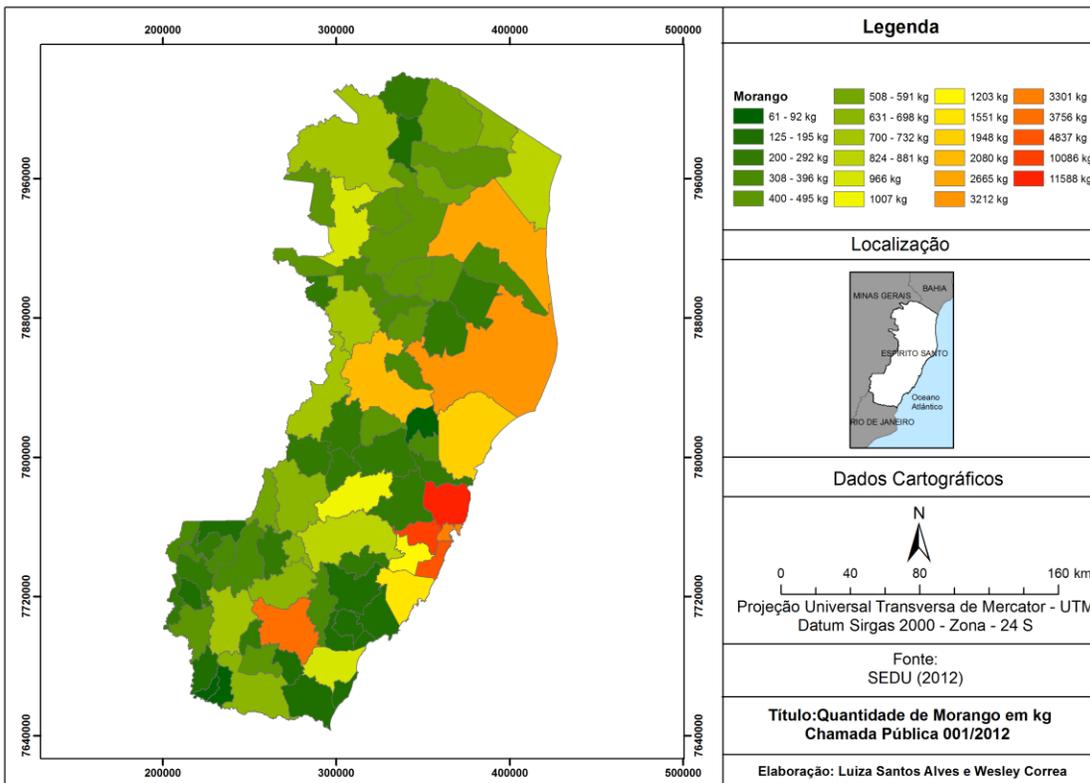


Figura 20: Quantidade de morango em kg - Chamada Pública 001/2012

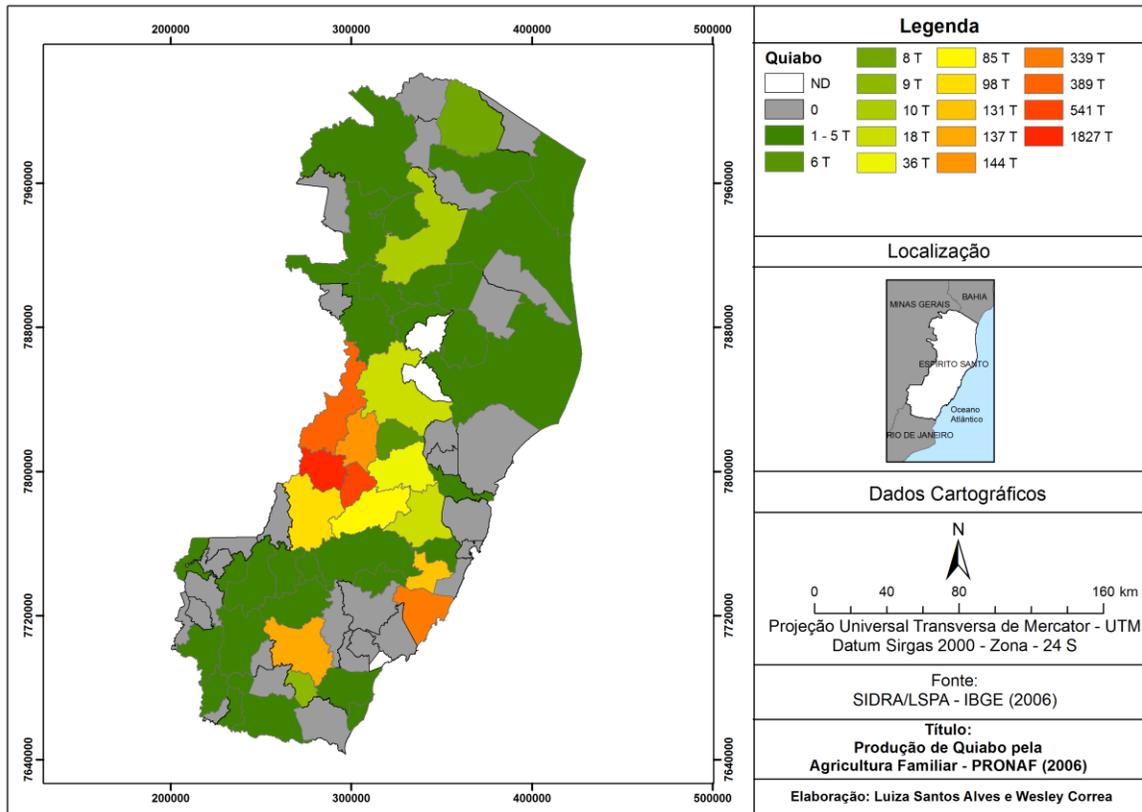


Figura 21: Produção de quiabo no Espírito Santo (2006)

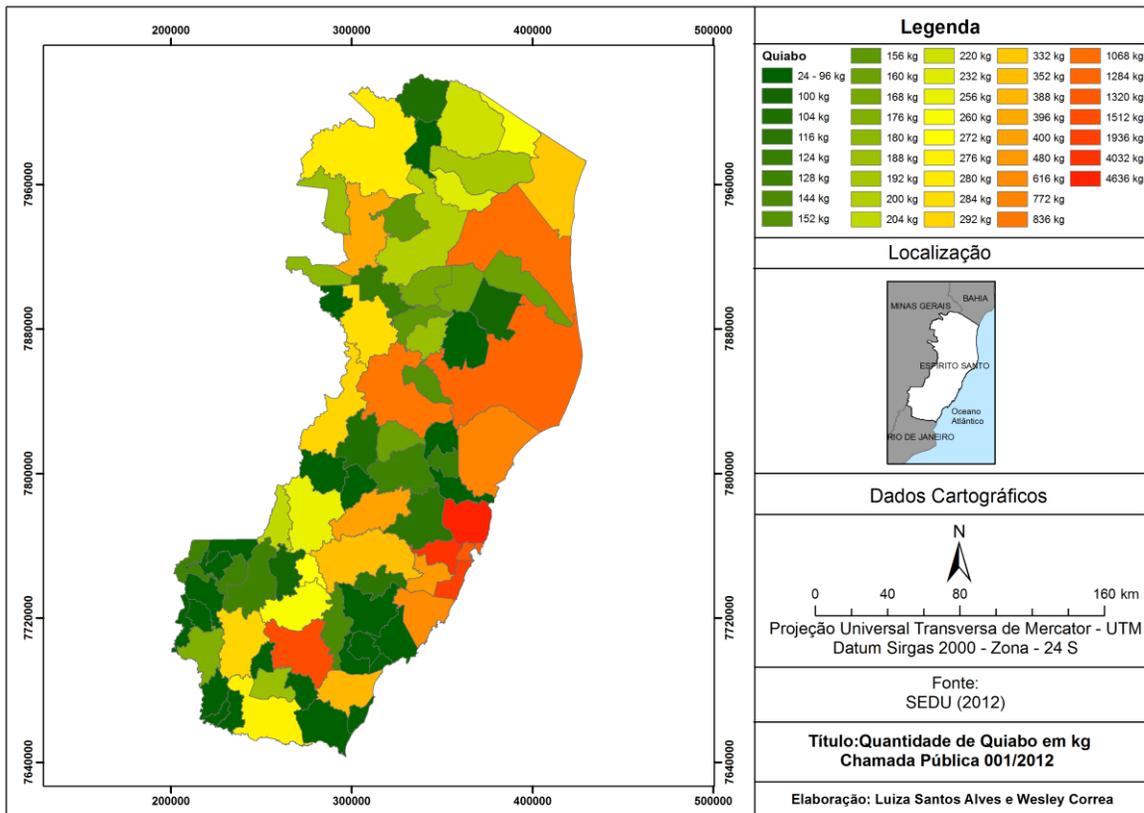


Figura 22: Quantidade de quiabo em kg - Chamada Pública 001/2012

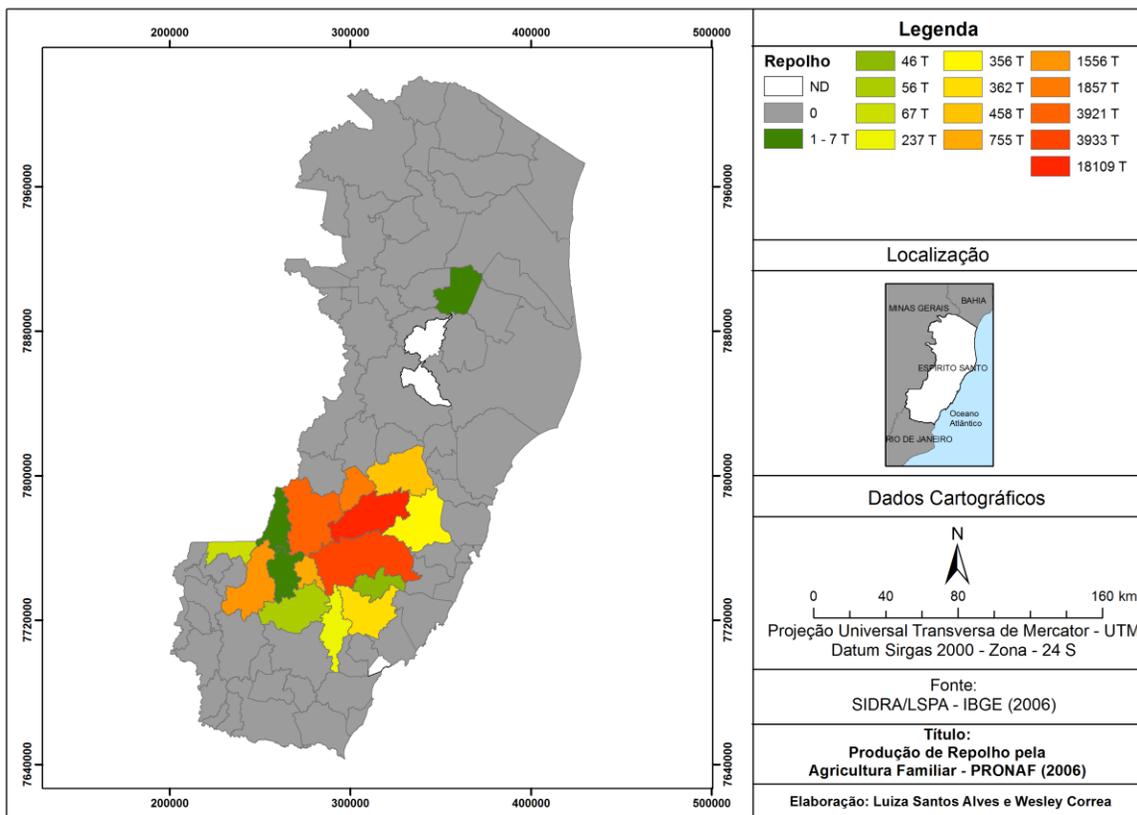


Figura 23: Produção de repolho no Espírito Santo (2006)

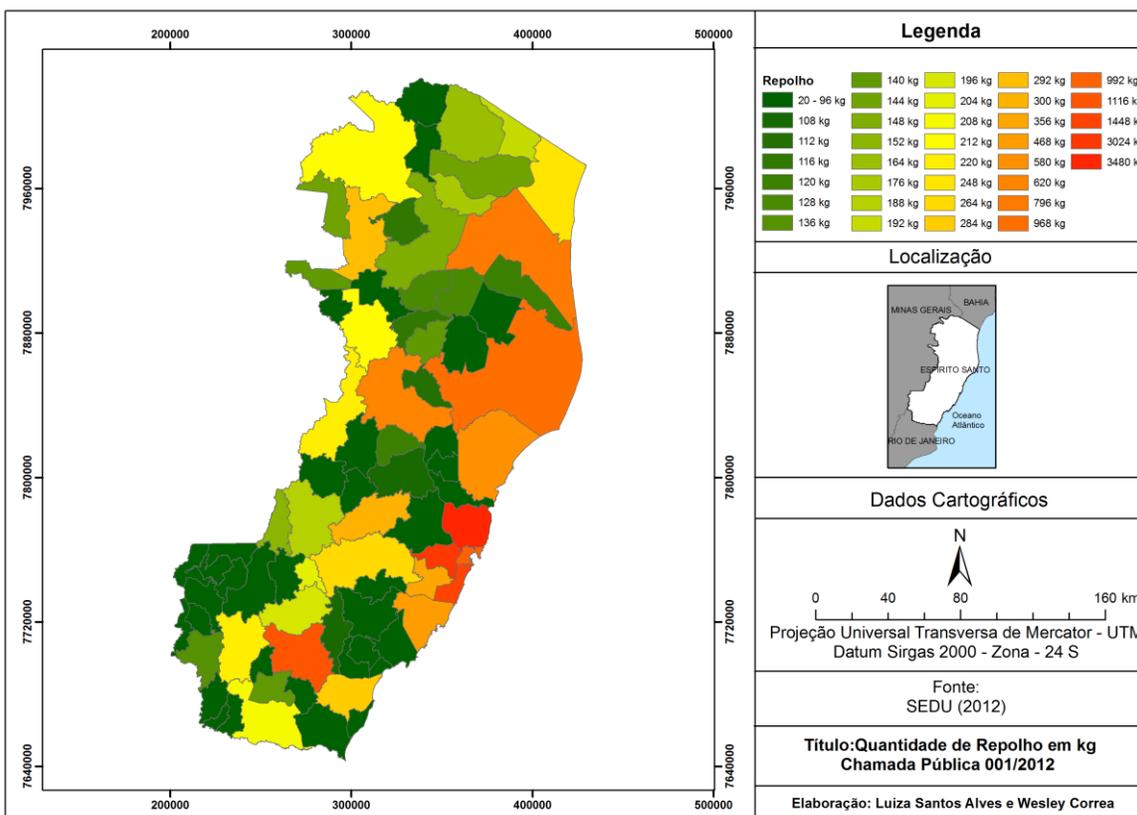


Figura 24: Quantidade de Repolho em kg - Chamada Pública 001/2012

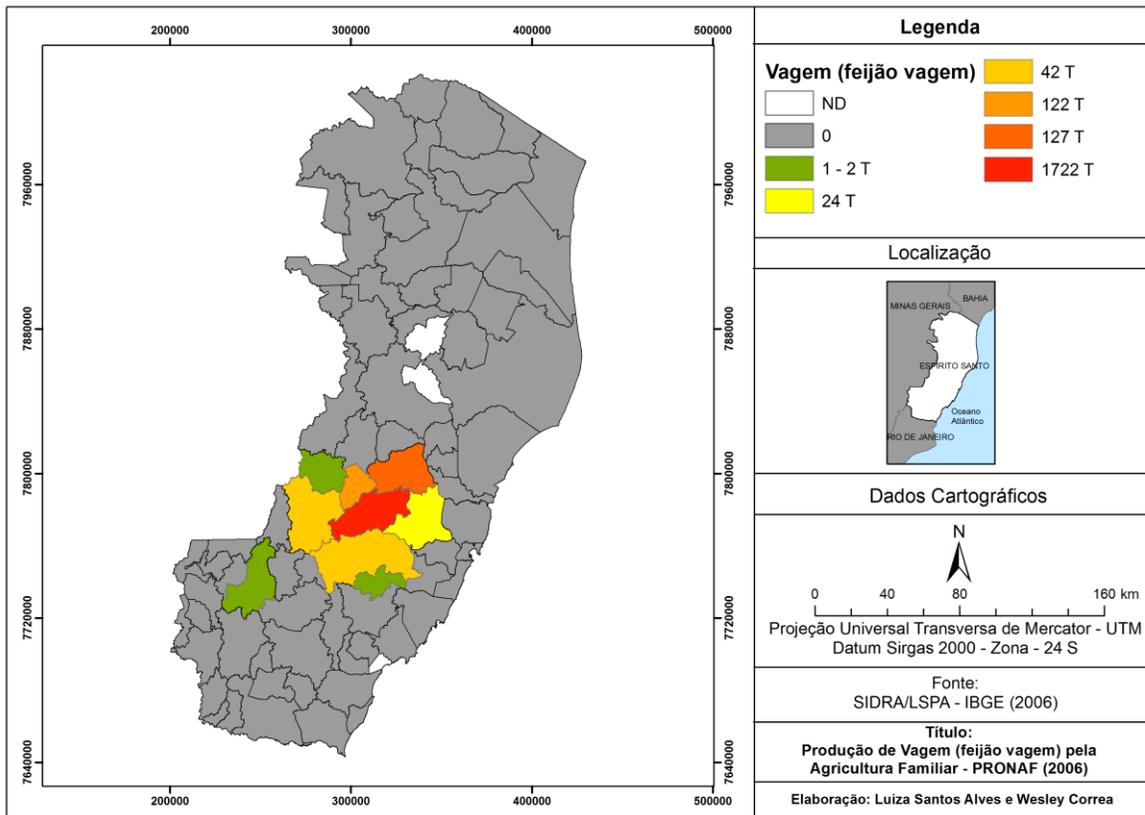


Figura 25: Produção de vagem no Espírito Santo (2006)

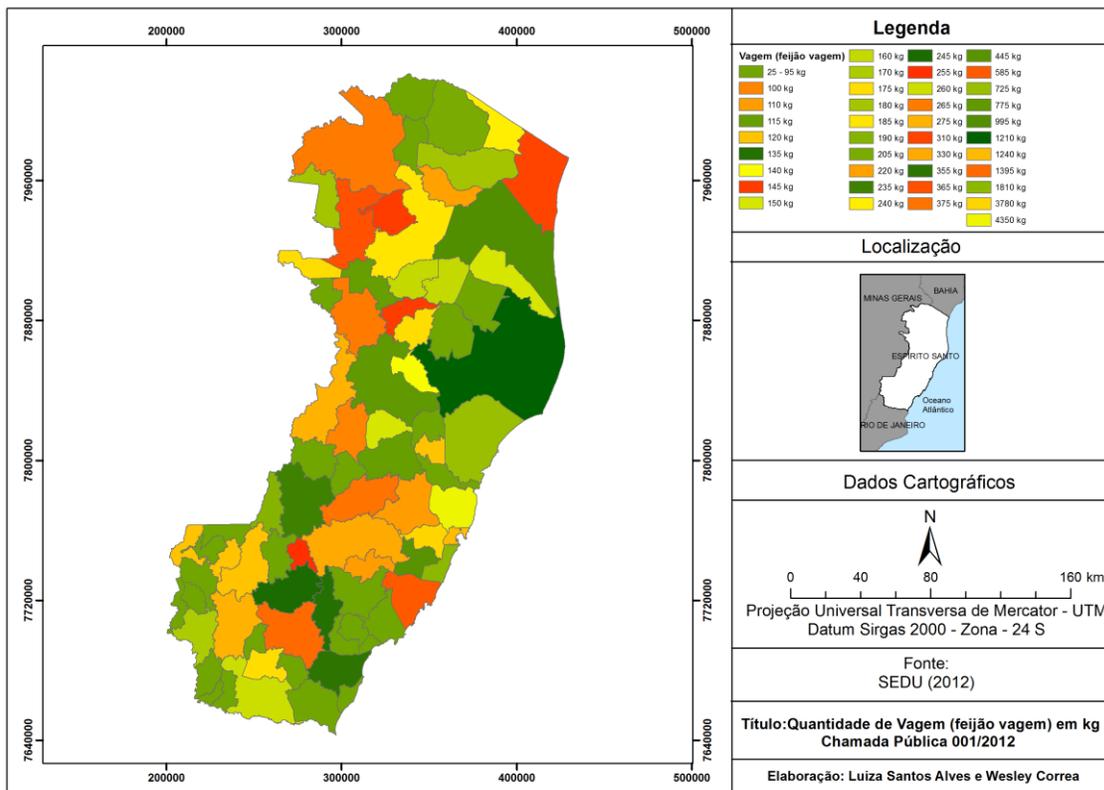


Figura 26: Quantidade de vagem (feijão) em kg - Chamada Pública 001/2012

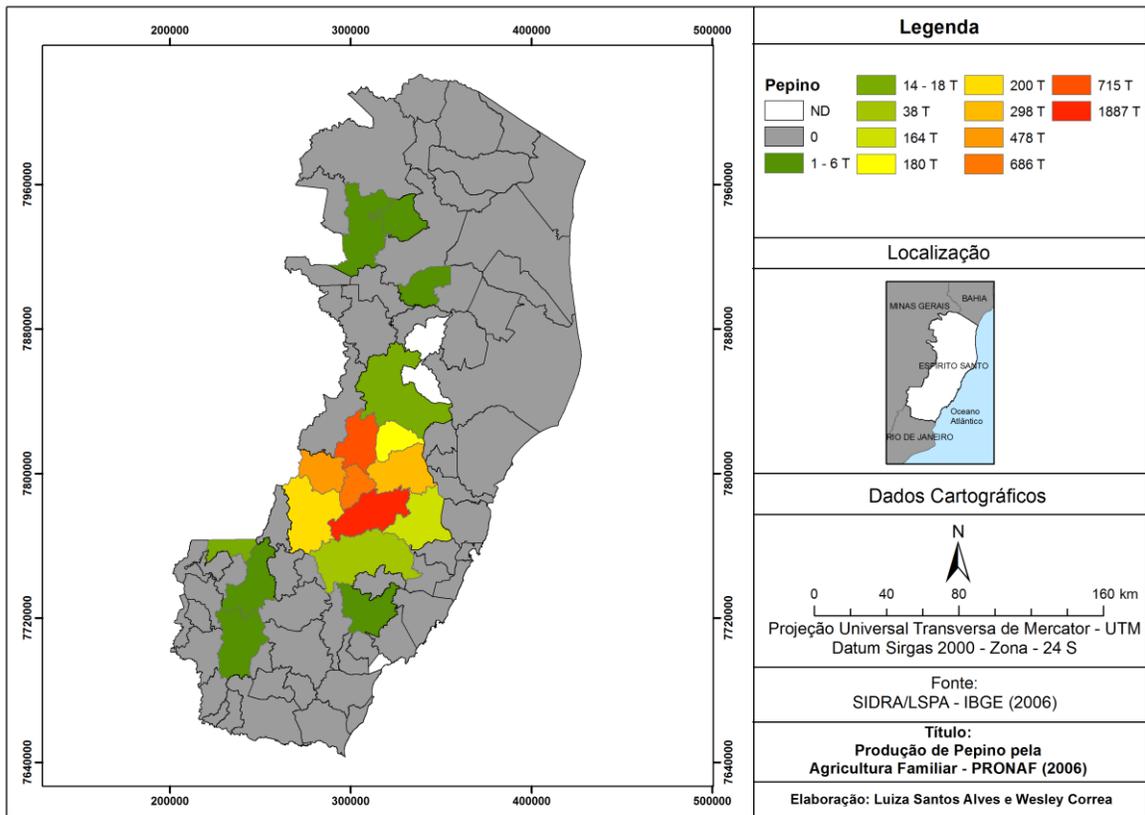


Figura 27: Produção de pepino no Espírito Santo (2006)

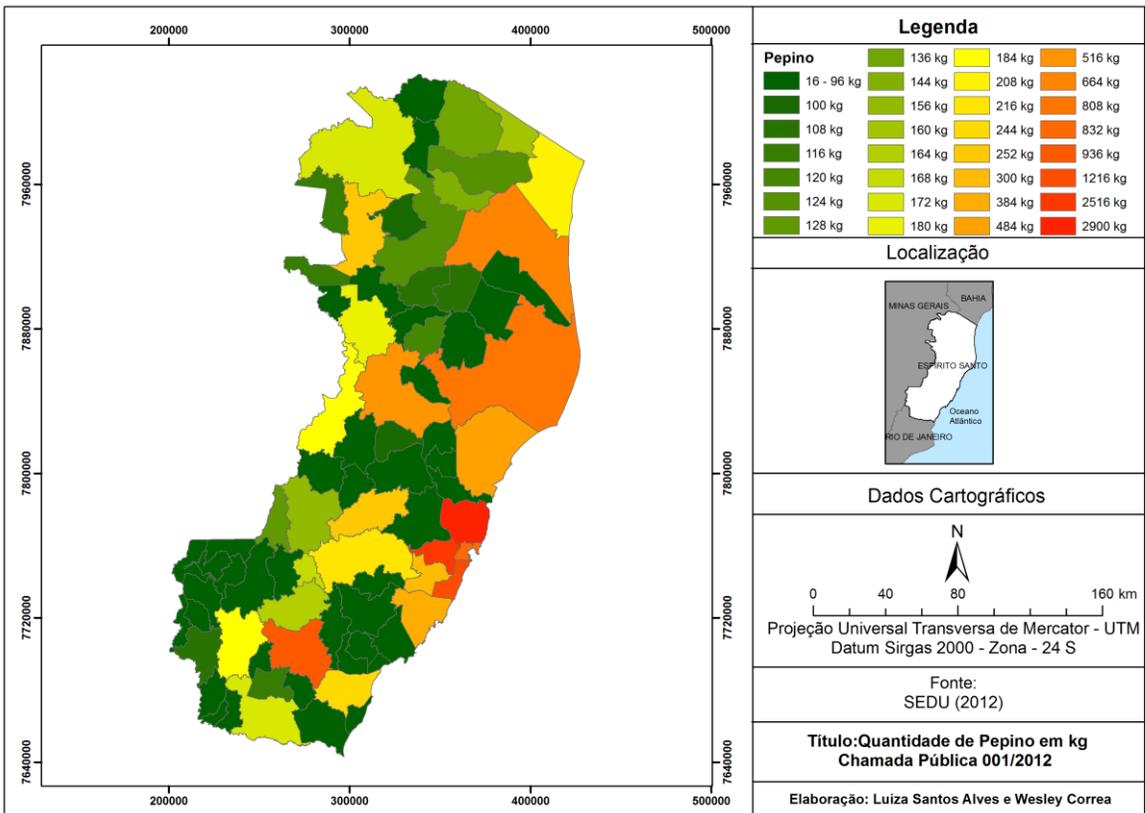


Figura 28: Quantidade de pepino em kg - Chamada Pública 001/2012

Como foi possível perceber nos mapas, os municípios das regiões Nordeste e Norte do Estado praticamente não tem nenhuma expressão na produção de alimentos. Não coincidentemente, são as regiões de maior concentração fundiária, prática da pecuária extensiva e monoculturas de cana e eucalipto voltadas para a agroindústria. O mapa da figura 04 (p. 34) mostra a divisão territorial do trabalho agropecuário no Espírito Santo, que pode ser comparado aos mapas de produção deste trabalho, e é possível ver como se encaixam as regiões de silvicultura e pecuária com as regiões que não produzem alimentos; e as regiões produtoras de alimentos com as que respondem pela maioria da produção retratada aqui.

No formato que se encontram os resultados, pode-se aferir que a Cooperativa dos Agricultores Familiares de Domingos Martins (COOPRAM) foi a grande responsável pela entrega de alguns dos produtos expostos neste trabalho (Tabela 4). Mesmo assim, esta cooperativa foi a maior fornecedora de produtos in natura naquele ano. Segundo o Diário Oficial, a COOPRAM entregou abobrinha, alface crespa, beterraba, inhame, morango e repolho (entre outros produtos, só estamos destacando os que têm relevância para esta pesquisa) para os municípios de Alfredo Chaves, Domingos Martins, Guarapari, Marechal Floriano, Venda Nova do Imigrante e Viana. A Cooperativa dos Agricultores Familiares de Colatina (CAF) acertou a venda somente de alface crespa, e somente para entrega em São Domingos do Norte. A Cooperativa dos Agricultores Familiares do Território do Caparaó (COOFACI) comprometeu-se com a entrega de alface e morango para os municípios de Ibatiba, Ibitirama, Irupi e Iúna, de acordo com o Diário Oficial (Tabela 5). A Cooperativa de Valorização, Incentivo e Desenvolvimento Agropecuário Sustentável (COOPERVIDAS), de Piúma, entregou alface para as cidades de Anchieta, Iconha, Itapemirim, Marataízes, Piúma e Rio novo do Sul (Tabela 6).

Tabela 4: Origem e destino dos alimentos de acordo com a Chamada Pública 001/2012

ORIGEM X ENTREGA		
ORIGEM	TIPO DE ALIMENTO	DESTINO
COOPRAM	Abobrinha	Alfredo Chaves, Domingos Martins, Guarapari, Marechal Floriano, Venda Nova do Imigrante e Viana
	Alface	
	Beterraba	
	Inhame	
	Morango	
	Repolho	

Fonte: Diário Oficial do Espírito Santo 08/02/2013. Organizado pela autora

Tabela 5: Origem e destino dos alimentos de acordo com a Chamada Pública 001/2012

ORIGEM X ENTREGA		
ORIGEM	TIPO DE ALIMENTO	DESTINO
COOFACI	Alface	Ibatiba, Ibitirama, Irupi, Iúna
	Morango	

Fonte: Diário Oficial do Espírito Santo 08/02/2013. Organizado pela autora

Tabela 6: Origem e destino dos alimentos de acordo com a Chamada Pública 001/2012

ORIGEM X ENTREGA		
ORIGEM	TIPO DE ALIMENTO	DESTINO
COOPERVIDAS	Alface	Anchieta, Iconha, Itapemirim, Marataízes, Piúma, Rio novo do Sul

Fonte: Diário Oficial do Espírito Santo 08/02/2013. Organizado pela autora

De acordo com os dados, a chamada atendeu 69 dos 78 municípios da proposta inicial, 329 das 357 escolas e 24 dos 34 produtos que pretendiam abastecer as escolas públicas estaduais. Os mapas abaixo (Figuras 29 e 30) demonstram as escolas públicas estaduais em quantidade total no estado, e os estabelecimentos que receberam gêneros da agricultura familiar em 2013. Em anexo, esta comparação está exposta em gráficos, divididos por Superintendência Regional de Educação e por município.

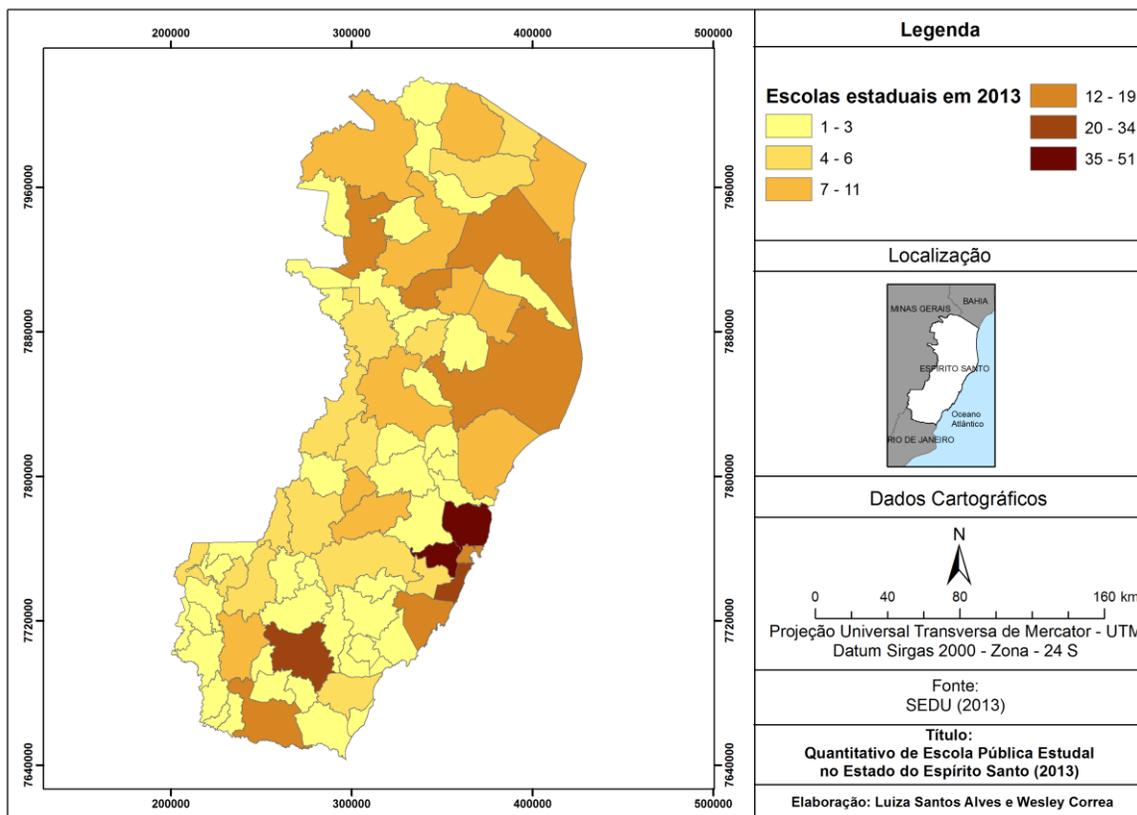


Figura 29: Escolas públicas estaduais no Espírito Santo (2013)

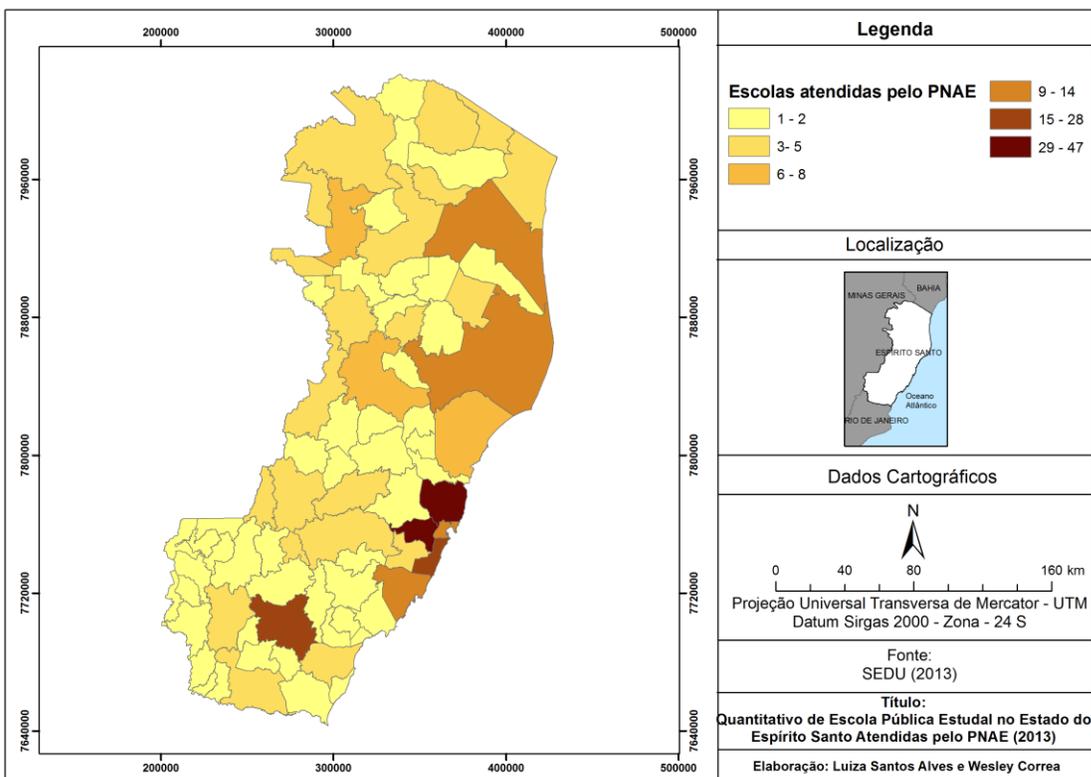


Figura 30: Escolas públicas estaduais atendidas pelo PNAE (2013)

Dessa forma, dos R\$ 12.679.805,90 pensados inicialmente para o custo da chamada, R\$ 4.874.069, 31 foram gastos. O valor repassado pelo FNDE para a Sedu foi de R\$11.323.821,60, dos quais foram gastos R\$ 3.967.133,17, que representam 35% dos recursos. Segundo esse último dado, a Sedu gastou mais que os 30% obrigatórios com a compra da agricultura familiar para a alimentação escolar dos discentes capixabas, no entanto não conseguiu efetivar a entrega de todos os alimentos solicitados na chamada. A exposição dos dados nos leva a crer que não houve oferta por parte da agricultura familiar. A Sedu também não conseguiu preencher toda a chamada, houve lotes desertos, como se pode constatar na Tabela 7.

Tabela 7: Resultados desertos da Chamada Pública 001/2012

Resultados Desertos (sem participantes) – Município
Aracruz
Conceição da Barra
Ibiraçu
Jaguaré
João Neiva
Pedro Canário
Sooretama
Mucurici
Ponto Belo

Fonte: Sedu (organizado pela autora)

Outra questão se deve à sazonalidade dos produtos da agricultura familiar. Predominando alimentos *in natura*, é de se esperar que haja um acompanhamento da sazonalidade desses produtos. A Figura 31 mostra a sazonalidade dos produtos trabalhados aqui. A existência de poucas vias de comercialização pode direcionar a produção do camponês. No caso do PNAE esse direcionamento é mais leve porque é necessária a variedade de alimentos. No entanto, não é levada em conta, muitas vezes, a sazonalidade de determinados alimentos. Então, como no caso da Sedu, a chamada pública pede o mesmo

alimento para todo o ano, e não leva em consideração o período do ano favorável à produção dos alimentos.

Figura 31: Sazonalidade dos alimentos

Sazonalidade dos produtos requeridos na Chamada Pública												
Produto	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Abobrinha (italiana)	Fraco	Fraco	Médio	Médio	Fraco	Fraco	Fraco	Forte	Forte	Forte	Forte	Fraco
Alface	Forte	Forte	Forte	Médio	Médio	Fraco	Fraco	Fraco	Fraco	Fraco	Fraco	Médio
Beterraba	Fraco	Fraco	Fraco	Fraco	Fraco	Fraco	Médio	Forte	Forte	Forte	Forte	Médio
Brócolis	Fraco	Fraco	Fraco	Médio	Médio	Médio	Forte	Forte	Forte	Forte	Forte	Forte
Couve	Fraco	Fraco	Fraco	Fraco	Médio	Médio	Forte	Forte	Forte	Médio	Médio	Fraco
Inhame	Fraco	Fraco	Médio	Médio	Forte	Forte	Forte	Forte	Forte	Forte	Médio	Fraco
Morango	Fraco	Fraco	Fraco	Fraco	Fraco	Médio	Forte	Forte	Médio	Fraco	Fraco	Fraco
Pepino	Médio	Médio	Forte	Forte	Fraco	Fraco	Fraco	Médio	Médio	Médio	Médio	Fraco
Quiabo	Forte	Forte	Médio	Fraco								
Repolho	Fraco	Fraco	Forte	Forte	Forte	Médio	Médio	Forte	Médio	Médio	Fraco	Fraco
Vagem (feijão vagem)	Fraco	Médio	Médio	Médio	Médio	Forte						

Fonte: CEAGESP. Organizada pela autora

Legenda:

Fraco	Fraco
Médio	Médio
Forte	Forte

A venda institucional, portanto, também condiciona a produção do agricultor familiar. Além disso, o agricultor tem de entregar com regularidade alguns alimentos fora da época deles. A renda que o agricultor consegue com a venda institucional também não garante um bem estar dele. A preferência é dada às cooperativas, e quando os alimentos saem por meio delas, há várias taxas e tributos a serem pagos, além da cota que o próprio agricultor paga para ser um cooperado. Mesmo que o PNAE seja um programa que objetive fortalecer a agricultura familiar, outras providências ainda devem ser tomadas; os canais de comercialização para esses produtos devem ser mais amplos, de modo que o agricultor possa aumentar a sua produção e obter uma renda digna para sua ele e sua família.

4.3 Problemáticas e desafios das políticas públicas voltadas à Agricultura Familiar

O Brasil tem um dos maiores programas de alimentação escolar do mundo, que é copiado por outros países. O PNAE une o fortalecimento da agricultura familiar e a oferta de alimentação saudável aos escolares, passando pela educação alimentar no currículo escolar e o respeito aos hábitos alimentares. Importante ressaltar que o Programa, inclusive, foi um dos fatores que contribuíram para a saída do Brasil do mapa da fome mundial, divulgado pela ONU.

No que tange às políticas públicas de combate à fome no país, é importante lembrar o pioneirismo do Brasil na alimentação escolar. É a política pública mais antiga do país, e esse pioneirismo se repetiu quando o Artigo 14 da Lei 11.947/2009 surgiu, atrelando o produtor ao consumidor final, direcionando verba para o camponês e promovendo uma alimentação mais saudável e adequada para estudantes das escolas públicas e filantrópicas de todo o país. Vários países se interessaram em saber e até copiar essa política que beneficia os consumidores e os agricultores familiares, e o caso do programa brasileiro compõe a cartilha do Programa Mundial de Alimentos, da ONU.

O Programa Mundial de Alimentos define a alimentação escolar como o fornecimento de alimentos aos estudantes, diferente do Brasil, que a define como todo alimento consumido pelos estudantes nas dependências escolares. O caso das escolas brasileiras se encaixa na primeira modalidade, que fornece a refeição nas escolas, e o PNAE se enquadra no tipo de programa que fornece refeições, e não lanches calóricos. De acordo com o PMA, a singularidade do programa de alimentação escolar brasileiro se deve ao fato de proporcionar uma alimentação saudável aos estudantes, ao mesmo tempo em que fortalece a agricultura familiar e as economias locais. No Brasil o programa existe a mais de 50 anos, tempo superior à média dos países de baixa renda, que é de 28 anos. O valor repassado aos alunos atualmente é o mesmo do ano de 2013, com o acréscimo da modalidade de ensino integral (R\$1,00 por aluno) e dos alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contraturno (R\$0,50 por aluno).

Aqui vimos como são elaboradas as leis e programas, quais suas diretrizes, quais os papéis de cada entidade na execução das mesmas. A Lei 11.947/2009, o Programa Nacional

de Alimentação Escolar, o Programa de Aquisição de Alimentos e as diretrizes de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil são bem elaboradas e bem amarradas. No caso específico, o PNAE é um programa bastante requisitado mundo afora e que contempla uma quantidade enorme de pessoas. O artigo 14 da Lei 11.947, o principal ponto do presente trabalho, traz o pioneirismo de beneficiar de uma vez dois personagens diferentes: o produtor e o consumidor. Mas, para que tudo funcione plenamente conforme a lei, o papel do Estado é fundamental. No Espírito Santo a primeira chamada pública foi feita para o ano de 2012, três anos após a promulgação da lei; a Chamada 001/2011 foi muito parecida com a trabalhada aqui, a 001/2012. Até o presente momento a Sedu pareceu não se atentar em adequar a escolha dos alimentos aos hábitos alimentares dos estudantes capixabas, que como já foi dito, varia muito regionalmente.

De acordo com Castro (2014), a obrigatoriedade da aquisição de pelo menos parte dos alimentos destinados às escolas pela agricultura familiar gerou mudanças na forma como as prefeituras (em São Paulo) adquiriam esses produtos. As prefeituras tiveram que conhecer seus agricultores, o que produziam, e como poderiam se adequar ao Programa. Observando as chamadas públicas elaboradas pela Sedu, pode-se concluir que esse cuidado não aconteceu para as escolhas dos gêneros alimentícios destinados às escolas estaduais. Até a Chamada 001/2015, os gêneros alimentícios selecionados são os mesmos para todos os municípios. A Resolução nº38 de 2009 determina que o nutricionista é responsável pela elaboração do cardápio, e que para isso faz-se necessário o respeito aos hábitos alimentares locais e é preciso levar em conta a vocação agrícola da região. Essa diretriz torna necessária a aproximação entre os nutricionistas e as pessoas responsáveis por fazer a refeição da escola ('merendeiras') com os agricultores familiares, diretamente ou por meio de secretaria da agricultura. Castro (2014) cita o exemplo da prefeitura de São Bernardo do Campo (SP), que levou as merendeiras para visitar a cooperativa de produtores que entregava os alimentos para o município. Se fosse para não escolher os gêneros de acordo com os hábitos, seria interessante (dentro da proposta de educação alimentar) a troca entre as culturas alimentares; levar alimentos típicos de uma região para outra, e assim despertar a curiosidade de saber mais sobre aquela região e seus costumes. Afinal, o ambiente escolar é também de troca, de aprendizados fora da sala de aula.

Outra irregularidade encontra-se no fato da Delegacia do Ministério de Desenvolvimento Agrário do Espírito Santo (DFDA-ES) não estar a par de como está sendo realizada a execução da Lei 11.947/2009 no estado. Não há fiscalização por parte da Delegacia, nem acompanhamento. Até o momento em que foi feita a pesquisa, não havia nenhuma denúncia contra o estado nesse órgão.

Mesmo que o PAA e o PNAE possibilitem diversificar a produção e a reprodução camponesa, Castro (2014) pontua algumas dificuldades para que os agricultores acessem essas políticas públicas. Segundo a autora, muitos desses camponeses não possuem documentos como nota fiscal de venda e matrícula da propriedade. Além disso, a morosidade dos órgãos responsáveis e excesso de burocracia também são dificuldades apontadas pelos agricultores. A autora afirma que a partir dos estudos realizados “... que o advento da Lei n 11.947 de 2009,..., com todos os desafios apresentados para a sua implementação, estimulou a participação desse tipo de agricultura [camponesa] nos programas institucionais de comercialização” (CASTRO, 2014, p. 72).

Ademais, grupos coletivos – como associações e cooperativas - têm prevalência sobre produtores individuais, o que dificulta a participação de alguns produtores.

A criação de uma cooperativa e todo o conjunto de determinações que ela traz, geralmente entra em conflito com os costumes e valores camponeses, que D’Aquino (1996) chama de categorias culturais centrais do universo camponês brasileiro: o trabalho, a família e a liberdade. (CASTRO, 2014, p.38)

A liberdade pode ser tanto a escolha do que plantar como o tempo de trabalho, o que não ocorre numa cooperativa, que segue o tempo do relógio e onde há um controle do mesmo. O trabalho coletivo em regime de cooperativa se contrapõe, ainda, ao trabalho familiar, ajustado em seu tempo e liberdade. A coletivização submete os camponeses à divisão do trabalho, a não liberdade de escolha do que plantar, ao tempo pré-determinado de trabalho, entre outros. A autora afirma que a Lei 11.947/2009 estimulou a participação de agricultores familiares nos programas de comercialização. Ela, entretanto, reconhece que atrelar a produção contando somente com o Programa cria uma dependência, e caso haja quebra de contrato haverá um prejuízo muito grande para os camponeses e cooperativas; e

pode representar uma ameaça à reprodução camponesa. É importante que exista entre os cooperados uma preocupação em criar outras vias de comercialização, proporcionando mais autonomia e diminuindo a dependência com programas institucionais. Ou seja, há a possibilidade de reproduzir o que estava acontecendo há décadas com empresas que fornecem os alimentos para a merenda: a dependência do agricultor aos programas institucionais. A cooperativa pesquisada por Castro (2014), por exemplo, tirava do PNAE a maior parte de sua renda desde 2011; no entanto, foi justamente o Programa que estimulou a formação da mesma.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar do êxito do PNAE, ele e outros programas governamentais voltados à agricultura familiar carregam contradições, porque atrelam o pequeno agricultor ao Estado e ao capital. E ainda falta muito para que o programa saia efetivamente do papel, chegue às escolas públicas de todo o país e realmente beneficie o agricultor familiar no que diz respeito à comercialização dos seus produtos. O Espírito Santo apresenta um caso isolado de relativo sucesso devido às condições favoráveis presentes no estado, mesmo não estando completamente adequado à Lei 11.947/2009.

O alimento está obrigatoriamente presente no cotidiano de todos os seres humanos, mas os estudos e pesquisas sobre ele são direcionados, geralmente por grandes indústrias alimentícias, ou ramos da medicina e farmácia. Estes elementos vão nos dizer o que comer, a quantidade, o intervalo entre as refeições, quais tipos de alimentos previnem doenças, entre outras informações que estamos acostumados a ver na TV ou nas mídias impressas. Entretanto, em todo esse processo encontram-se agentes essenciais: as camponesas e os camponeses; ou as pequenas agricultoras e os pequenos agricultores. E, como foi visto, a produção desses agentes - a produção familiar, da pequena propriedade - responde por mais de 70% dos alimentos que chegam à nossa mesa. Mesmo assim, parece-nos que o papel que eles desempenham fica em segundo plano, como se a indústria alimentícia e o agronegócio fossem os verdadeiros responsáveis pela nossa alimentação diária. Principalmente quando residimos nas cidades estamos alienados do processo de produção do alimento, tornando-nos dependentes de outros agentes para satisfazermos uma necessidade fisiológica básica para a sobrevivência, que é nos alimentar.

As mudanças no modo de alimentar-se estão diretamente ligadas ao movimento de mundialização, assim como tantas outras pelas quais passamos com o avançar deste processo. No entanto, é uma inverdade que a alimentação mundial está se homogeneizando, como prega a publicidade, responsável junto com a informação de reforçar o desejo de consumo de alimentos inventados pela indústria. O processo de mundialização pode reforçar hábitos locais - não só os alimentares - em vez de uniformizá-los. A cultura faz com que o ser humano escolha seus alimentos, no entanto milhões de pessoas no mundo em

situação de insegurança alimentar não podem escolher o que vão comer, nem quando farão a próxima refeição.

E foi justamente o contato direto com tal impossibilidade de escolha que levou Josué de Castro a escrever o talvez ainda mais importante relato e retrato desse triste fato no Brasil; ato que o levou ao exílio. Suas obras serviram de embasamento à primeira política pública de combate à fome no país, mas suas ideias não foram devidamente aplicadas, o que as tornam ainda atuais, mesmo que tenham se passado mais de 70 anos de sua publicação. Inclusive, os maiores causadores da fome continuam os mesmos: desigualdade e má distribuição de renda. O pensamento e a obra de Josué de Castro são de extrema importância para os estudos geográficos acerca da alimentação até os dias de hoje, e não devem ser esquecidos. Ao retomarmos o histórico das políticas de combate à fome no Brasil, percebemos como uma série de medidas, ministérios, programas, etc., já foram criados com a finalidade de saná-la. No entanto, aquela providência sugerida por Josué de Castro antes de qualquer política pública, a reforma agrária - que até hoje se arrasta - certamente solucionaria grande parte dessa enfermidade social que o país ainda sofre. Isso sem falar em outras medidas que deveriam ser tomadas para alcançarmos a tão almejada igualdade social. Mas, mesmo que existam há muito tempo medidas para acabar com a fome, por muitas vezes elas foram má utilizadas ou subutilizadas.

Já que todos os hábitos se transformam com o tempo, com a alimentação e tudo que a permeia não poderia ser diferente. O tema da globalização e as mudanças que este fenômeno acarreta, por exemplo, poderia ser explorada em diferentes disciplinas escolares. Dentro das escolas, públicas e particulares, deveria ser dada maior atenção aos temas alimentares, a começar pelo fato de todas as disciplinas poderem trabalhar amplamente com o assunto.

Como visto, já houve casos de corrupção no PNAE, e a merenda escolar já foi uma fórmula industrial por mais de uma vez. Temos leis para que a agricultura familiar venda seus produtos, mas não temos consciência de que a esmagadora maioria dos alimentos que consumimos vem da produção familiar. A indústria alimentícia junto com a publicitária, aliadas a grandes redes de supermercados, forma um time difícil de vencer. No que se refere ao PNAE, é fato que antes do artigo aqui explanado, a merenda vinha de algum

lugar, o mesmo lugar de onde vem os outros 70% atualmente. E a(s) empresa(s) que fornece(m) esses alimentos restantes com certeza não querem perder a regalia de servir ao governo do estado.

O PNAE, bem como o PAA, retoma a alternativa à produção diversificada do camponês capixaba, ao contrário do que pode promover a abertura de um Ceasa, por exemplo. No entanto, a compra desses programas institucionais está atrelada a uma série de burocracias que fogem ao controle do camponês. No caso de uma greve, por exemplo, não há chamada pública. Então o pequeno produtor não pode contar sempre com a compra institucional. Em um sistema em que estamos todos circundados pelo capital, outras formas de escoar a produção (supermercados, feiras, venda direta ao consumidor) se fazem necessárias, para que o camponês não fique no prejuízo e aumente sua produção. Para que haja essa venda para mercados convencionais, há algumas exigências ou conveniências aos produtos: marca, etiqueta, embalagem, código de barras, certificação (no caso de orgânico/agroecológico), Sipaf (Selo de Identificação da Agricultura Familiar), entre outros. Só que não é fácil nem barato (somente o Sipaf é gratuito) conseguir atender a essas exigências. Solicitar registro de marca e código de barras demanda tempo e gastos. E a certificação é geralmente cara e demorada. Dessa forma, o processo de registrar a marca, código de barras, embalar conforme as normas e padrões sanitários e outros procedimentos, garante uma saída maior ao produto. A certificação também agrega valor ao produto para a venda institucional; os alimentos orgânicos ou agroecológicos podem ter um acréscimo de 30% ao preço final de venda, no entanto esse processo pode não ser simples. Muitas vezes produtores agroecológicos/orgânicos acabam vendendo seus alimentos por preços convencionais porque não tem como certifica-los, ou porque é muito caro fazê-lo.

No presente trabalho pode-se constatar que não se faz uma pesquisa prévia sobre os hábitos alimentares dos estudantes, por exemplo, ao observarmos os alimentos solicitados na Chamada Pública trabalhada aqui. Pode, e deve, haver uma troca de saberes em relação aos hábitos alimentares das diferentes regiões onde se localizam as escolas. As comunidades quilombolas experimentarem o que gostam de comer os pomeranos; os estudantes ribeirinhos conhecerem a cultura culinária dos descendentes de italianos, entre

outros. O que não é admissível é a Secretaria de Estado da Educação ignorar a lei a ponto de elaborar uma única lista de alimentos para todos os municípios do Espírito Santo.

O objetivo de fazer o encontro entre a Geografia, a Alimentação Escolar, e a Agricultura Familiar se efetiva nas escolas públicas estaduais capixabas, no momento do “recreio”, quando os estudantes vão ao encontro do alimento produzido pela agricultura familiar capixaba, realizando o espaço geográfico proposto por Santos (2008), de objetos e ações, (ato) que contém homens, instituições, firmas, meio ecológico e infraestruturas. O espaço geográfico é composto por sistemas de objetos e sistemas de ações, neste caso entendidos como culturas e costumes alimentares e a lei que rege a alimentação escolar e suas resoluções; e suas ações se dão por meio das instituições, como o governo, que decide como vai funcionar a alimentação dos escolares por meio de leis; e das ações dos agricultores, dos escolares, e de toda a cadeia que se forma em torno dessa decisão governamental, que acaba por modificar os atos dessas pessoas. O espaço geográfico perpassa todas as etapas da alimentação escolar, e a extrapola quando o estudante carrega novos hábitos alimentares para casa, ou modificando a produção do espaço agrário do estado.

No que se refere aos elementos do espaço, nesta pesquisa apareceram enquanto ‘Homens’ os 271.416 estudantes atendidos pelo programa, as cooperativas, compostas por agricultores familiares que produziram 16.556 quilos de alimentos destinados à merenda escolar, num total de R\$ 43.660,36. Vale salientar que mais da metade dos produtos e valor da venda foram provenientes da Coopram (Cooperativa dos Agricultores Familiares de Domingos Martins), que fica na Região Serrana do estado. As ‘Firmas’ seriam as empresas responsáveis por fazer a merenda, que é terceirizada pela Sedu. As ‘Instituições’ nesse caso são o governo federal, que institui os programas como o PAA e o PNAE, além de outras políticas públicas, e o governo estadual, que por meio da Sedu concretizam essa política pública através das chamadas públicas. O ‘Meio ecológico’ pode ser entendido como a terra, ou seja, as propriedades onde são produzidos alimentos por aqueles seres de ação já mencionados aqui, as agricultoras e os agricultores. As pequenas propriedades se concentram na região serrana do Estado, apesar de em relação ao Brasil estarem bem distribuídas por todo o ES. Como já visto, a estrutura fundiária do Espírito Santo tem uma

ligação direta com a produção dos alimentos no Estado, conforme o mapa exposto na Figura 2 (p. 34).

O Programa tem a intenção de fortalecer a agricultura familiar, mas cerceia a liberdade do camponês porque este está inserido na lógica capitalista, precisa de dinheiro para comprar determinadas coisas, que já não mais produz para subsistência. Ainda assim, o agricultor ligado ao PNAE tem a opção de diversificar sua produção, uma vez que o Programa demanda vários tipos de alimentos.

De outro lado, existe o chamado agronegócio. Este vem se recriando também, com outros nomes, desde o sistema denominado *plantation*. O agronegócio ainda produz para exportação, em grandes extensões de terra, monocultor e ainda, por vezes, usa mão de obra análoga à escravidão. Mas os dados apresentados nos mostram que é o camponês quem coloca comida na mesa dos brasileiros, além de empregar a maior parte da mão de obra da população rural. Na mesma linha, podemos discutir a questão da internacionalização do capital envolvido na agricultura camponesa por meio dos agrotóxicos utilizados pelos pequenos agricultores, inclusive com recursos do PRONAF. O Brasil é desde 2009 o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, mas não é o maior produtor mundial de alimentos. A grande maioria das empresas de insumos agrícolas é de capital internacional, a exemplo da Syngenta (Suíça) e Basf (Alemanha).

O caso do Espírito Santo, em relação ao tamanho das propriedades, chama a atenção. O estado é composto basicamente por pequenas propriedades, mas comporta latifúndios e extensas áreas de cultura de cana e eucalipto. Essas grandes propriedades, inclusive, foram realizadas sobre a retirada de camponeses, ribeirinhos e comunidade de populações tradicionais que existiam no Espírito Santo. Grandes empresas foram fundadas sobre a violência com povos tradicionais, sob a guarda do Estado. Como já informado, até a década de 1960 predominavam as pequenas propriedades rurais inclusive na porção norte do estado, que atualmente é onde mais há áreas de pecuária extensiva e monocultura de cana e eucalipto. As áreas mais próximas à capital, Vitória, ficaram a cargo de produzir alimentos, por causa da demanda. Nas outras regiões, o pequeno proprietário ficou com a produção leiteira e venda de bezerros para os grandes proprietários, que praticavam a pecuária de corte.

A Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional vai além de garantir o alimento para os que dele necessitam, ela abarca toda a população. A alimentação saudável e adequada, como garantida por lei, não se restringe somente à quantidade e disponibilidade de alimentos, ela diz respeito à qualidade do que está sendo consumido enquanto alimento, por isso ela abrange pontos como respeito à diversidade de cultura e hábitos dos povos. Além de garantir o acesso a alimentos saudáveis e adequados a toda a população em geral, a Lei 11.947/2009 propõe levar para o ambiente escolar esse tipo de alimentação, respeitando os hábitos locais das escolas. Muitas escolas públicas estaduais já não possuem cantinas em suas dependências, sendo a ‘merenda’ a única opção para os estudantes. Claro que aparecem opções que fogem à regra, como vendedores ambulantes que ficam do lado de fora da escola vendendo salgados, doces, etc. No entanto, a oferta de alimentos mais saudáveis e a ausência de estabelecimentos dentro das escolas que vendam ‘lanches’ com baixo valor nutritivo atua positivamente na formação de hábitos alimentares melhores.

A lei 11.947/2009 garante alimentação a todos os estudantes da rede pública nos dias letivos, e determina a promoção de hábitos alimentares saudáveis por meio de ações de educação nutricional e alimentar. Estas deveriam ir além da oferta de alimentos no período do recreio; elas dizem respeito também à educação alimentar dentro das salas de aula, ou em uma aula de campo. Como esta pesquisa mostra, o ato de alimentar-se está intrinsecamente ligado a inúmeras questões além das nutricionais, e aqui tratamos de alguns aspectos que tem a ver com a Geografia. A ‘geograficidade’ do tema está estampado nos mapas aqui presentes, no modo de produção do alimento e na distribuição do mesmo, na estrutura fundiária do Espírito Santo e sua consequente forma de utilização do espaço agrário.

Estimular a produção, a venda e o consumo dos produtos da agricultura familiar é uma boa saída para os agricultores e consumidores. A oferta de produtos processados e ultraprocessados, aliado à falta de tempo de preparar o nosso próprio alimento nos leva a escolhas, orquestradas pela publicidade e indústria alimentícia, que afetam a nossa saúde, convivência com outras pessoas e limitam nosso contato com o alimento. Ademais, ainda há uma quantidade significativa de pessoas que não podem sequer escolher o que vão comer, tampouco sabem quantas refeições farão em um dia. Para os dois casos o estímulo e

fomento à produção familiar é benéfico, além da própria agricultura familiar em si. Sabemos que há uma longa jornada até que as pessoas tenham respeitados seus direitos, entre eles o de alimentar-se adequadamente, e que há inúmeros entraves nesse caminho. O respeito aos agricultores e agricultoras, valorização do seu trabalho e dignidade em sua vida são fundamentais para que alcancemos uma sociedade mais justa e igualitária. Reverter uma porcentagem da verba destinada à alimentação escolar é um passo significativo para que se alcance esse objetivo.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, M. C. de et al. **Josué de Castro e o Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

BERNARDO NETO, Jaime. **Gênese da Estrutura Agrária do Espírito Santo**: estudo comparativo entre os domínios da pecuária no Extremo Norte e as áreas de pequenas propriedades no Centro-Sul. 2012. 348f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória. 2012.

BLEIL, Susana Inez. **O Padrão Alimentar Ocidental: considerações sobre a mudança de hábitos no Brasil**. Revista Cadernos de Debate, p. 1-25, Vol. VI, 1998

BOMBARDI, Larissa Mies. **Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado**. Boletim Data Luta, v. 45, p. 1-21, 2011.

BOMBARDI, Larissa Mies. **O papel da geografia agrária no debate teórico sobre os conceitos de campesinato e agricultura familiar**. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 14, pp. 107-117, 2003.

BONOMO, Élido. **(IN)SEGURANÇA ALIMENTAR E PERFIL DE CONSUMO ALIMENTAR E ANTROPOMÉTRICO DE ESCOLARES E SEUS FATORES ASSOCIADOS EM DOIS MUNICÍPIOS DO SEMIÁRIDO DE MINAS GERAIS: contribuição à política local de segurança alimentar e nutricional**. 2010. 177 f. Tese (Doutorado) - Curso de Medicina, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

Brasil. Casa Civil. Lei Nº 11.326 de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, 2006.

Brasil. Resolução/CD/FNDE nº 38 de 16 de julho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). **Diário Oficial da União**, 2009.

Brasil. Resolução/CD/FNDE nº 25, de 4 de julho de 2012. Altera a redação dos artigos 21 e 24 da Resolução/CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). **Diário Oficial da União**, 2012

BRASIL. Casa Civil. Lei Nº 11.346, de 15 de Setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 2006.

CARNEIRO, Maria José. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, p.70-82, 1997.

CARNEIRO, M. J. MALUF, R. S. (org). **Para Além da Produção: multifuncionalidades e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CASTRO, Terena Peres de. **A contribuição do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para a reprodução camponesa: um estudo de caso da Associação Comunitária Rural Alvorada (ACRA)**. 2014. 134 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

COELHO, Maria do Socorro Martinho. **Inter-Relações da Agricultura Familiar Com o Programa Nacional de Alimentação Escolar no Município de Machado-MG**. 2012. 119 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Política Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012. Cap. 01. Disponível em: <http://www.bdtd.ndc.uff.br/tde_arquivos/22/TDE-2012-12-17T085400Z-3419/Publico/MariaDoSocorro

COSTA, H. A geopolítica da fome: dos tempos de Josué de Castro aos tempos atuais. In: ANDRADE, M. C. de et al. **Josué de Castro e o Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

DIEGUES, Antônio Carlos et al (Org.). **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. São Paulo: Mma/cobio/nupaub/usp, 2000. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/chm/_arquivos/saberes.pdf>. Acesso em: 22 set. 2014.

FILHO, M. B.; BATISTA, L. V. A Geografia da Fome 50 anos depois: o que mudou? In: ANDRADE, M. C. de et al. **Josué de Castro e o Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

FISCHLER, Claude. A “McDonaldização dos costumes”. In: **História da Alimentação**; (Tradução de Luciano Vieira Machado e Guilherme J. F. Teixeira). São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

FLAMÍNIO, Isabel. **O Espaço da Cozinha na habitação Plurifamiliar Urbana: Modos de Vida e Apropriação do Espaço**. Revista da Faculdade de Letras: Sociologia, Universidade do Porto, Volume 16, p. 251-277, 2006.

FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo. **História da Alimentação**; (Tradução de Luciano Vieira Machado e Guilherme J. F. Teixeira). São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

FUMEY, Gilles. **La mondialisation de l'alimentation**. L'Information géographique. 2007. p. 71-82

GARCIA, Rosa Wanda Diez. **Reflexos da globalização na cultura alimentar: considerações sobre as mudanças na alimentação urbana**. Rev. Nutr., Campinas, 16(4):483-492, out./dez., 2003

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª edição. DP&A Editora, 2006

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2010

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Agropecuário 2006: agricultura familiar, primeiros resultados**. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

LUCCI, Pedro Henrique Gomide. **Geografia dos alimentos no Espírito Santo**. 2013. 328 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013

MALUF, Renato S.; REIS, Márcio Carneiro dos. Conceitos e princípios de Segurança Alimentar e Nutricional. In: ROCHA, Cecília; BURLANDY, Luciene; MAGALHÃES, Rosana (Org.). **Segurança Alimentar e Nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013. Cap. 1. p. 15-42.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 12, p.57-67, jan./jun. 2008.

MÜLLER, Ana Luiza; SILVA, Marcelo Kunrath; SCHNEIDER, Sérgio. A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: o programa de aquisição de alimentos. **Estudos Sociedade e Cultura**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p.106-138, abr. 2012.

PASTORAL DA TERRA. **Caderno de Agroecologia**. Espírito Santo, 2007

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Modernização da agricultura e recriação do campesinato: um aparente paradoxo**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. SP, 2005.

PEIXINHO, Albaneide Maria Lima. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. **Ciênc. saúde coletiva** [online]. 2013, vol.18, n.4, pp. 909-916. ISSN 1413-8123. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232013000400002>.

PITTE, Jean-Robert. Nascimento e expansão dos restaurantes. In: **História da Alimentação**; (Tradução de Luciano Vieira Machado e Guilherme J. F. Teixeira). São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

POULAIN, Jean-Pierre. **Sociologias da Alimentação: os Comedores e o Espaço Social Alimentar**; (Tradução de Rossana Pacheco da Costa Proença, Carmen Sívila Rial, Jaimir Conte). Florianópolis: ED da UFSC, 2004.

PROGRAMA MUNDIAL DE ALIMENTOS (Itália) (Ed.). **El Estado de la Alimentación Escolar a Nivel Mundial**. Roma, 2013. 124 p.

RAMOS, Oneclark Francisco; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. A TRANSFORMAÇÃO DO TERRITÓRIO CAMPONÊS: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) NO ESTADO DE SERGIPE. **Revista Geonordeste**, São Cristóvão, v. 03, p.01-04, ago. 2013.

RODRIGUES, P. S. **A Terceirização da Merenda Escolar: a experiência do Estado do Espírito Santo**. Cadernos ANPAE, v. 10, p. 361-361, 2011.

SARAIVA, Elisa Braga et al. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciênc. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 04, p.927-935, abr. 2011.

SANTOS, Anderson Luis Machado dos. **O emergir de um novo território camponês: conquistas e transformações nos domínios do latifúndio – O caso de São Gabriel – RS**. 2012

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2012a. 7ª reimpressão.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2012b. 1ª reimpressão

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2007

SAVIANI, Demerval. A história da escola pública no Brasil. **Revista de Ciências da Educação**, Lorena, n. 08, p.185-201, jun. 2003. Semestral.

SHANIN, Teodor. **La clase incómoda**. Madrid, Alianza Editorial, 1983.

SHANIN, Teodor. **A definição de camponês: conceituação e desconceituação-o velho e o novo em uma discussão marxista**. *Estudos Cebrap*, Petrópolis, n. 26, p.43-79, 1980.

SOUZA, Alessandra Silva de. UM DEBATE ACERCA DA SOBERANIA ALIMENTAR E DA AGROECOLOGIA: um desafio de percepção e de pratica. Ou, de que lado é o meu quintal? **Revista Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente, vol. 10, n. 1, 30 junho 2009. Disponível em: <<http://www.fct.unesp.br/ceget/pegada101/08alessandra.pdf>>.

TSUKAMOTO, Ruth Youko; ASARI, Alice Yatiyo; GONZAGA, Aluan Carvalho. **Programas de apoio à agricultura familiar no Brasil: reflexões sobre as relações entre o Estado e a sociedade.** Reencuentro de Saberes Territoriales Latinoamericanos. Peru, 2013.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas à Lula. **Revista de Nutrição**, Campinas, p.439-457, ago. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rn/v18n4/25843.pdf>>. Acesso em: 04 jun. 2014.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. PREFÁCIO. In: **Para Além da Produção: Multifuncionalidade e Agricultura Familiar.** Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

Websites:

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO- FNDE. Disponível em: www.fnde.gov.br/home/index.jsp?arquivo=alimentação_escola.html. Acessado em: 10/11/2013

_____. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/programas-alimentacao-escolar>. Acessado em: 10/11/2013

BRASIL – Lei Nº 11.947, de 16 de Junho de 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/11947.htm. Acessado em 04/11/2013

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>. Acessado em: 20/11/2013.

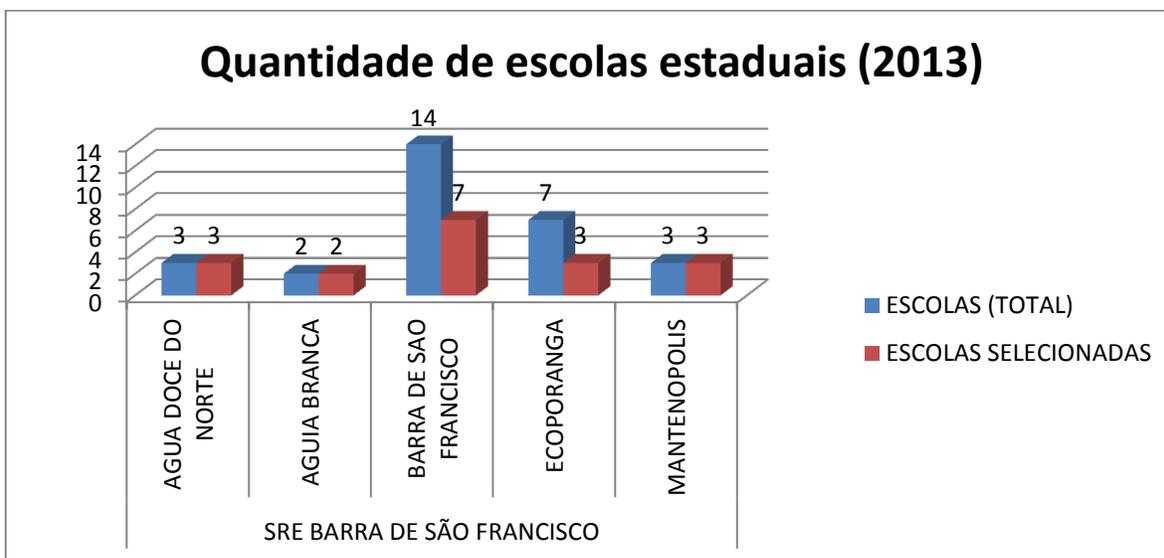
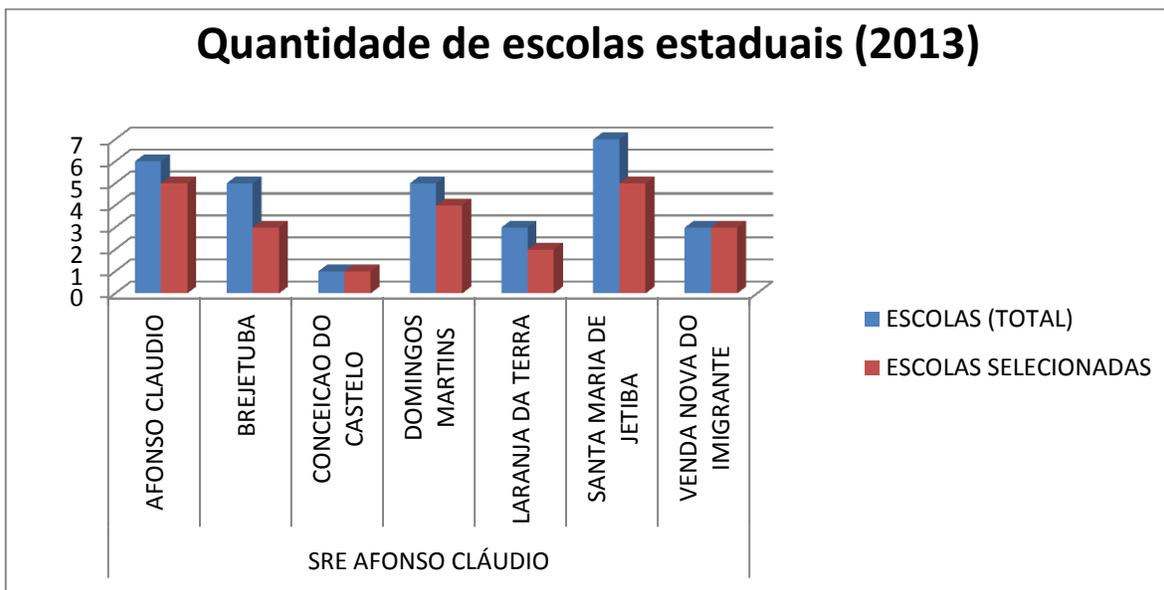
_____. **Agricultura Familiar no Brasil e o Censo Agropecuário.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/Consea/imagens/agriculturafamiliar.pdf>. Acessado em 04/11/2013

_____. Repasse do FNDE por estado – Espírito Santo. Disponível em:

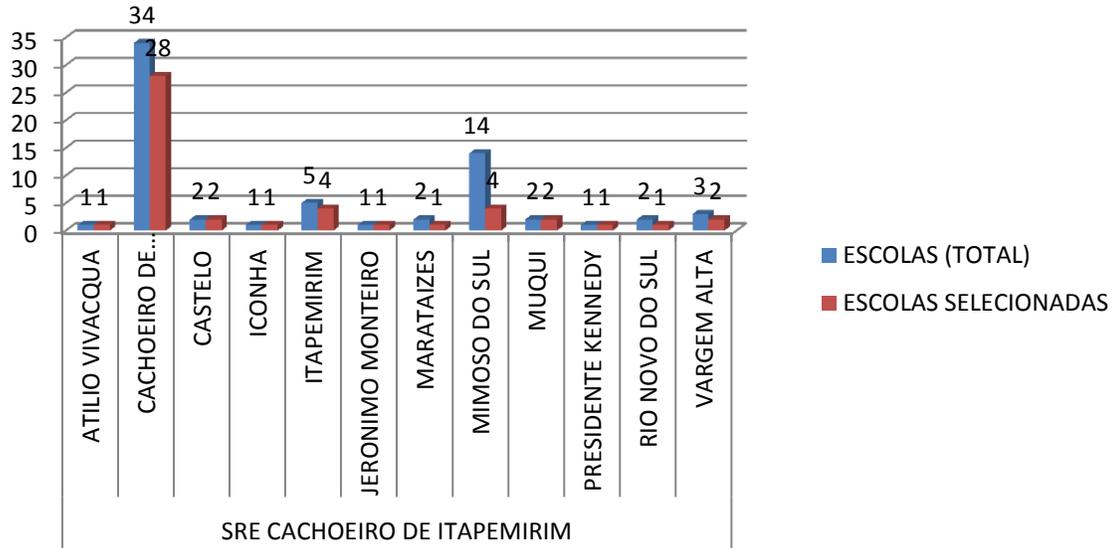
http://portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/alimenta-o-escolar/repasse-fnde-por-estado/Cat%C3%A1logo_AF_E_AE_-_EstadoES.xls. Acessado em: 22/11/2013

7. ANEXOS

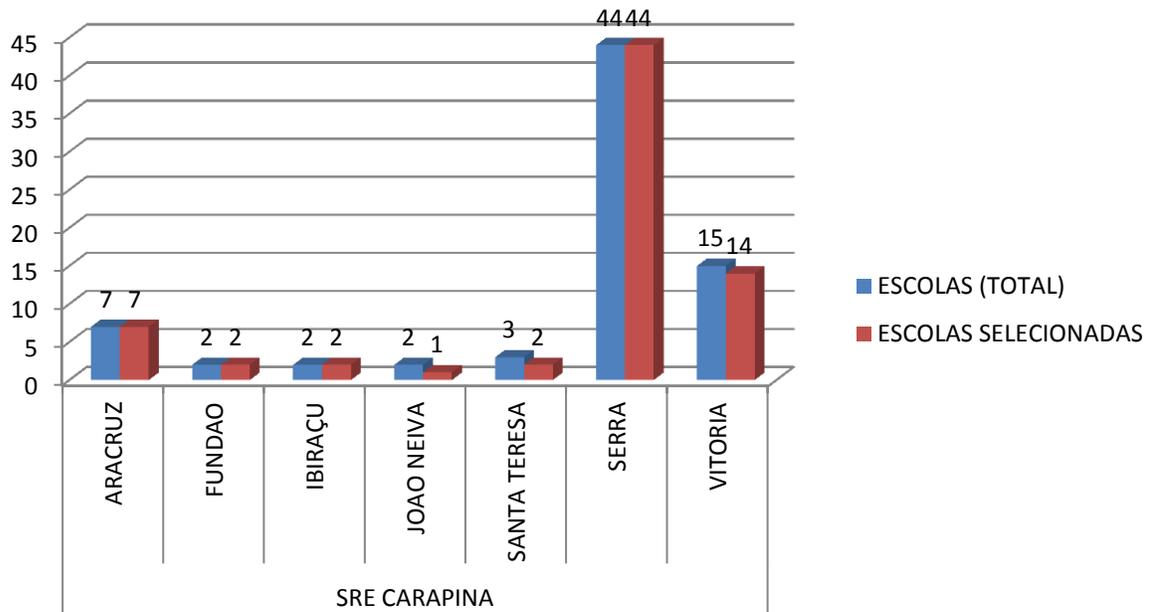
GRÁFICOS REFERENTES ÀS ESCOLAS ESTADUAIS: TOTAL E ATENDIDAS COM GÊNEROS DA AGRICULTURA FAMILIAR



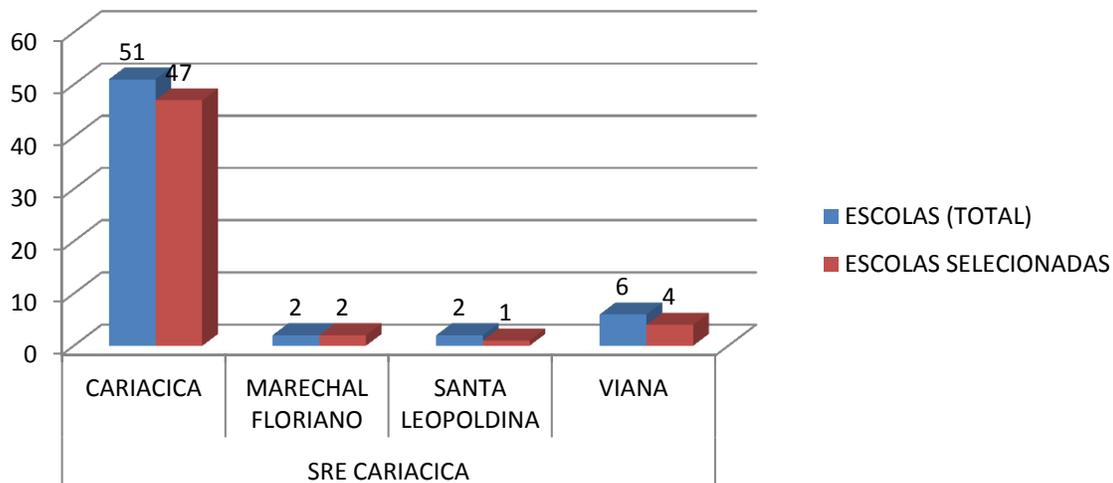
Quantidade de escolas estaduais (2013)



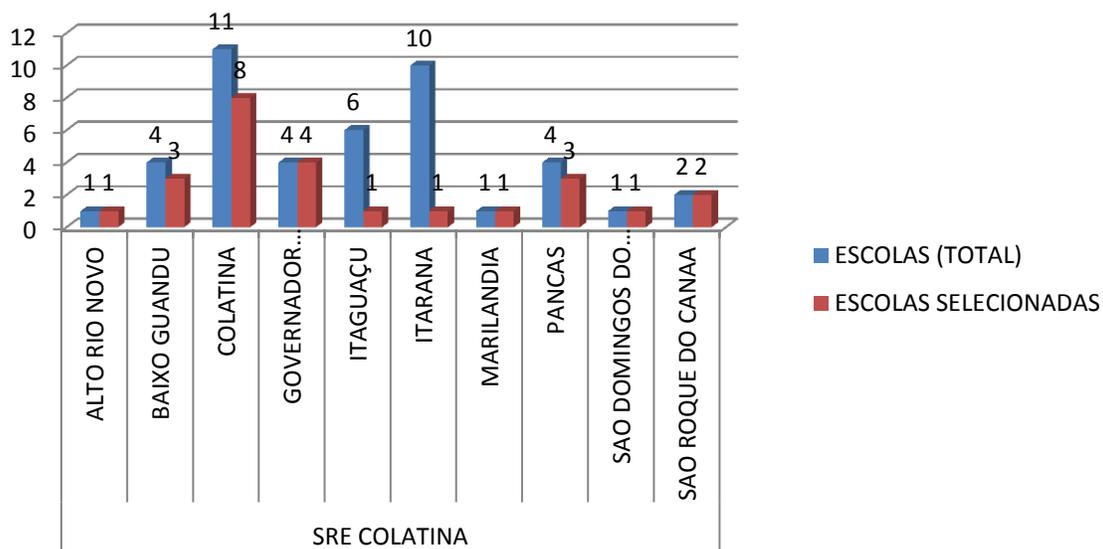
Quantidade de escolas estaduais (2013)



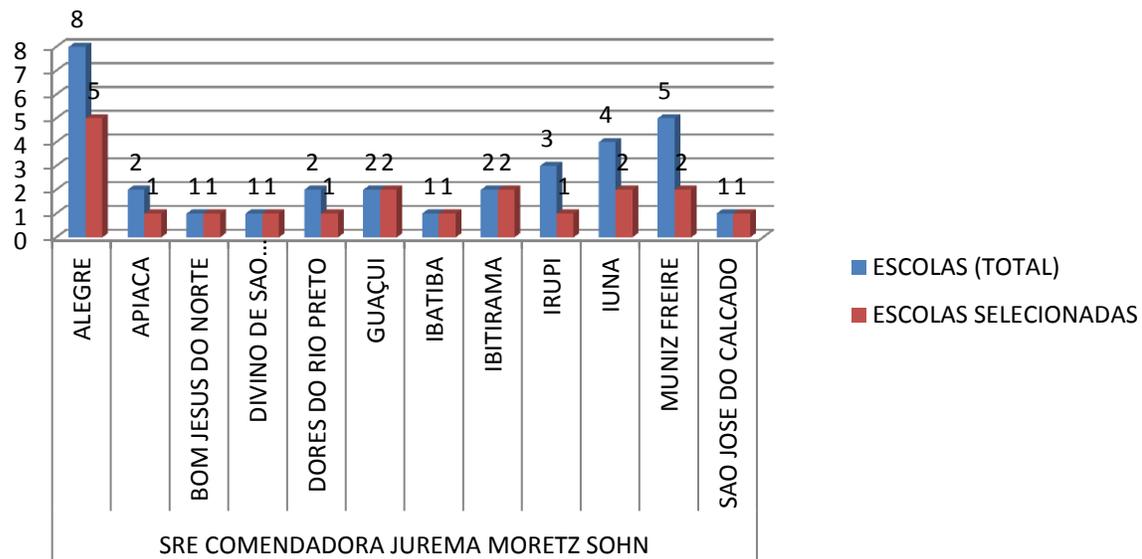
Quantidade de escolas estaduais (2013)



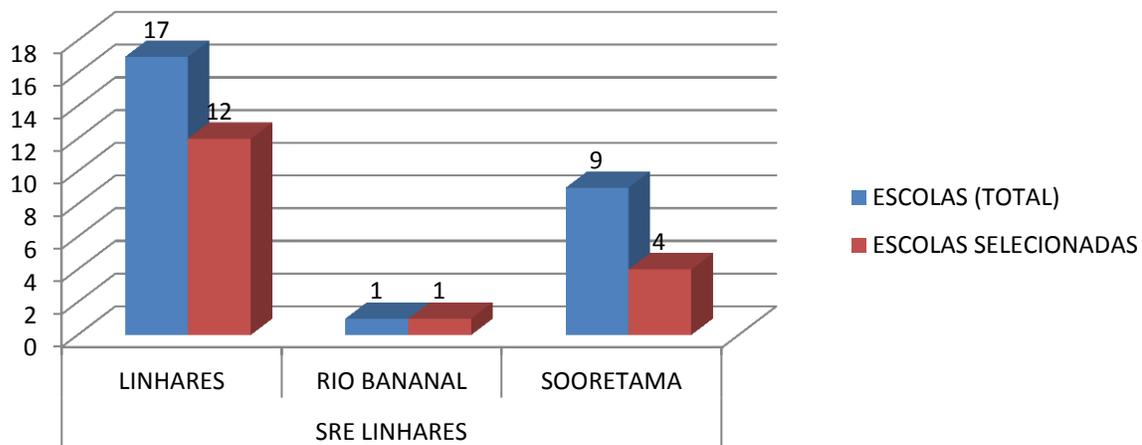
Quantidade de escolas estaduais (2013)



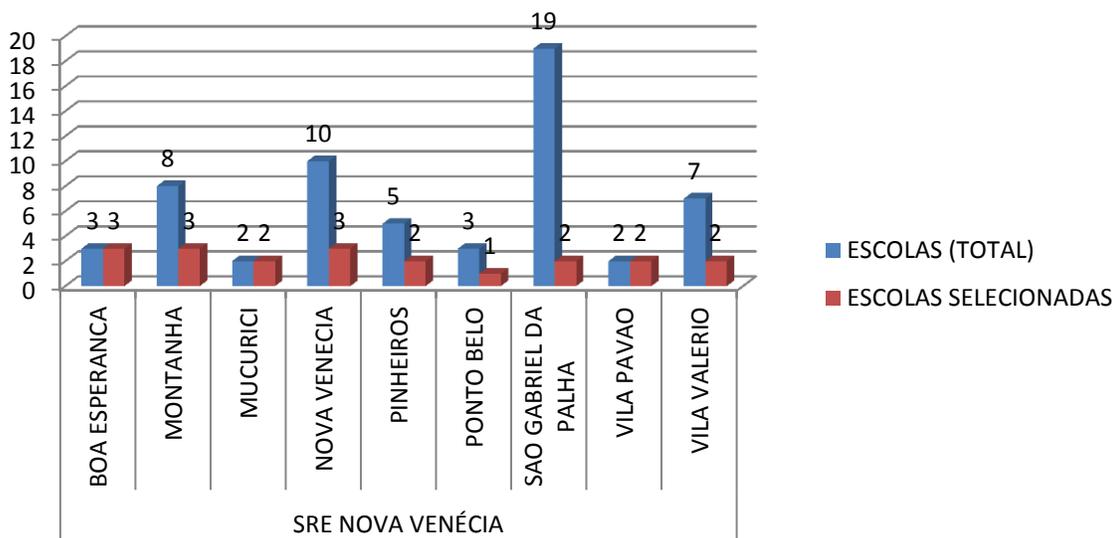
Quantidade de escolas estaduais (2013)



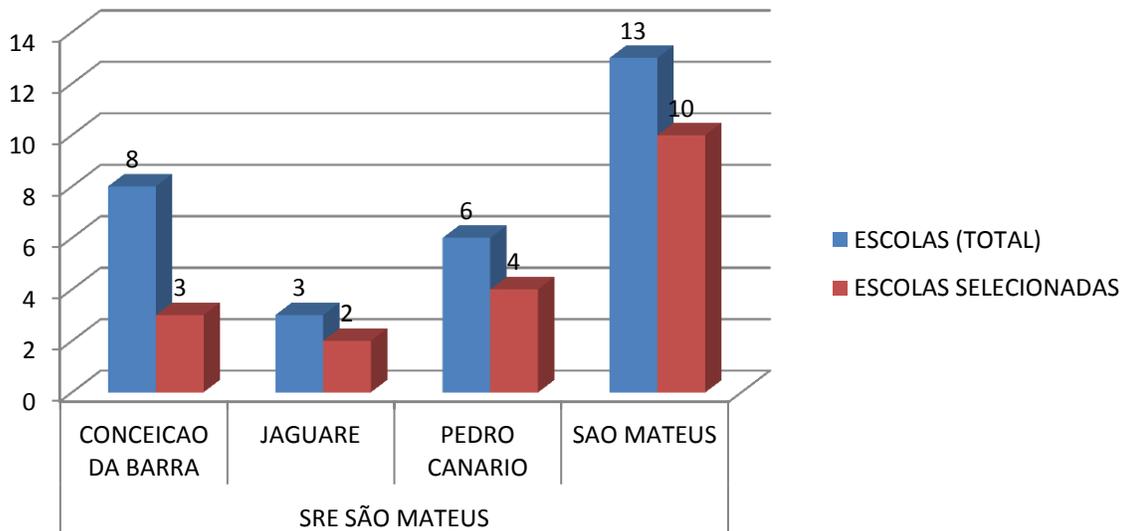
Quantidade de escolas estaduais (2013)



Quantidade de escolas estaduais (2013)



Quantidade de escolas estaduais (2013)



Quantidade de escolas estaduais (2013)

